



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**ANDRÉ JOÃO ALMEIDA HENRIQUES**

**O lugar de Luiza Andaluz na Igreja do seu tempo**  
**Uma voz católica na I República**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Prof. Doutora Rita Mendonça Leite

**Lisboa**  
**2024**

«Ide, pois, fazei discípulos de todos os povos,  
batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo,  
ensinando-os a cumprir tudo quanto vos tenho mandado.  
E sabeis que Eu estarei sempre convosco até ao fim dos tempos»  
(Mt 28, 19-20)

«Passar fazendo o Bem,  
à imitação do Mestre Divino,  
tornar felizes os que nos rodeiam,  
que doce programa de vida!»

Luiza Andaluz

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por tudo aquilo que d'Ele recebo, que é sempre muito maior do que aquilo que posso compreender.

À Diocese de Santarém e ao Seminário dos Olivais, que me proporcionaram e foram presença neste caminho de estudo na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. E também ao Curso São Josemaría Escrivá, que partilhou, de forma única, este caminho comigo.

À Prof.<sup>a</sup> Rita Mendonça Leite, orientadora desta dissertação, pelo caminho percorrido, pelo entusiasmo em relação ao tema e pela partilha da sabedoria e amor à História da Igreja.

Aos professores Augusto Lopes e Ana Marques pelo ensino da História, na minha juventude.

Um agradecimento a todos aqueles que contribuíram com opiniões, revisões e traduções deste texto: Bernardo Garcia, Dina Batalha Henriques, Filomena Ribeiro, João Neves.

## ÍNDICE

RESUMO / ABSTRACT .....	6
SIGLÁRIO / ABREVIATURAS.....	8
INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO 1 – O CATOLICISMO NA DINÂMICA DA I REPÚBLICA.....	13
1.1. O Catolicismo na Monarquia Constitucional: do Liberalismo à República .....	15
1.2. A Separação: as políticas da I República e a receção na Igreja .....	24
1.3. A religiosidade: piedades, devoções, culto e Fátima .....	33
CAPÍTULO 2 – A AÇÃO DE LUIZA ANDALUZ NA I REPÚBLICA.....	43
2.1. A escalabitana até à ideia de uma nova Congregação .....	44
2.2. O corolário na fundação das Servas de Nossa Senhora de Fátima .....	51
2.3. A compreensão de uma crença face ao panorama da I República.....	65
2.3.1. <i>Da Monarquia à República</i> .....	66
2.3.2. <i>1.ª Guerra Mundial</i> .....	74
2.3.3. <i>Fátima</i> .....	75
CAPÍTULO 3 – O CONTRIBUTO ESPIRITUAL DE LUIZA ANDALUZ COMO FORMA DE “AÇÃO” NA IGREJA DA I REPÚBLICA .....	77
3.1. O fundamento espiritual em Luiza Andaluz .....	78
3.1.1. <i>Uma síntese entre fides qua e fides quae</i> .....	83
3.1.2. <i>O acordo entre vida contemplativa e vida ativa</i> .....	87
3.1.3. <i>Uma interpretação do encontro de Jesus com Marta e Maria</i> .....	94
3.2. A institucionalização da comunidade religiosa para servir a missão da Igreja.....	96
3.2.1. <i>A fundadora e a nova congregação</i> .....	98
3.2.2. <i>As Servas de Nossa Senhora de Fátima</i> .....	102
CONCLUSÃO.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	115



## RESUMO / ABSTRACT

### Resumo

Esta dissertação analisa a presença de Luiza Andaluz na Igreja da I República. Luiza Andaluz nasceu em 1877 em Santarém e morreu em 1973 em Lisboa, tendo desenvolvido várias dinâmicas de intervenção ativa na sociedade. Este apoio surge no período da I República, em que as dificuldades ao Catolicismo se fizeram tão presentes e, de uma forma particular, em relação ao clero. Luiza Andaluz surge como uma mulher que se coloca ao serviço da Igreja, procurando responder às complexidades resultantes da política da I República. Nesse contexto, a educação dos mais desfavorecidos foi o seu foco. A entrada da sua irmã no mosteiro, em Espanha, foi fundamental para se questionar também pela sua vocação, pelo seu lugar na Igreja. Assim, o seu itinerário de vida cristã ficou marcado por este desejo de vida contemplativa, ainda que depois as necessidades da Igreja e a sua vontade de responder às mesmas, a tivessem conduzido a uma vida ativa. Uma vida ativa que nunca descarta a vida contemplativa. O seu contributo para a espiritualidade cristã é este dinamismo de unificação entre estas duas realidades, tendo sempre presente o bem do outro. Finalmente, a congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, de que foi fundadora, é o ponto culminante do seu itinerário de vida cristã, que é entendido como missão e, por isso, parte integrante da sua participação na vida da Igreja.

**Palavras chave:** Luiza Andaluz, I República, Congreganismo, Servas de Nossa Senhora de Fátima, vida ativa e vida contemplativa.

### Abstract

This dissertation analyses the presence of Luiza Andaluz in the Church of the First Republic. Luiza Andaluz was born in 1877 in Santarem and died in 1973 in Lisbon, having carried out various active intervention dynamics in society. This support comes during the First Republic, when difficulties for Catholicism were deeply present and particularly regarding the clergy. Luiza Andaluz emerges as a woman who places herself at the service of the Church, seeking to address the complexities which were a result of the policies of First Republic. In that context, her focus was on the education for the underprivileged. Her sister's entry into a monastery in Spain was pivotal in leading her to question her own vocation - her place in the Church. Therefore, her Christian life itinerary was marked by a desire for the contemplative life, even though the needs of the Church, and her will to respond to them, led her to an active life. An active life that never dismissed the contemplative life. Her

contribution to Christian spirituality is this dynamism of unification of these two realities, always keeping in mind the good of the other. Finally, the congregation of the *Servas de Nossa Senhora de Fátima* (The Servants of Our Lady of Fatima), of which she was the founder, is the culmination point of her Christian life itinerary, understood as a mission and therefore an integrant part of her participation in the church life.

**Key Words:** Luiza Andaluz, 1<sup>st</sup> Republic, roman catholic congregations, The Servants of Our Lady of Fatima, active life and contemplative life.

## **SIGLÁRIO / ABREVIATURAS**

### **Siglário**

CICA – Catecismo da Igreja Católica

GS – *Gaudium et Spes*

### **Abreviaturas**

1Cor – Primeira Carta aos Coríntios

Lc – Evangelho segundo São Lucas

Rm – Carta aos Romanos

M – Moradas do Castelo Interior de Santa Teresa de Ávila

Mt – Evangelho segundo São Mateus

Jo – Evangelho segundo São João

## INTRODUÇÃO

Hodiernamente, assiste-se, em alguns meios, a um sentimento de aborrecimento face à História. Especialmente as gerações mais novas têm dificuldade em compreender o estudo da História, bem como a sua importância no conjunto das áreas do saber. Contudo, se, por um lado, a História apresenta a compreensão do passado, a evolução das sociedades, das instituições, das culturas, das práticas no tempo, por outro, identifica os erros do passado, tendo em vista a serem evitados. A História é também fundamental para a preservação da memória, para contextualização dos problemas atuais e para a formação do sentido da pertença e da legitimidade. Desta forma, uma dissertação histórica que visa analisar um período e uma figura é sempre um desafio e uma reflexão sobre a realidade.

A dissertação que é iniciada, insere-se no âmbito da História da Igreja. Sendo assim claro, o objeto de estudo ser a Igreja, tendo a sua expressão mais visível, nos batizados que a constituem.<sup>1</sup> No entender da História da Igreja é fundamental ter como ponto de partida aquele mandato de Jesus: «ide, pois, fazei discípulos de todos os povos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos tenho mandado» (Mt 28, 19-20). Com este mandato do próprio Jesus, a Igreja procurou anunciar Jesus a todos os povos, e, este anúncio, chegou aos nossos dias e à sociedade portuguesa. Só assim se entenderá o papel de Luiza Andaluz.

Luiza Andaluz Maria Langstroth Figueira de Sousa Vadre Santa Marta Mesquita e Melo nasceu a 12 de fevereiro de 1877, em Santarém, no seio de uma família nobre. Morre a 20 de agosto de 1973, na cidade de Lisboa. Por conseguinte, conclui-se que esta crente viveu três períodos da História de Portugal diferentes: a Monarquia Constitucional; a I República; e o Estado Novo. Consequentemente, com o intuito de delimitar o estudo, a dissertação tem como objetivo a análise da presença de Luiza Andaluz no Catolicismo da I República. A estrutura apresentada procurará dar uma resposta pertinente ao objetivo formado, sendo também esta a ordem que foi seguida para aprofundar o objetivo desta dissertação. Este trabalho seguirá uma estrutura tripartida. A estrutura permitirá uma análise qualitativa da documentação, focada na obra *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de*

---

<sup>1</sup> Os historiadores J. Derek Holmes e Bernard W. Bickers, no prefácio da sua obra *História da Igreja Católica*, recordam que a História da Igreja, por um lado, tem em atenção o facto da Encarnação e as implicações do Princípio Sacramental e, por outro, que a Igreja é uma realidade institucional, constituída por Humanos. Sendo, pois, evidente a possibilidade de a Igreja levar a cabo as suas circunstâncias históricas para se adaptar e influenciar a civilização, mas também para as integrar como suas. Cf. Bernard W. Bickers e J. Derek Holmes, *História da Igreja Católica* (Amoreiras: EDIÇÕES 70, 2021), 19.

*Fátima*,<sup>2</sup> mas também nos *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*<sup>3</sup> de Luiza Andaluz.

O primeiro capítulo, sendo um capítulo introdutório, apresentará uma contextualização da I República, sendo para isso necessário iniciar ainda no período da Monarquia Constitucional, para melhor ter presente os antecedentes da República. Este foi o período em que Luiza Andaluz nasceu e viveu até aos seus trinta e três anos. Já instaurada a República no país, é necessário explicitar as políticas presentes neste regime inaugurado a 5 de outubro de 1910. De forma especial, focar-se-á nas políticas que dizem respeito ao fenómeno religioso, de forma estrita no Catolicismo e a sua receção na Igreja. A receção da Igreja não será pautada por uma forma passiva, mas ativa, reconhecendo uma postura de recomposição. O capítulo terminará com uma análise síntese das formas de religiosidade católica, com um destaque para o acontecimento das aparições de Fátima, tão importante para a comunidade liderada por Luiza Andaluz.

Em seguida, no segundo capítulo abordar-se-á a pessoa de Luiza Andaluz no período da I República. Para este efeito, começa-se por apresentar um breve apontamento da sua biografia, juntamente com a sua integração na sociedade escalabitana, mas também as missões a que foi chamada desde muito jovem. A educação dada pelos seus pais, foi fundamental para as relações que deteve, mas também pelo altruísmo tão marcado na sua personalidade. A vida ativa do seu apostolado fê-la comprometer-se com várias obras, juntamente com a sua irmã. O momento de entrada no Carmelo da sua irmã foi provocador para Luiza Andaluz, deixando-a assim a questionar-se também pela sua vocação, tendo querido mesmo dar entrada neste lugar. Contudo, o seu discernimento não resultou na sua entrada, mas deu origem a uma nova comunidade religiosa em 1923. A compreensão que detinha da I República é o último aspeto abordado, dando a conhecer o seu entendimento sobre ainda a Monarquia, a República e as suas políticas, acrescentando uma visão ainda sobre a 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) e sobre as Aparições de Fátima (1917).

Finalmente, o terceiro capítulo focar-se-á na ação concreta de Luiza Andaluz na Igreja da I República, em que se torna presente uma forma concreta de vida em Igreja, um

---

<sup>2</sup> Cf. Luiza Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima* (Cascais: Lucerna, 2020). Esta obra é um texto redigido por Luiza Andaluz entre fevereiro de 1951 e 31 de maio de 1954. O título que a própria deu a este texto foi *Dados para a História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, sendo importante referir que a própria apresentou um apêndice que continha outros quinze documentos. Na edição que se segue, as editoras acrescentaram outros dois documentos, dado a sua ligação à obra Cf. Andaluz, 7–8.

<sup>3</sup> Cf. Luiza Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações* (Cascais: Lucerna, 2021). Este volume, tal como o nome indica, reúne vários documentos de cariz autobiográfico, pensamentos e consagrações. A data destes escritos varia muito, sendo o texto da sua consagração de 27 de junho de 1930.

contributo para a espiritualidade cristã. Muito ligado a esta ação, está a sua experiência de fé como fundamento da sua vida, tendo sempre como horizonte a confiança em Deus. Procura-se, num primeiro momento analisar, brevemente, alguns conceitos de espiritualidade e discernimento vocacional, sempre já relacionados com Luiza Andaluz. Para este efeito, conta-se com o contributo de Santo Agostinho, para apresentar uma síntese entre *fides qua* e *fides quae*, característica fundamental do percurso de fé maduro do crente. Esta síntese apontará para um próximo momento, o acordo entre vida ativa e vida contemplativa. Este acordo será um ponto central desta dissertação, uma vez que há uma tendência, natural, entre os crentes, de hoje mesmo, em separar estas duas formas de vida em Igreja. Luiza Andaluz propõem ao crente que faça um caminho de afirmação, de integração, unidade e de harmonização entre estas duas formas de vida religiosa, tão marcantes na História da Igreja. Também, marcada pelo episódio de Marta e Maria, Santa Teresa de Ávila ensina que estas duas realidades devem estar presentes na vida crente. O segundo ponto terá presente a comunidade formada por Luiza Andaluz, sempre pautada pela obediência à hierarquia da Igreja, percebendo que nesta obediência realizava a sua vocação, como um serviço à Igreja. A fundadora integra a sua experiência de fé na congregação criada e isto serve-lhe como elemento primeiro.

Importa notar que aquilo que é pretendido não é uma biografia exaustiva de Luiza Andaluz. Muito menos apenas uma contextualização da Igreja na I República, em Portugal. A dissertação pretende ser uma reflexão interpretativa sobre o percurso de uma mulher, em que se dialoga, por um lado, com a sociedade e, por outro, com a experiência do Catolicismo. Sendo notório a importância para a História da Igreja em Portugal, o estudo da História Religiosa, dado que os próprios católicos são parte integrante da mesma sociedade.<sup>4</sup> No final de contas, é também fundamental que, de uma maneira subtil, se ponha em diálogo a natureza e condição do ser cidadão com o ser católico, sendo Luiza Andaluz um exemplo desta realidade. Este diálogo é tão atual e pertinente como há cem anos.

Ainda que já seja extensa, a bibliografia sobre a Igreja na I República, não é sempre demais procurar fazer síntese. Para este efeito, conta-se, fundamentalmente, com as coleções da *História Religiosa de Portugal*, juntamente com o *Dicionário de História Religiosa de*

---

<sup>4</sup> António Matos Ferreira, na sua tese de doutoramento, também começa por afirmar que o seu propósito é «reflectir o modo como a Igreja Católica, comunidade de crentes e parte integrante da sociedade, pensava o país como realidade nacional e, ao mesmo tempo, como é que a sociedade, nos seus diversos quadrantes, compreendia ou combatia a Igreja», António Matos Ferreira, *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional: Manuel Isaias Abúndio da Silva (1874-1914)* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2007), 21. Intui-se, então, a dimensão social do Catolicismo, ou seja, a presença do Catolicismo na sociedade e a presença da sociedade no Catolicismo.

*Portugal*, contando com outros artigos mais recentes de outros autores.<sup>5</sup> Já em relação a Luiza Andaluz também já há alguns elementos que constituem uma bibliografia básica.<sup>6</sup> Ainda assim, um foco completo apenas na relação entre I República e Luiza Andaluz não havia sido feito. É nesta senda que este trabalho se insere, sendo de salientar que se desenvolveu também na continuidade com a realização de um trabalho, mais amplo, já realizado no âmbito do Seminário Temático *História da Pluralidade Religiosa*.

A definição de Luiza Andaluz como foco desta dissertação deve-se, por parte, por causa da proximidade e pela pertença à Diocese de Santarém, ainda que no período da sua vida não tenha assistido à sua criação. É, por isso, entusiasmante ver-se aprofundada a relação desta mulher, que viveu tamanha longevidade, com a I República, período tão desafiante para a História de Portugal, mas também para o Catolicismo. É também de destacar a afirmação de Ricardo Figueiredo – «encontramos, deste modo, um traço particular do nosso Deus: Ele responde às crises suscitando a santidade»<sup>7</sup> – uma vez que esta ideia é fundamental para uma compreensão mais completa da História da Igreja, em que há um diálogo sério entre Teologia e Antropologia. À sociedade deste tempo poderá parecer distante, mas é importante salientar que a própria linguagem de Luiza Andaluz reflete sempre a sua educação, o seu tempo, a sua envolvimento nas estruturas.

No caso em estudo e pela fé, verifica-se que Deus suscitou no coração de Luiza Andaluz uma vocação à vida religiosa, para a Igreja. Juntamente com estas duas motivações, percebe-se ainda uma necessidade fundamental em reafirmar a ação de recomposição da Igreja na I República, juntamente com os rostos concretos que fomentaram esta ação.

---

<sup>5</sup> Por exemplo: Adélio Fernando Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», *Humanística e Teologia*, 2010, 157–86; José Miguel Sardica, «Revolução republicana», em *História Global de Portugal* (Lisboa: Temas e Debates, 2020), 545–51. Paulo Fontes, «Igreja Católica, sociedade e Estado em Portugal no século XX», em *Igrejas e Ditaduras no Mundo Lusófono* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2019), 159–202.

<sup>6</sup> Por exemplo: José Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade* (Santarém: Servas de Nossa Senhora de Fátima, 1977); Maria Isabel Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo* (Lisboa: Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, 2008); Ricardo Figueiredo, «Deixou o palácio para se dedicar aos pobres» *Biografia espiritual de Luiza Andaluz* (Apelação: Paulus, 2023).

<sup>7</sup> Figueiredo, «Deixou o palácio para se dedicar aos pobres» *Biografia espiritual de Luiza Andaluz*, 15–16. Para além desta afirmação, com um intuito de corroborar o que já dito, o mesmo autor, escreve: «contudo, olhando a história da Igreja, vemos como a resposta de Deus às crises e às dificuldades é sempre a santidade. [...] diante de um país que vivia num profundo tumulto social e político, Deus suscitou no seu coração o desejo de santidade». Figueiredo, 21.

## CAPÍTULO 1 – O CATOLICISMO NA DINÂMICA DA I REPÚBLICA

De forma a melhor compreender o lugar e a ação de Luiza Andaluz no período da I República, considerou-se pertinente iniciar este estudo com uma contextualização do Catolicismo português desse mesmo período. Será assim mais proveitoso, após conhecer-se este contexto histórico, avançar-se propriamente para o núcleo deste trabalho, em que se procura analisar a ação de Luiza Andaluz, como mulher-crente, na Igreja da I República.

Com esta contextualização, sintetizar-se-á a articulação entre a Igreja Católica e a sociedade portuguesa. Os historiadores Dom Manuel Clemente e Paulo Fontes, referindo-se à *vitalidade do catolicismo português nos séculos XIX e XX* chamam a atenção para a necessidade de «acompanhar tais ritmos de renovação, no quadro das grandes mutações socioculturais em curso na sociedade dos séculos XIX e XX». <sup>8</sup> Para compreender o fenómeno religioso cristão, de uma forma particular o Catolicismo, <sup>9</sup> localizado no tempo e no espaço, torna-se fundamental situar a problemática que acompanhará este estudo: o entendimento da Igreja Católica como parte integrante da sociedade, na viragem do século XIX para o XX, mas que também com ela se transforma. <sup>10</sup> Sobre este assunto, António Matos Ferreira conclui:

os crentes são parte da sociedade e esta não pode ser compreendida sem a sua existência. Não existe, por um lado a dinâmica da sociedade e, por outro, a religião. A religião e todas as vivências religiosas constituem parte incontornável para a perceção da complexidade da sociedade. <sup>11</sup>

Sobre a presença da Igreja na sociedade, é interessante perceber a importância do impacto dos meios de comunicação, a imprensa, a rádio, a televisão. <sup>12</sup> Assim, a partir destes meios, contou-se com a importante missão de divulgação de informação para a sociedade, tendo como horizonte o apostolado e o bem comum. <sup>13</sup>

Aquando do nascimento de Luiza Andaluz, em 1877, percebe-se que Portugal vivia num tempo de Monarquia Liberal, com laços com a Igreja Católica. Assim, pode-se inserir a

---

<sup>8</sup> Manuel Clemente, «A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República», em *História Religiosa de Portugal*, vol. 3 (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 65.

<sup>9</sup> Este trabalho terá como foco o Catolicismo na sociedade portuguesa. Para o conhecimento do Protestantismo em Portugal neste período, remete-se para Rita Mendonça Leite, *Representações do Protestantismo na Sociedade portuguesa Contemporânea: da exclusão à liberdade de culto: 1852-1911* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2009).

<sup>10</sup> Cf. Manuel Clemente e Paulo Fontes, «Vitalidade do Catolicismo nos séculos XIX e XX: Introdução», em *História Religiosa de Portugal*, vol. Volume 3 (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 62.

<sup>11</sup> Matos Ferreira, *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, 441.

<sup>12</sup> Cf. Paulo Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», em *História Religiosa de Portugal*, vol. Volume 3 (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 135.

<sup>13</sup> Em Portugal surge o jornal do episcopado – o *Novidades*, lançado em 1923, ligado à União Gráfica, onde as Servas de Nossa Senhora de Fátima desempenhariam funções essenciais – e, mais tarde em 1936, a Rádio Renascença.

vida de Luiza Andaluz num tríptico temporal. O primeiro quadro reporta-se ao final do século XIX e é marcado pelas mudanças sociais e políticas, consequências dos conflitos liberais do início do século XIX. O segundo quadro emerge com a queda da Monarquia Constitucional e a afirmação da Primeira República até 1926. Por fim, o breve período da Ditadura Militar e aprovação da Constituição de 1933, onde se afirma o Estado Novo. O Catolicismo português esteve presente, procurando, tal como escreve Maria da Costa Rodrigues, «redefinir-se face aos Estado, face a outras posturas religiosas, ideológicas e culturais emergentes na sociedade e face à verdade que transporta».<sup>14</sup>

Importa notar que o período histórico de Luiza Andaluz, bem como o nosso, têm uma marca comum, a da modernidade que funciona como uma categoria de autoidentificação, que por sua vez tem a marca do progresso. Esta ideia faz-nos entrar na tensão com o antigo, uma vez que nos remete para tentativas de revisão e de superação de experiências e ideias do passado, que se recebe, valorizando a pessoa e a capacidade de se realizar e fazer frente àquilo que o envolve. Neste sentido, a modernidade é um ponto de chegada do processo de modernização. E é aqui que se aborda a questão da secularização, como um elemento fundamental do tempo em estudo, mal-entendida nalgumas sociedades, mas também como um fruto da mesma modernidade. Trata-se de um período histórico de Portugal marcado especialmente por um incremento do processo de secularização.<sup>15</sup> Uma secularização com um forte pendor laicista, anticlerical e antieclesial, tal como a tradicional historiografia aponta.<sup>16</sup>

O processo de secularização levanta uma questão fundamental feita neste primeiro capítulo: qual é o papel e o lugar da Igreja Católica neste processo? A este propósito, Paulo Fontes explica que «a própria Igreja sublinhou o que considera ser o seu contributo para a definição da matriz cultural do país e o seu papel no reforço da identidade nacional, como modo de reafirmar a importância e o significado da sua presença na sociedade portuguesa contemporânea, sobretudo quando a sente posta em questão».<sup>17</sup> Para o mesmo historiador esta foi uma questão pertinente para a compreensão e afirmação do Catolicismo na contemporaneidade.<sup>18</sup> Destaca-se a referência do movimento católico, tendo este um valor crucial no papel da evangelização e da cristianização da sociedade, levando a que a Igreja tenda a demarcar-se de algumas manifestações da chamada religiosidade popular.

---

<sup>14</sup> Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 15.

<sup>15</sup> Cf. Clemente e Fontes, «Vitalidade do Catolicismo nos séculos XIX e XX: Introdução», 62.

<sup>16</sup> Para os conceitos de secularização e de laicidade, tem-se em conta as seguintes entradas: António Matos Ferreira, «Secularização» e «Laicidade», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

<sup>17</sup> Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 135.

<sup>18</sup> Cf. Fontes, 135.

Verifica-se que no período inicial da I República, existem dois focos nos quais a Igreja presta especial atenção: se por um lado, foca-se na atenção à política laicizadora, por outro, aborda a guerra religiosa, ambos em curso na sociedade portuguesa. No entanto, a laicização não é uma novidade do regime republicano português.<sup>19</sup> Assistia-se, desde o final da Monarquia Constitucional, à afirmação de um programa político laicizador nas principais instituições em Portugal.

A experiência religiosa do Catolicismo em Portugal fez-se, por um lado, do aparecimento de um espírito militante de ser católico; por outro, da recomposição do próprio Catolicismo.<sup>20</sup> Na viragem do século XIX para o XX, Portugal era uma sociedade liberal, em processo de desconfessionalização, secularização e laicização. É também entendido que o Catolicismo Social, que vinha a trilhar caminho desde o final do século XIX, procurava centrar a ação da Igreja na restauração da ordem social-cristã,<sup>21</sup> tendo como principais chaves de leitura a resistência à legislação de pendor laicizante, mas também, a apresentação de propostas de participação ativa no longo processo de recristianização.<sup>22</sup>

### **1.1. O Catolicismo na Monarquia Constitucional: do Liberalismo à República**

Em Portugal, a primeira metade do século XIX foi muito conturbada. O triunfo e a consolidação do Liberalismo e a constitucionalização do regime permitiram a estabilidade e o desenvolvimento ao país, de uma forma especial no âmbito económico.<sup>23</sup>

O regime liberal, implantado entre 1822 e 1834, manteve o Catolicismo como religião oficial de estado,<sup>24</sup> mas, como afirma Adélio Abreu, «contribuiu decisivamente para a alteração da fisionomia da Igreja em Portugal».<sup>25</sup> Da Igreja e dos seus elementos esperava-se que fossem comunicadores de bons costumes, bem como elementos construtores do Estado e que dele dependessem, sendo esta a sua principal função, como que um instrumento do Estado.<sup>26</sup> A Igreja teve que repensar a sua missão religiosa e lutar pela sua autonomia face ao

---

<sup>19</sup> Cf. Fontes, 137.

<sup>20</sup> Cf. Fontes, 137.

<sup>21</sup> Cf. Fontes, 137.

<sup>22</sup> Cf. Fontes, 129.

<sup>23</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 16.

<sup>24</sup> Verifica-se que, tanto na Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826, garantiram o Catolicismo como religião oficial do Estado. Cf. Jorge Miranda, *As Constituições portuguesas. De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 3.<sup>a</sup> Edição (Lisboa: Petrony, 1992).

<sup>25</sup> Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 159.

<sup>26</sup> Cf. Abreu, 159.

Estado,<sup>27</sup> tão necessária para a sua realidade. Assim, do Liberalismo português nasce o regalismo liberal.

Desde a implantação do Liberalismo até à assinatura da concordata de 1848<sup>28</sup> assistimos a iniciativas de legislação marcadas pelo regalismo.<sup>29</sup> Por conseguinte, juntavam-se duas vontades: por um lado, um desejo de tomar posse dos bens da Igreja e, por outro, o desejo de controlo da sua atividade.<sup>30</sup> Era óbvio que assim começassem a surgir dificuldades entre Estado e Igreja Portuguesa, mas também com a Santa Sé. As relações com a Santa Sé foram suspensas em 1833. Os católicos portugueses procuraram responder, através do combate político e percebendo a importância de um regresso ao regime absolutista. Destacam-se as dificuldades vividas pela Igreja, quer a nível financeiro, quer a nível social.

O advento do Liberalismo dava os primeiros passos. As primeiras dificuldades impostas ao Catolicismo nasceram durante a mudança da Monarquia Absoluta para a Liberal, sendo esta marcada pelas ideias do Liberalismo francês em torno das divisas “Liberdade, Igualdade, Fraternidade.” Na verdade, assiste-se, no panorama português, a um crescente anticlericalismo, presente durante o período de implementação do regime liberal e cujo culminar haveria de ter lugar já durante a implantação da República em Portugal.

O período, conhecido por Regeneração, ocorreu entre 1851 e 1868. Percebe-se que o nome que esteve em primeiro plano na política portuguesa foi o de António Maria de Fontes Pereira de Melo, que além de deputado do reino foi ministro das obras públicas e posteriormente Chefe do Governo. Fontes Pereira de Melo propôs criar riqueza em Portugal, fazendo muito mais do que criar só riqueza, dando lugar a novo período no regime posteriormente conhecido como Fontismo.<sup>31</sup> Neste período destaca-se a estabilidade e apaziguamento do ambiente político, estabelecendo alianças com os diversos partidos, deixando de lado todas as divisões e conflitos políticos existentes; do ponto de vista económico, a promoção da industrialização, o incentivo à agricultura, comércio e os investimentos das infraestruturas de comunicação; na administração pública, percebe-se a

---

<sup>27</sup> A Igreja funcionava como dependente do Estado e, por isso, era como que o vigilante da atividade eclesial, surgindo uma visão regalista: «pode considerar-se que o Estado liberal, para afirmar a sua autoridade e a sua eficácia, disputava à Igreja Católica a sua presença social, procurando ordená-la no quadro da constitucionalização do regime e no seu funcionamento, desenvolvendo uma actuação regalista», António Matos Ferreira, *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, 21.

<sup>28</sup> Embora tenham sido retomadas as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, percebe-se que a Igreja Portuguesa permaneceu sob alçada do poder político em Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 160.

<sup>29</sup> A saber, como escreve Adélio Abreu: «foram suprimidos os dízimos que até então sustentavam a Igreja, abolido o foro eclesiástico, eliminados os padroados eclesiásticos e laicais, assumindo-se o rei como único padroeiro, extintas as ordens religiosas e nacionalizados os seus bens», Abreu, 160.

<sup>30</sup> Cf. Abreu, 160.

<sup>31</sup> Segue-se: Rui Ramos, «III Parte - Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI)», em *História de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2015), 521–48.

criação de uma administração pública, tornando-a mais eficiente e profissional; do ponto de vista financeiro, procurou-se reorganizar as finanças do Estado, reduzindo a dívida e procurando aumentar a receita do Estado.

Contudo, havia alguns descontentes com a Monarquia Constitucional. Assim, em 1876, foi fundado o Partido Republicano, apoiado por membros da Maçonaria, defensores de uma política antimonárquica. Adélio Abreu aponta para a existência de um movimento republicano presente em Portugal desde os anos 70 do século XIX, já com uma tentativa de derrubar o regime monárquico no Porto a 31 de janeiro de 1891.<sup>32</sup> Os comícios e as manifestações, promovidas nos diversos meios locais, conduziram a um mal-estar político que teve o seu apogeu no regicídio.<sup>33</sup> Todavia, a implantação da República aconteceria cerca de vinte anos depois, tendo vários fatores que convergiram nesta realidade. O mesmo autor afirma:

a submissão de Portugal à política colonial inglesa, o maior peso dos defensores dos ideais republicanos, o declínio do rotativismo liberal, a crise económico-social do país, a corrupção que tocava a elite política e a sociedade portuguesa, o regicídio de 1908 faziam adivinhar uma mudança. À mesma subjazia sobretudo um anseio de modernização do país e da sociedade portuguesa, pelo prisma civilizacional que o iluminismo apresentou e a revolução francesa concretizou politicamente na esfera europeia do nosso mais directo influxo recebido.<sup>34</sup>

O conceito de liberdade promovido pelo Liberalismo era essencial. As novas monarquias constitucionais europeias questionavam a ideia de o Catolicismo ser a “religião do Estado”, tentando eliminar esse privilégio das constituições liberais.<sup>35</sup> Constitucionalmente, foi ganhando terreno a ideia de Estado Liberal não confessional, mas em Portugal a Monarquia Constitucional nunca deixou de se autorrepresentar como confessionalmente católica.

Do ponto de vista da vida religiosa, é importante destacar que a implantação do Liberalismo em Portugal foi acompanhada de medidas anticongreganistas, como a expulsão e extinção das ordens religiosas, e a consequente nacionalização dos seus bens. Os governos liberais tentaram ainda limitar o poder da Igreja e o regime republicano que se lhe seguiu retomou as medidas anticongreganistas e assumiu uma postura ativamente anticlerical,

---

<sup>32</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 157.

<sup>33</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 17.

<sup>34</sup> Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 157.

<sup>35</sup> Cf. A. Roque de Almeida, *Para ler a História da Igreja em Portugal* (Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1996), 149.

espelhada em casos como a situação dos padres pensionistas.<sup>36</sup> É neste contexto que começam a surgir movimentos de consciência católica que reivindicavam o seu lugar na sociedade.<sup>37</sup> Contudo e apesar de algumas guerrilhas na vida política, o Catolicismo era a religião da maioria da população portuguesa.

Na querela entre o Liberalismo e o Catolicismo, tornou-se fundamental o papel do Papa Leão XIII, fazendo evoluir a perceção negativa existente da oposição ao regime liberal por parte do Catolicismo. À escala nacional, destaca-se o I Congresso Catequético na Guarda, em 1905, que promovia a participação dos leigos na pastoral; e a dinamização de movimentos como a Juventude Católica Portuguesa.<sup>38</sup> É relevante, do ponto de vista histórico, verificar que começa a surgir um processo de recomposição do Catolicismo, que se prolongará ao longo de anos. Este processo acontece após a revolução liberal que dá origem a uma sociedade que, sendo confessional, se confrontava com dinâmicas progressivamente plurais.<sup>39</sup> Iniciativas como o I Congresso Católico, a Associação Católica, bem como os Círculos Católicos de Operários são sinais de uma abertura à realidade social, a uma resposta organizada da parte dos católicos, bem como à formação necessária para o ser cristão.<sup>40</sup> Para além desta realidade, destacam-se, em 1882, a criação da União Católica Portuguesa e em 1884 a criação do Centro Católico Parlamentar. Após o fracasso destas, criou-se o Partido Nacionalista em 1901.<sup>41</sup>

No contexto da política anticongreganista do regime liberal, vê-se também surgir, com base na dinamização de atividades de beneficência, missionárias e educativas, novos institutos religiosos. É de salientar novamente o desejo que o Estado tinha de expropriar os bens que

---

<sup>36</sup> A aceitação ou não das pensões da parte do clero foi um claro sinal para perceber a autonomia da Igreja face ao Estado, como se fosse uma medida para compreender se há adesão às suas propostas ou não, tanto da parte do Estado como da Igreja. É de destacar as dificuldades vividas pela Igreja que enfatizavam mais excelentemente as dificuldades dos membros do clero. Ainda assim, destaca-se que a maioria do clero recusou a pensão oferecida pelo Estado, variando entre valores entre 10 e 20 por cento (os maiores números encontravam-se nas dioceses de Lisboa, Évora e Beja). Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 141.

<sup>37</sup> Ainda assim, Dom Manuel Clemente afirma: «poderemos afirmar que o episcopado português da monarquia constitucional foi demasiado discreto na sua atuação, mais defensivo que proponente, mais preocupado em salvar o que lhe parecia possível do que ousado em arriscar o necessário», Manuel Clemente, «Igreja e Sociedade Portuguesa do Liberalismo à República», *DIDASKALIA*, n.º XXIV (1994): 125.

<sup>38</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 23–24.

<sup>39</sup> Cf. Ana Maria Jorge, «Os Participantes do I Congresso Católico Português (1871-1872)», *Lusitania Sacra*, 2000, 377.

<sup>40</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 162. Como também indica este autor, esta abertura à realidade social é uma forma de presença da Encíclica da *Rerum Novarum*, dedicada ao Catolicismo social.

<sup>41</sup> Cf. Abreu, 164.. Para um maior aprofundamento, veja-se: Amaro Carvalho da Silva, «Os trabalhos de Sísifo para a organização de um partido católico em Portugal: do Ultimato à República (1890-1913)» (Dissertação de Doutoramento em História e Cultura das Religiões, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2022).

eram pertença da Igreja Católica. Em 1901 o legislador reforçou as políticas de teor anticongreganista.<sup>42</sup> Hugo Dores afirma, em relação ao papel das congregações:

Igreja Católica continuava a ser uma das principais realidades estruturais do país, com um determinante trabalho em âmbitos como o da assistência e o da educação, para além de um papel fundamental na política colonial através da missão ultramarina. O liberalismo não conseguira substituir-se à Igreja nestas áreas, sendo esse vazio aproveitado por esta para manter a sua presença, e até influência, na sociedade.<sup>43</sup>

Os dados que provinham da sociologia apresentavam que cerca de 99% da população portuguesa era católica romana, sendo que apenas 1% era quantificável como pertencente a outras confissões religiosas.<sup>44</sup> Afirma-se que o próprio Estado, neste período, considerou importante manter alguma relação com Igreja, uma vez que se avistavam desenvolvimentos do republicanismo e do socialismo, bem como de ameaças às colónias portuguesas.<sup>45</sup>

A fase final da Monarquia Constitucional, especialmente a partir de 1870, teve um maior foco numa primeira abordagem às políticas antirreligiosas. Na verdade, «as constituições liberais dos antigos países católicos consideravam ainda, apesar de todos os males, o Catolicismo a “religião do Estado”».<sup>46</sup> É neste período que se encetam políticas que procuram eliminar a religião da sociedade civil, anunciando um processo de laicização do Estado que seria radicalizado durante o período republicano. Em termos gerais, o programa laicista pretende construir uma sociedade nova sem a presença, na esfera pública, da Igreja Católica, começando, tal como explica Roque de Almeida, «geralmente pela neutralidade escolar e acaba na separação da Igreja do Estado, no despojamento dos bens eclesiásticos e na secularização de toda a vida social».<sup>47</sup> Daqui, surgiria a grande questão que os católicos e os pensadores fizeram: a República, perseguindo a Igreja, será que respeitou verdadeiramente os valores universais da liberdade, desvalorizando as convicções católicas da sociedade portuguesa?

---

<sup>42</sup> Tal como refere Adélio Abreu, percebe-se que esta legislação de 10 de março 1901 retoma a legislação de 1833-34, ainda que passado cerca de um mês (18 de abril) admitissem a presença de associações religiosas, com autorização governamental, que se dedicassem à beneficência, educação e às missões, pretendendo regular o papel destas congregações. Cf. Abreu, 163.

<sup>43</sup> Hugo Dores, «Situação Religiosa no início do século XX: do caso Calmon à Lei da Separação (1901-1911)», *Agência Ecclesia: edição especial - centenário da república*, 5 de outubro de 2010, 11.

<sup>44</sup> Recorde-se que desde 1826 o Catolicismo era considerado, pela Carta Constitucional, como a religião do Reino, ainda que fossem toleradas a existência de outras confissões Cf. Dores, 14.

<sup>45</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 163.

<sup>46</sup> Cf. Roque de Almeida, *Para ler a História da Igreja em Portugal*, 149.

<sup>47</sup> Roque de Almeida, 150.

Esta sociedade vem tirar o lugar à sociedade da cristandade,<sup>48</sup> tão presente em períodos anteriores, em que o cristianismo era, no contexto europeu, a única, ou melhor, no contexto europeu, a mais preponderante. A maioria dos portugueses vivia sérios atrasos comparando com outros países da Europa. Portugal era um país pobre, rural e analfabeto, ainda que detivesse ainda um vasto território colonial.<sup>49</sup> A civilização liberal tem como marca, do ponto de vista religioso, a transição de uma sociedade onde o religioso abarca todas as dimensões da vida, para uma sociedade onde o cristianismo é uma de entre muitas posições. Dá-se conta de que a República, instaurada em 1910, finda completamente com aquilo a que se chamava por “aliança do Trono e do Altar”, onde inseria a ação religiosa num novo quadro jurídico.

Durante a tarde do dia 1 de fevereiro de 1908, o rei D. Carlos I e o príncipe real D. Luís Filipe foram assassinados durante uma passagem pela Baixa de Lisboa, sem escolta e de carruagem aberta.<sup>50</sup> Sobre aqueles que provocaram o golpe, sabe-se que «as responsabilidades pelo regicídio ficaram por apurar».<sup>51</sup> O regicídio transformou o panorama político.<sup>52</sup>

A crise na Monarquia Constitucional impulsionou a mudança de regime.<sup>53</sup> A I República reinterpreto os valores da igualdade, liberdade e fraternidade à luz da ética republicana e dessa reinterpretação resultaria, logo após a implantação do novo regime, uma pulverização de posições, umas no sentido mais radical, outras no sentido mais moderado.

A República perspetivava a Igreja como parceira da Monarquia,<sup>54</sup> o regime anterior que fora abandonado, considerando, portanto, como uma realidade a ser controlado pelas políticas republicanas. Na verdade, sabe-se que o Catolicismo não é uma realidade homogénea, mas plural.

No seio dos governos da Monarquia, surgiam algumas políticas que já se apresentaram como antirreligiosas, fazendo mesmo uma propaganda ideológica anticlerical. O

---

<sup>48</sup> Onde Deus era o centro; o infiel era o inimigo (herege) maior crime era a blasfémia; a crença era o padrão da sociedade; a vida monástica era apresentada como o ideal de vida, opondo-se à vida secular.

<sup>49</sup> Cf. Sardica, «Revolução republicana», 545.

<sup>50</sup> Cf. Ramos, «III Parte - Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI)», 572.

<sup>51</sup> Ramos, 572.

<sup>52</sup> Percebe-se que, já à partida, o segundo filho do rei, o Jovem, D. Manuel, não havia sido formado para ser rei e para fazer frente às perseguições, por exemplo, as republicanas.

<sup>53</sup> Explica Paulo Jorge Fernandes: «o regime enfrentava uma crise de falta de credibilidade na opinião pública e estava cercado e atacado pelo extremar da violência eleitoral e pela ameaça dos ataques bombistas levados a cabo por anarquistas, carbonários e republicanos radicais, mas também pelo esgotamento das soluções políticas saídas dos partidos rotativos e por uma sucessão de escândalos financeiros, que se acumulavam a um ritmo vertiginoso», Paulo Jorge Fernandes, «Impacte internacional do regicídio de D. Carlos», em *História Global de Portugal*, 1.a edição (Lisboa: Temas e Debates, 2020), 539.

<sup>54</sup> Adélio Abre escreve: «o catolicismo era conotado com a monarquia cessante e com o obscurantismo de um passado a apagar ou pelo menos a transferir do domínio da vida pública para o privado das consciências, sem repercussão social», Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 158.

republicanismo considerava que, como refere José Miguel Sardica, «a Igreja e o catolicismo eram os principais responsáveis pelo obscurantismo, pela reação, pela decadência e pelo atraso».<sup>55</sup> Neste sentido, a República substituiria a Monarquia, tendo como ideia uma visão messiânica dela própria, como se se propusesse como uma substituição. Isto significa que a República se entendia como um sistema político que se concessionava como substituta da conceção religiosa que propunha o livre pensamento.<sup>56</sup>

Tudo se conjugou para uma primeira fase do novo regime político marcada por uma tensão em relação à Igreja, no contexto da qual se procurou ativamente combater a influência do Catolicismo, surgindo inclusivamente referências à sua erradicação.<sup>57</sup> Imediatamente após a revolução, no dia 8 de outubro de 1910, foram decretadas pelo ministério da Justiça que continuassem em vigor as leis de 3 de setembro de 1759, as de 28 de agosto de 1767, e a de 28 de maio de 1884 – conhecida pela *lei de Joaquim António de Aguiar* sobre a expulsão dos jesuítas e encerramento de conventos.<sup>58</sup> Neste sentido, a legislação do governo de Hintze Ribeiro de 18 de abril de 1901, que permitia à Igreja Católica associar-se, tendo como horizonte a beneficência, o ensino e as missões, foi anulada.<sup>59</sup> Ainda que mantendo o controlo e a pressão sobre as congregações religiosas, aquela legislação tinha permitido que as mesmas regressassem a Portugal. Com a política da I República, as congregações religiosas foram de novo expulsas, bem como os seus bens confiscados, uma vez que foram repostas a legislação pombalina e as leis anticongreganistas de Joaquim António de Aguiar.<sup>60</sup> Por conseguinte, a política laicizadora da I República é marcada por estas realidades, tornando visível a hostilização ao Catolicismo. Verifica-se, segundo Bruno Cardoso Reis, que o que era pretendido era «não só um regime político que dispensa o Catolicismo como legitimação do

---

<sup>55</sup> José Miguel Sardica, *Portugal Contemporâneo: Estudos de História* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013), 367.

<sup>56</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 137.

<sup>57</sup> Paulo Fontes afirma que «o adversário desta luta era, evidentemente, o que o episcopado percecionava como um programa intencional de laicização da vida social e de privatização da fé», Fontes, 143..

<sup>58</sup> Cf. «1910\_10\_dg4\_decreto\_8\_10.pdf», acessido 2 de outubro de 2023, [http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/s20/1901\\_1910/1910/1910\\_10\\_dg4\\_decreto\\_8\\_10.pdf](http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/s20/1901_1910/1910/1910_10_dg4_decreto_8_10.pdf). Estas medidas do Governo Provisório foram o início de grandes conflitos existentes entre a Igreja e o Estado, encontrando, em muitos mais decretos, barreiras que eram colocadas à Igreja: o fim de ensino da doutrina católica no ensino público (Decreto de 22 de outubro); a extinção da Faculdade Teologia (Decreto de 23 de outubro) e a supressão da cadeira de Direito canónico no curso de Direito (Decreto de 14 de novembro); os “dias santos” consideram-se como dias de trabalho, à exceção de Domingo, bem como dos feriados religiosos, exceto o Natal, transformando-o em “dia da família” (Decreto de 12 de outubro); a lei do divórcio, considerando no casamento um valor contratual (Decreto de 3 de novembro e de 25 de dezembro); a proibição da presença das forças de segurança em celebrações religiosas (Decreto de 18 de outubro); a criação dos registos civis, tirando essa função ao clero (Decreto de fevereiro de 1911).

<sup>59</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 166.

<sup>60</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 137.

poder, mas também um poder que, inicialmente pelo menos, se procura legitimar contra o catolicismo».<sup>61</sup>

Um novo regime em Portugal exige uma mudança de paradigma político, social, ético. Tendo particular atenção ao fenómeno religioso, entende-se que este novo regime aplica diversas medidas à Igreja, dado que o anticlericalismo era um elemento central do republicanismo e, mais do que isso, segundo Manuel Braga da Cruz, «a implantação da República foi acompanhada de uma vasta campanha anti-religiosa».<sup>62</sup> Esta bandeira republicana esteve presente desde cedo na história do republicanismo. Dá-se conta que diversos membros do clero foram maltratados e aprisionados, tendo como apogeu a morte dos padres Barros Gomes e Alfredo Fragues,<sup>63</sup> da congregação da Missão. O que estava a acontecer em Portugal, do ponto de vista religioso era o confronto com duas frentes: o setor católico e a nova política republicana.<sup>64</sup> Esta nova política e as medidas implantadas por ela, visavam reduzir o papel de influência da Igreja.<sup>65</sup>

Dentro do próprio Catolicismo, verifica-se que alguns católicos eram favoráveis às reformas sociais, sendo necessariamente capazes de se unirem à política e às reformas de melhorar a vida social da comunidade. Por outro lado, há uma facção conservadora que se centra nos interesses da Igreja, tendo uma grande expressão nos jesuítas.

A República Portuguesa<sup>66</sup> e o respetivo movimento republicano teve como principal influenciador o movimento já existente em França.<sup>67</sup> Se por um lado, se dá conta desta realidade nos momentos iniciais de propaganda e de agitação, também se constata naquilo que

---

<sup>61</sup> Bruno Cardoso Reis, «O Catolicismo e o Estado na História religiosa Contemporânea», *Lusitania Sacra*, 2009, 270.

<sup>62</sup> Manuel Braga da Cruz, «A Igreja e Estado: III. Época Contemporânea», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000), 406.

<sup>63</sup> No entender da Conferência Episcopal Portuguesa, «este surto de crescimento foi bruscamente interrompido em 1910, ano em que foram assassinados dois virtuosos missionários, os padres Alfredo Fragues, Provincial, e Bernardino Barros Gomes, ilustre homem de ciência», Conferência Episcopal Portuguesa, «Nota Pastoral sobre os quatro séculos de evangelização e três de presença em Portugal da Congregação da Missão», Conferência Episcopal Portuguesa, 10 de novembro de 2016, <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/nota-pastoral-da-cep-sobre-os-quatro-seculos-de-evangelizacao-e-tres-de-presenca-em-portugal-da-congregacao-da-missao/>.

<sup>64</sup> Para uma maior compreensão, veja-se: Maria Lúcia de Brito Moura, *A «Guerra Religiosa» na I República* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2010).

<sup>65</sup> É importante perceber que o republicanismo considerava que a Igreja era nociva e que se autoapresentava contra o pensamento progressista e moderno, reconhecendo-se como conservadora e anti moderna. As várias medidas tomadas pela República eram consideradas como limitadoras do poder de influência da Igreja na Sociedade, dando lugar a uma total consolidação do regime republicano.

<sup>66</sup> É relevante compreender que à medida que a República se constituía, esta procurava enfraquecer a Igreja na com medidas severas, mas também reativando mecanismos como o beneplácito, como também a instituição do regime das cultuais, subordinando o direito de provimento eclesiástico, em cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 141.

<sup>67</sup> Afirma José Miguel Sardica que «a França via com bons olhos o programa anticlerical português e entendia a futura República lusa como uma “irmã” congénere no mapa europeu, ajudando a desarmar uma eventual ameaça espanhola», Sardica, «Revolução republicana», 549.

é a legislação que foi promovida.<sup>68</sup> Neste sentido, José Miguel Sardica afirma «foi de Paris que chegaram os grandes ingredientes definidores da mundividência republicana portuguesa: o método revolucionário, a retórica das liberdades e o programa laicista da separação da Igreja da escola e do Estado».<sup>69</sup> A Lei da Separação Portuguesa é muito semelhante com a francesa de 1905.<sup>70</sup> Algo esperado pela Igreja era terminar com a confessionalidade do Catolicismo, de modo a autonomizar a Igreja face ao poder político vigente, bem como colocar fim ao estatuto funcional do clero.<sup>71</sup> Pelo contrário, a República que ganhava contornos em Portugal para limitar a ação da Igreja, criando condicionamentos à mesma, tal como escreve Paulo Fontes: «vê-se privada de personalidade jurídica, expropriada da maior parte dos seus bens, sujeita a um regime de completa funcionarização do clero diocesano, mais próxima do enquadramento de uma Igreja nacional».<sup>72</sup>

Ao tempo da revolução republicana, percebe-se que ainda eram poucas as repúblicas espalhadas por este mundo fora. Mesmo assim, percebe-se que foi um período marcado por revoluções, violência internacional e convulsões sociais e políticas<sup>73</sup>. Compreende-se que o acontecimento do Regicídio, ainda que tenha tido um impacto nas notícias internacionais, não foi uma novidade, uma vez que foram vários os assassinatos «de altos dignitários».<sup>74</sup>

Os republicanos tinham a consciência de terem sido pioneiros com este novo regime. Segundo Paulo Fontes e Dom Manuel Clemente, «a grande singularidade portuguesa de 1910 foi um derrube de uma monarquia que tinha mais de sete séculos de história no país e a sua substituição por um regime – a república – que era ainda uma fórmula rara no panorama continental».<sup>75</sup> Contudo, esta República «foi sempre frágil»,<sup>76</sup> no entender de José Miguel Sardica, no contexto europeu. Desta forma, percebe-se que este novo regime consolidou a presença nas suas colónias promovendo-as. Em relação aos países que reconheceram Portugal como uma República, destaca-se que, em relação aos países mais conservadores, como Espanha, foi recebido com alguma desconfiança e reserva, sendo logo imediatamente

---

<sup>68</sup> Cf. Sardica, 547.

<sup>69</sup> Sardica, 547.

<sup>70</sup> Cf. Sardica, 547. Esta é considerada como hostil à liberdade da Igreja Católica. Para esse efeito, era necessário de retirar a personalidade jurídica, bem como a nacionalizar os seus bens.

<sup>71</sup> Cf. Dores, «Situação Religiosa no início do século XX: do caso Calmon à Lei da Separação (1901-1911)», 13.

<sup>72</sup> Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 141.

<sup>73</sup> Segundo José Miguel Sardica «houve a tentativa de revolução russa em 1905; a Revolução Persa em 1906; a rebelião dos “jovens turcos” em 1908; a Revolta Militar Grega e a Semana Trágica em Barcelona 1909; as insurreições no México e a queda do império na China em 1910-1911; e, finalmente, a Guerra Balcânica de 1912-1913» e «os tumultos urbanos e greves, a instabilidade governamental, o radicalismo político e a contestação institucional eram visíveis em Berlim, Londres, Madrid, Paris e Viena», Sardica, «Revolução republicana», 246.

<sup>74</sup> Sardica, 546.

<sup>75</sup> Clemente e Fontes, «Vitalidade do Catolicismo nos séculos XIX e XX: Introdução», 63.

<sup>76</sup> Sardica, 550.

reconhecido pelos países republicanos sul-americanos, no final de 1910, com destaque para a República brasileira.<sup>77</sup> Os Estados Unidos da América e França reconheceram Portugal como República no verão de 1911. Após a afirmação da República, bem como instaurada a nova ordem em Lisboa, foi sendo aberta a possibilidade para novos reconhecimentos, tais como Alemanha, Áustria, Espanha, Itália.<sup>78</sup>

A revolução de 5 de outubro e a subsequente Lei da Separação determinam que a Igreja Católica deixe de ser a religião oficial do Estado, já não lhe destinando «o papel na construção social que o liberalismo, entre contradições, lhe reconheceu», segundo Adélio Abreu.<sup>79</sup> A política de *Ralliement*<sup>80</sup> tinha permitido à Igreja uma maior liberdade de escolha e também uma liberdade de propostas. Em Portugal, mesmo antes da encíclica de Leão XIII, de 1891, no I Congresso Católico do Porto (1871-1872) já tenha sido afirmado, pelo menos pelo conde de Samodães, este convite de liberdade da Igreja face às políticas liberais, tendo sempre em vista o bem comum e a construção da comunidade.<sup>81</sup>

## 1.2. A Separação: as políticas da I República e a receção na Igreja

Alguns historiadores distinguem dois períodos diferentes durante a I República: o primeiro, de 1910 a 1917, no qual se centra num grande conjunto de leis sobre o Catolicismo, com um especial destaque para a Lei da Separação; e um segundo, entre 1917 e 1926, durante o qual a legislação não enfatiza tanto a religião, dando lugar a um processo de autonomização e união dos católicos em Portugal. Neste contexto, realça-se a realização do Concílio Plenário Português em 1926.<sup>82</sup> Mesmo no seio republicano percebe-se que a posição anticlerical

---

<sup>77</sup> Cf. Sardica, 549.

<sup>78</sup> Cf. Sardica, 550.

<sup>79</sup> Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 164.

<sup>80</sup> A política de *Ralliement* iniciou-se com Leão XIII (1878-1903), abrindo a possibilidade de uma reconciliação com o poder vigente, neste caso a República. Desta forma, «Leão XIII desejava unir os católicos franceses para que defendessem os seus direitos; para isso deviam em primeiro lugar aceitar a república», Bickers e Derek Holmes, *História da Igreja Católica*, 283. O foco desta política era abandonar a oposição ao regime republicano e liberais, mas apenas enfrentar as políticas que não favorecem a ação da Igreja.

<sup>81</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 165. A afirmação do conde de Samodães surge dez anos antes da publicação da encíclica

<sup>82</sup> O Concílio Plenário Português realizou-se de 24 de novembro a 3 de dezembro de 1926 em Lisboa, presidido pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa, Dom António Mendes Belo, legado pontifício, tendo a presença de um grande número de bispos continentais e do ultramar. Os documentos aprovados por este concílio foram reunidos na Pastoral Coletiva, que dá a conhecer as situações vividas pela Igreja, mas também o programa e a respetiva reorganização pastoral traçado pela Igreja para se revitalizar, em cf. A. Roque de Almeida, *Para ler a História da Igreja em Portugal* (Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1996), 191. É fundamental, mais tarde, destacar o papel da Ação Católica como elemento unificador para garantir a as dificuldade causadas pelas divisões. O Catolicismo português deste tempo é profundamente marcado por este desejo de transformação da sociedade, mas também o despertar de consciências de pessoas. Paulo Fontes afirma que este concílio foi fundamental para ser um «novo ponto de partida na vida da Igreja Católica em Portugal», Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 166. Este concílio teve um papel fundamental em reorientar a intervenção da Igreja em matéria moral e social, procurando exultar o movimento católico na seio da sociedade.

radical da I República nunca foi consensual, sendo que aqui Afonso Costa teve um papel preponderante na política do regime.

Para o panorama republicano, a Questão Religiosa<sup>83</sup> era peça fundamental nos debates políticos, deixando claro que este era um caminho de combate contra o sistema monárquico vigente em Portugal. Contudo, a Igreja, nos modos próprios de agir, responde, dando a conhecer um modo de atuação daquilo que era o habitual. Assim, surge uma mudança na forma de atuação dos leigos, bem como nos comportamentos da religiosidade popular.

Afonso Costa, Ministro da Justiça, tendo presente as políticas existentes no quadro da Monarquia, apenas as aprimorou, levando-as ao extremo, procurando submeter o Catolicismo ao Estado Português e, por isso, ao regime republicano, terminando com a sua existência legal no paradigma jurídico português.<sup>84</sup> Para este ministro, é fundamental procurar uma legislação que dê respostas ao papel da religião na sociedade, especialmente à Igreja Católica. Uma especificidade da legislação de Afonso Costa, não é tanto pela promulgação da Lei da Separação, mas pela radicalidade que esta assume pela forma jurídica.<sup>85</sup> A Igreja Católica confrontou-se assim com dois paralelos: o seu papel evangelizador e missionário; e a afirmação da laicização da sociedade.

A Igreja procurava encontrar o seu lugar na sociedade onde várias experiências se cruzam. Por um lado, o papel da Igreja foi limitado pelas forças da I República, transparecendo um momento de crise, face à sociedade. Por outro, destaca-se a capacidade de resposta da Igreja a estas limitações, bem como as organizações de católicos que se formaram para dar a conhecer a vitalidade do Catolicismo.

Não é estranho, neste período de transição, encontrar-se seminários com grandes dificuldades de funcionamento, bem como o encerramento de Igrejas ou paróquias que não têm padre. A obrigatoriedade do registo civil de cada português<sup>86</sup> retirou ao padre esta função administrativa.

O Catolicismo defrontava-se com estas realidades. Se por um lado, percebia o papel da monarquia e a devolução de primazias à Igreja, por outro percebia que era necessário um distanciamento do regime da Monarquia. Tal como já foi analisado, a Monarquia não é

---

<sup>83</sup> Vasco Pulido Valente considera que o período entre a Revolução Republicana e 1913 é a “fase do terror”, onde debatiam permanentemente as forças conservadoras contra e o novo regime, Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 137.

<sup>84</sup> Cf. Cardoso Reis, «O Catolicismo e o Estado na História religiosa Contemporânea», 270.

<sup>85</sup> A discussão e promulgação desta Lei da Separação suscitará divisões mesmo nos meios eclesiais.

<sup>86</sup> A legislação tornava o registo obrigatório, pago e precedia de qualquer cerimónia religiosa, tendo neste registo a necessidade de um padrinho, para designar a testemunha do registo, termo que até então era específico do meio eclesial. Estes dados, levantaram questões de liberdade nas populações. O Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, denuncia o caso ao ministro da Justiça entre março e julho de 1911

garantia de uma ação completa da Igreja. Neste sentido, surge a necessidade de organizar o Catolicismo para se defrontar com esta nova realidade, tendo como horizonte a linha de uma saudável intervenção na vida pública. Uma forma de resolução desta realidade é a afirmação do laicado e a construção de uma consciência que cada leigo tem de si. Assim, o Catolicismo teve de se recompor, tendo esta realidade de anúncio como algo a construir. A participação de católicos na vida política não pode ser negada, visto que todos podem tomar parte nas decisões políticas, bem como fomentar a construção da sociedade.

Como forma de resposta, a Igreja procurou responder às situações adversas,<sup>87</sup> tendo primeiro uma atitude de cautela, procurando uma atitude de obediência face ao reconhecimento dos responsáveis políticos, exceto aquilo que não fosse contrário aos ensinamentos divinos.<sup>88</sup> Os bispos portugueses, em novembro de 1910, escreveram uma carta endereçada ao governo – *Nota Colectiva*, «em que advogavam a necessidade de qualquer nova lei sobre matéria religiosa garantir o livre exercício do culto e reconhecer personalidade jurídica à Igreja Católica quanto à posse e gestão dos seus bens».<sup>89</sup> Nesta reunião decidiam também publicar uma pastoral coletiva – *Pastoral colectiva do episcopado português ao clero e fiéis de Portugal*<sup>90</sup> – para manifestarem o seu desagrado face aos acontecimentos e à política antirreligiosa.<sup>91</sup> Era claro que esta manifestação reflete a união de todo episcopado face à situação política e social, não sendo mais possível os bispos agirem individualmente.<sup>92</sup> Claro

---

<sup>87</sup> Salienta-se que mais do que uma forma de oposição direta da Igreja a este novo regime ou ao novo conceito de separação, procurou-se reagir perante as políticas laicizadoras e na denúncia das perseguições e violências para com elementos da Igreja, especialmente aos membros do clero, em cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 137. É de destacar que a Igreja reage perante a violência e isto significa que a Igreja, refletindo, reage contra o excesso, bem como à radicalização da política ideológica anticlerical.

<sup>88</sup> Cf. Fontes, 138. Paulo Fontes enaltece a atitude que o bispo de Coimbra, D. Manuel Bastos Pina, teve, dado que assumiu a política de *Ralliement* de Leão XIII, convidando os padres da sua diocese a não se envolverem em situações conflituosas entre os partidos políticos, votando em eleições em pessoas que fossem “amigas da religião e da Igreja”, apelando também à união dos católicos. Outro exemplo de bispo é Sebastião Leite de Vasconcelos, bispo de Beja, que já se encontrava exilado em Espanha, dado aos conflitos locais em Beja, problema que remontava ao período da Monarquia, o caso dos irmãos padres Ançã. O governo da diocese de Beja foi entre ao Arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes. É verificada aqui a tradição regalista do Estado Português.

<sup>89</sup> Fontes, 139.

<sup>90</sup> Fontes, 139. É de destacar que esta foi a primeira do episcopado português, onde reconheceram que o silêncio e a passividade não podiam ser mais o modo de proceder.

<sup>91</sup> Manuel Braga da Cruz explica que «os demais bispos publicaram uma pastoral colectiva, sem prévia requisição do beneplácito, em que manifestavam as suas preocupações», Braga da Cruz, «A Igreja e Estado: III. Época Contemporânea», 406. Sem a confirmação por parte do beneplácito, não podia estar a circular na sociedade, foi proibido por Afonso Costa a sua leitura nas Igrejas, sendo penalizado aqueles que desobedeceriam. O beneplácito régio era um sistema jurídico, no qual era a necessário a aprovação por parte do Estado as normas que o meio eclesial queria emanar, em cf. Dores, «Situação Religiosa no início do século XX: do caso Calmon à Lei da Separação (1901-1911)», 14. Assinala-se que esta foi como uma expressão do regalismo português.

<sup>92</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 171. Segundo este artigo, esta pastoral foi assinada por todos os bispos a 24 de dezembro de 1910 e foi redigida por D. Augusto Eduardo Nunes, Arcebispo de Évora. Contudo, apenas foi impressa na diocese da Guarda para ser distribuída e lida pelos párocos no dia 26 de fevereiro de 1911, ainda que não tenha sido possível ter sido lido em todo o lado, prolongando-se até meados do primeiro domingo de março, até o poder civil começar a intervir. Na verdade, uma das formas que o governo

está que a forma de comunicação da Igreja mudou, após perceber que já não era possível falar individualmente, mas que união de todos exige uma maior escuta, reafirmado assim a força do Catolicismo como elemento identificar e unitivo da sociedade.<sup>93</sup> Neste documento constata-se uma denúncia das políticas laicizadoras e anticatólicas e da perseguição à Igreja Católica.<sup>94</sup> Os bispos não questionavam necessariamente o conceito da nova forma de regime, mas colocavam-se de acordo com o *Ralliement* de Leão XIII.<sup>95</sup> Adélio Abreu clarifica que «a reação passava, pois, por uma distinção entre autoridade e legislação, deixando claro que a aceitação da autoridade não significava a aprovação de toda a legislação que dela derivasse».<sup>96</sup> Os alvoroços da política vigente levaram a que os bispos convidassem os fiéis crentes a um verdadeiro testemunho de fé, sendo também bons cidadãos,<sup>97</sup> não promotores de conflitos. Torna-se fundamental este convite do episcopado em comunhão com o *Ralliement*, procurando uma convivência entre cidadãos, crentes ou não, e autoridade política, com expectativa de uma possível acalmação e respeito do governo.<sup>98</sup> Para este efeito, o papel dos presbíteros foi fundamental para a difusão destas ideias, promovendo uma certa unidade dentro do Catolicismo.

A pastoral tinha como objetivo ser lida a 26 de fevereiro, o que não foi possível em todas as dioceses,<sup>99</sup> por causa das autoridades civis, sendo a mesma lida posteriormente a 5 de março.<sup>100</sup> O governo proibiu a leitura ou qualquer tipo de conversa sobre a Pastoral no dia 3

---

teve para controlar esta realidade foi a *Lei da Separação da Igreja e do Estado*. Finalmente, a Igreja entra de novo em ação assinando no dia 5 de maio de 1911 o *Protesto Colectivo do Episcopado Português*. Nestes três documentos assinados e apresentados em menos de um ano, verificamos as dificuldades existentes entre a República e a Igreja, nas quais ambas as instituições foram debatendo e procurando o seu lugar. «Carta Pastoral Colectiva e Protesto colectivo dos bispos», *A Voz de Trás-os-Montes*, 24 de fevereiro de 2011, (<https://www.avozdetrasosmontes.pt/carta-pastoral-colectiva-e-protesto-colectivo-dos-bispos/>). Como forma de síntese, reconhece-se que a revolução republicana impulsionou a iniciativa e o protagonismo da episcopado português tanto no meio eclesial, mas também na sociedade civil, salientado a importância da reunião entre os vários membros, de modo coordenarem a ação pastoral da Igreja, em cf, Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 138.

<sup>93</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 139. Este historiador enfatiza que os dados sociológicos da época identificavam o catolicismo como religião dominante, uma vez que em 5 423 132 portugueses, 5 416 204 professavam o catolicismo.

<sup>94</sup> A este respeito afirma Paulo Fontes: «desenvolvendo uma reflexão alargada sobre a religião, a sua posição na sociedade, o confronto com a noção de progresso e o cientismo moderno, entre outros tópicos, o documento expressa a posição do episcopado português quanto à nova situação político-social com que a Igreja Católica se vê confrontada.», Fontes, 139. Em modo de síntese, Paulo Fontes enumera seis pontos em que resume as ideias do posicionamento do episcopado.

<sup>95</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 172.

<sup>96</sup> Abreu, 173.

<sup>97</sup> O acordo entre fé e política, ou seja, como é que a pessoa procura viver como crente nas realidades sociais e públicas.

<sup>98</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 173.

<sup>99</sup> Em relação ao episcopado, constata-se que no princípio do século XX, Portugal contava com 14 dioceses, divididas em três províncias eclesiais, as mesmas dos nossos dias: Braga, Lisboa e Évora.

<sup>100</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 174.

de abril,<sup>101</sup> tanto de padres como de bispos, tendo penalizações para aqueles que desobedecessem. Os bispos portugueses, exceto o do Porto e o da Guarda, aceitaram a decisão do governo e mandaram suspender a sua leitura.<sup>102</sup> A figura de Dom António de Sousa Barroso<sup>103</sup> emerge nesta altura. Este bispo, que anteriormente fora missionário, entrou em conflito com o governo, sendo depois destituído pelo mesmo, ficando com o governo da diocese o deão do cabido, Manuel Coelho da Silva.<sup>104</sup> Juntamente com o Bispo do Porto, mais tarde, encontra-se com o Bispo da Guarda, Dom Manuel Vieira de Matos.<sup>105</sup> Este último teve problemas com a autoridade, uma vez que «era acusado de instigar os párocos a não cumprirem a lei de separação e a rejeitarem as pensões, de criar dificuldades ao governo, de publicar sem beneplácito o *Appêllo aos Catholicos da Diocese da Guarda*, de junho anterior, e de se referir injuriosamente ao governo e à lei de separação».<sup>106</sup>

A Lei da Separação do Estado das Igrejas de 20 de abril de 1911, ou Lei da Separação, como ficou então conhecida,<sup>107</sup> do Governo provisório, é o marco da separação nas relações entre Igreja e Estado e é da autoria do ministro da justiça, Afonso Costa.<sup>108</sup> Esta lei continha 196 artigos, tendo como referencial a liberdade de cultos, tendo a necessidade de um clero nacional e o respetivo controlo da sua formação. Reconhece-se que esta lei também limitava a presença da Igreja nas diversas obras de beneficência e assistência social e educacional, bem como favorecia a assimilação dos bens da Igreja por parte do Estado. A Lei da Separação levanta a questão da supremacia do poder de Deus e do poder do Estado, existindo uma subordinação da Igreja ao Estado. A Lei da Separação colocou um controlo do Estado face ao

---

<sup>101</sup> É de destacar uma carta enviada ao ministro da justiça a 31 de março, onde os bispos não só manifestaram a questão sobre a recusa do beneplácito à Pastoral colectiva, como também demonstraram preocupação sobre os efeitos das tomadas de posição do governo na fé dos crentes, salientando a liberdade do episcopado nesta matéria, em cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 140.

<sup>102</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 175. Veja-se também: Adélio Fernando Abreu e Luís Carlos Amaral, *Entre a Monarquia e a República. Os tempos de D. António Barroso no centenário da sua morte (1918-2018)*. (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2020).

<sup>103</sup> Bispo do Porto entre 1899 e 1918. Para um maior aprofundamento leia-se Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 175–76.

<sup>104</sup> A escolha deste cônego foi contrária à vontade do poder político, em cf Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 140.

<sup>105</sup> Foi bispo na Guarda entre 1903 e 1915, tendo sido desterrado da sua diocese em 1911 e a diocese considerada vacante. Assim, os bispos portugueses apresentaram, em dezembro de 1911, um protesto ao Presidente da República contra o desterro de Dom Manuel Vieira de Matos em Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 186.

<sup>106</sup> Abreu, 181.

<sup>107</sup> Só entra em vigor a partir de 1 de julho de 1911, sendo controlada por uma comissão – a chamada Comissão central de Execução da Lei da Separação – que procuraria controlar a sua aplicação.

<sup>108</sup> Afonso Costa é recordado, pela História Religiosa, uma vez que confessou que eliminaria por completo o Catolicismo em Portugal em duas gerações, por ter sido uma fonte de males para o país. Veja-se: Cf. João César das Neves, «CEM ANOS DE SERENA REPÚBLICA», 9 de junho de 2008, <https://www.dn.pt/arquivo/2008/cem-anos-de-serena-republica-993023.html>. O Professor Adélio afirma que «independentemente do que possa ter dito, no espírito do legislador estaria algo de semelhante», Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 168.

culto da Igreja, nas suas manifestações religiosas no meio público.<sup>109</sup> É de referir também que o Estado nacionalizou os bens da Igreja: igrejas e catedrais, bem como outros bens móveis ou imóveis. A acompanhar a nacionalização dos bens, percebe-se que o clero foi compensado com pensões vitalícias que exerciam as suas funções ao tempo da revolução, bem como àqueles, e seus descendentes, que tinham sido suspensos por contrair casamento.<sup>110</sup>

Como forma de resposta, os bispos portugueses lançam em 1911 o Protesto coletivo,<sup>111</sup> redigido por Dom Augusto Eduardo Nunes. Num tom mais assertivo, procura, como o próprio título indica, uma forma de ser um protesto assinado pelos bispos por causa das agressões que eram realizadas pela Igreja. O que era entendido é que não estava a ser respeitada a sociedade portuguesa, uma vez que esta era maioritariamente católica. Paulo Fontes esclarece que o decreto emanado pelo governo foi percecionado como tendo sido ditado pelo “ódio gratuito”, não se lhe reconhecendo o valor jurídico, uma vez que não tinham respeitado o princípio da justiça, nem refletia aquilo que era a vontade da maioria dos portugueses.<sup>112</sup> Os bispos esclarecem que o documento da Lei da Separação era injusto, opressor, espoliador e ludibrioso.<sup>113</sup> Ainda que neste documento se formalize o processo de desconfessionalização do Estado Português, a sociedade não deixava de ser católica. A Igreja entende que já não vale a pena lutar pela confessionalidade, mas sim pela liberdade da Igreja e pela transmissão das convicções católicas à sociedade.<sup>114</sup> Paulo Fontes conclui:

à separação decretada pelo Estado, os responsáveis eclesiásticos contrapõem uma outra percepção da ideia de separação por parte da Igreja, que respeite a sua liberdade de acção e organização, assim como reconheça a sua personalidade e autonomia jurídica nas esferas de competência que considera serem-lhe próprias.<sup>115</sup>

Em última análise, esta carta retoma, em Portugal, a política de *Ralliement*, já conhecida na Igreja Católica.

O Catolicismo presente na sociedade tinha diante de si a escolha, no meio público, pela verdade de si, deixando de lado aquilo que eram as posições partidárias. Para uma

---

<sup>109</sup> Sérgio Ribeiro Pinto esclarece que «é dentro deste quadro que podemos perceber a quase-separação que o decreto português institui, uma vez que, separando as Igrejas do Estado, acaba por não separar o Estado das Igrejas, dado que não se exime a procurar desenhar e controlar a organização interna daquelas no intuito de conter a sua expressão pública, confinando as manifestações religiosas ao âmbito privado», Sérgio Ribeiro Pinto, *Separação Religiosa como Modernidade* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2011), 37.

<sup>110</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 169.

<sup>111</sup> Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de abril de 1911, que separa a Igreja do Estado.

<sup>112</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 141.

<sup>113</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 177.

<sup>114</sup> Cf. Abreu, 178.

<sup>115</sup> Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 141.

presença viva na sociedade, a Igreja necessitava agora de um trabalho interno, um empenho eclesial, para ir além das dificuldades vindas das políticas antirreligiosas do governo.<sup>116</sup> Nesse sentido, fala-se de uma revitalização do Catolicismo português, conduzindo a uma revitalização cristã da sociedade.

Entende-se na Lei da Separação uma forte presença do Estado nos assuntos eclesiais, sendo realizadas ações de fiscalização entendidas como ingerência por parte da Igreja.<sup>117</sup> Foram proibidas todas as possíveis publicações sobre a vida pastoral da Igreja, sem passar pela confirmação do Estado. Sobre este modo de separação e em jeito de síntese, Adélio Abreu afirma:

privou a Igreja da sua personalidade jurídica, delineou o controlo eclesial sobre o culto e a actividade eclesial e nacionalizou os bens da Igreja, precária e parcialmente entregues às corporações cultuais, de que estava excluído o clero. Instaurava-se uma separação que prolongava o regalismo liberal, agora com um Estado não confessional a imiscuir-se nas questões religiosas.<sup>118</sup>

O Papa Pio X apoiou Portugal enviando uma encíclica<sup>119</sup> a todo o mundo no dia 24 de maio de 1911, ainda que desde o princípio tenha tomado conhecimento das situações mais hostis. Esta encíclica demonstra o apoio do Papa às tomadas de posição dos bispos portugueses. A reação da Santa Sé foi marcada por uma prudência inicial. O Núncio Apostólico, que cumpria serviço diplomático em Portugal desde 1906, abandonou Portugal dia 20 de outubro, ficando assim suspensas as relações diplomáticas com a Santa Sé. Ficou em Portugal, Aloisi Masella encarregue de informar a Santa Sé dos acontecimentos em Portugal.<sup>120</sup> Como dito, a Pastoral Coletiva foi apoiada pela Santa Sé, referindo que seja defendida os interesses da Igreja, mas deixando de lado as discussões pelas questões partidárias. O Papa não ficou pela assinatura de uma encíclica. A 27 de novembro, na alocução consistorial, condenou a Lei da Separação uma vez que considerava que a mesma não respeitava a liberdade religiosa. Com esta lei, a Santa Sé mudou de atitude, uma vez que

---

<sup>116</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 178.

<sup>117</sup> Cf. Abreu, 170.

<sup>118</sup> Abreu, 170.

<sup>119</sup> A encíclica – *Iamdudum in Lusitania* – foi dirigida a todos os bispos, tratando de uma apresentação da situação da Igreja em Portugal, denunciando a *Lei da Separação da Igreja e do Estado*, bem como as medidas hostis que foram tomadas contra a Igreja Católica, especialmente, a falta da liberdade religiosa e as perseguições aos bispos do Porto e de Beja, bem como a expropriação dos bens que era detentora e a desvalorização pela expressão da fé no espaço público. Este tipo de apoio da Santa Sé não é uma novidade, uma vez que, 11 de fevereiro de 1906, Pio X já tinha reagido face às políticas republicanas, laicizantes e hostis, em França com a encíclica *Vehementer Nos*. O texto termina com um conjunto de palavras de alento para com o episcopado. A nível internacional também, os episcopados belga e francês manifestaram solidariedade com o caso português, cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 140.

<sup>120</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 179.

reconhecia a gravidade deste texto, bem como as atitudes adversas que o Estado tinha para com a Igreja, expressão das políticas de laicização que era vivido no país.

A política da I República levou a que os bispos portugueses, entre novembro de 1911 e março de 1912, abandonassem o governo direto das dioceses que lhes estavam encarregues, mesmo não sendo permitida a sua permanência nas suas dioceses. São os casos de D. Manuel Vieira de Matos, bispo da Guarda e D. António Mendes Belo, patriarca de Lisboa, sendo os primeiros bispos a serem afastados neste período.<sup>121</sup>

Como forma de reação à política da I República, assiste-se «a uma nova fase de recomposição do catolicismo português, em geral, e de uma reorganização do movimento católico,<sup>122</sup> em particular, balizada pelo chamado “apelo de Santarém”». <sup>123</sup> O *Apelo de Santarém*, com a data de 1913, ainda que tenha abordado as dificuldades que existiam com o governo, focou-se num apelo à união para uma recristianização da sociedade.<sup>124</sup> Em certo sentido, focava-se no modo como os cristãos podem ser cidadãos, participando ativamente e publicamente na vida da sociedade. Ganha-se a consistência de um verdadeiro empenho no papel dos leigos na sociedade não querendo os bispos que se passasse uma ideia de revolução da parte da Igreja, isto é a forma de empenho de se ser religioso na sociedade. Dada as circunstâncias, percebe-se que se procurava mostrar a relevância social e a capacidade organizativa do Catolicismo.<sup>125</sup> Em 1917, os bispos dirigiram aos fiéis uma publicação – *Instrução pastoral colectiva do episcopado português ao clero e fiéis de Portugal* – na qual abordavam a participação dos fiéis na causa da Igreja, bem como a importância do voto esclarecido dos católicos relacionando com a fé cristã, os costumes e os princípios morais.<sup>126</sup>

---

<sup>121</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 142.

<sup>122</sup> As gerações marcadas por este movimento, que vinha a organizar-se desde o final do século XIX, promoveram iniciativas, mas também reflexão intelectual, proporcionando envolvimento e formação a novas gerações. Por conseguinte assiste-se a duas realidades interessantes, promovendo a junção da religiosidade com a intelectualidade: a religião intelectualizada ou uma intelectualidade religiosa. Para isso, foram essenciais os Centros Académicos, especialmente o de Coimbra em 1901: «foi o mais representativo, tendo-se tornado num polo de resistência e combate cultural, contribuindo decisivamente para a reorganização do movimento católico do período da República», Fontes, 147. É importante perceber que estas gerações nasceram durante o Liberalismo oitocentista, significando por isso uma grande oportunidade para o debate e para o surgimento de novas formas de associativismo: Conferências Vicentinas, Associações Católicas, mas também de Estudante, Operários, Juventude Católicos, do sexo feminino também se destacaram (Noelistas, Centro Académico Feminino Católico) Centros de Cultura, Rurais. Nascidos em ambientes Liberais, neste período fazem frente à política da I República, mas também enraizam no seio da sociedade a presença de Católicos, lançando a possibilidade do Concílio Plenário Português. Cf. Fontes, 145-147.

<sup>123</sup> Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 142.

<sup>124</sup> Paulo Fontes escreve: «unir os católicos, congregar os esforços e as iniciativas já existentes mas até então dispersos, secundarizando as divisões políticas para reafirmar a dimensão social, simultaneamente progressiva e integradora, do Catolicismo – retomando a tradição oitocentista do Catolicismo social, em qua a figura do conde Albert de Mun surge como emblemática –, em suma, organizar a ação católica, de nenhum sector da sociedade deve ser excluído», Fontes, 142–43.

<sup>125</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 182.

<sup>126</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 143–44.

Um debate mais recente da historiografia, questiona se se deve falar de uma recristianização da sociedade ou de uma recomposição do Catolicismo. Autores mais recentes são mais sensíveis à segunda. A restauração, tal como referiam os bispos de então, foi centrada na criação da União Católica<sup>127</sup> em 1915, tendo uma posição moderada, sendo uma resposta ao *Apelo de Santarém*.<sup>128</sup> Para a rápida propagação destas ideias, era necessário fortalecer aquilo a que ficou chamado por “boa imprensa”.<sup>129</sup> Neste mesmo ano, assistiu-se à eleição de «dois parlamentares católicos. Daria origem dois anos depois ao Centro Católico Português». <sup>130</sup> A ação deste Centro não foi consensual no seio eclesial, levando os bispos a escreverem outra pastoral coletiva em 1922, apelando a um maior caminho de superação de dificuldades com o poder vigente.<sup>131</sup>

Com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal em 1916, foi trazida uma outra questão nuclear para o debate público: os capelães militares na guerra. A recruta de soldados para a guerra foi acontecendo ao longo de todo aquele ano. O Cardeal Mendes Belo foi fundamental para que este tema fosse levado ao parlamento, aceitando várias doações que foram feitas para o sustento dos capelães.<sup>132</sup> Apenas em novembro e com alguma pressão pública, Afonso Costa permitiu o acompanhamento de capelães nas tropas.

Apenas a 22 de fevereiro de 1918, com o governo sidonista, é que foi novamente reconhecida à Igreja a sua personalidade jurídica, ainda que continuasse em vigor a Lei da Separação, entretanto revista. Ainda que antes de Sidónio Pais, Manuel de Arriaga<sup>133</sup> e

---

<sup>127</sup> A união católica funcionava como um organização paroquial, diocesana e nacional com o intuito de reunir as associações católicas que existiam anteriormente, tendo uma posição moderadora na presença católica no meio da sociedade anão só interno, mas também a nível político, de modo fortalecer os católicos de modo a lutarem pelos seus princípios, cf. Fontes, 143. O historiador cita dois autores, António Matos Ferreira e Manuel Braga da Cruz, que nos auxiliam no entendimento desta organização. Constatase que em 1915 foram eleitos dois parlamentares deste grupo.

<sup>128</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 183.

<sup>129</sup> A “boa imprensa” estava ainda nos seus primórdios. Contudo, a ação do Padre Benevenuto de Sousa foi fundamental para se estabelecer em várias dioceses a Liga da Boa Imprensa, promovendo nas paróquias e dioceses boletins como forma principal de comunicação, «expressão da procura de um ritmo novo na vida interna da Igreja e de afirmação da sua autonomia relativamente ao Estado», Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 144.

<sup>130</sup> Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 183.

<sup>131</sup> Cf. Abreu, 184. Como meio difusor de informação, nos anos 20, percebe-se a criação do semanário *União* e depois ao *Novidades*, assumidos pelo Episcopado.

<sup>132</sup> Cf. João Seabra, *O Estado e a Igreja em Portugal no início do Século XX - A Lei da Separação de 1911* (Cascais: Príncipia, 2009), 242.

<sup>133</sup> Em 1912 tentou uma amnistia para os bispos portugueses, não sendo possível pela posição contrária à de Afonso Costa. A 15 de março de 1913 os bispos portugueses enviaram uma carta ao “Presidente da República da sua Nação”, questionando: a permanência do beneplácito, contrário ao espírito da separação e ainda considerando inconstitucional; a laicização do ensino, especialmente o primário; a intromissão do poder civil no poder religioso, como por exemplo a imposição das cultuais; e por fim, a profanação dos lugares sagrados e a expulsão dos padres, em cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 142.). Dom Manuel Clemente afirma que «radicalização de Afonso Costa (pasta da Justiça e Cultos) não afastou os católicos. Pelo contrário deu-lhes força», Manuel Clemente, «República: Afonso Costa despertou católicos»,

Bernardino Machado<sup>134</sup> tenham tentado reconciliações com a Igreja Católica, só no período sidonista os bispos puderam regressar dos desterrados e foram restabelecidas as relações diplomáticas com a Santa Sé.

Os limites e perseguições vividas pela Igreja tenderam a fortalece-la, procurando-se um modo concreto de unir esforços e definir formas de atuação na sociedade.<sup>135</sup> Aliadas às paróquias, foram formados vários movimentos com o foco na formação de fé dos fiéis.<sup>136</sup> Neste sentido, tendo presente o ambiente social, político e cultural da época organizou-se, em ambientes juvenis-universitários, dinâmicas de organização, tendo a sua expressão máxima a 20 de abril de 1912 com a reunião nacional das juventudes católicas portuguesas. Esta reunião permitiu que, no ano seguinte, fosse possível o Congresso da federação das Juventudes Católicas em Coimbra.<sup>137</sup> Desta forma, torna-se aliciente compreender a religiosidade neste período.

### **1.3. A religiosidade: piedades, devoções, culto e Fátima**

A vida religiosa em Portugal era marcada, maioritariamente, pelo Catolicismo. Ainda que a sustentação do clero tenha sido uma questão durante este período, por causa dos padres pensionistas, percebe-se que grande parte do clero conseguiu permanecer nas suas paróquias. Este protestou contra a legislação que visava hostilizar a Igreja, mas não contra a nova forma de regime.

Mesmo assim, foi notória a expressão da religiosidade popular do país. Seguindo o calendário religioso, constata-se a realização das festas, romarias, procissões e os respetivos cultos a santos, patronos e padroeiros, e a Nossa Senhora a nível local; tal como as festas de Santo António, especialmente desde 1895,<sup>138</sup> no norte do país; também nos Açores, as Festas

---

*Agência ECCLESIA* (blog), 22 de janeiro de 2010, <https://agencia.ecclesia.pt/portal/republica-afonso-costa-despertou-catolicos/>.

<sup>134</sup> Em 1914 procurou restabelecer as relações com a Santa Sé, também não sendo possível.

<sup>135</sup> Em síntese: «este período caracteriza-se pela afirmação da união dos católicos e sua mobilização em ordem a uma intervenção pública, na defesa dos interesses da religião e da Igreja, contra as leis do divórcio, a proibição do ensino da religião nas escolas, as limitações a práticas e manifestações públicas do culto católico. Como projecto pastoral teve como consequência a redefinição do lugar eclesial e espaço de intervenção social dos movimentos católicos, secundarizando as divisões políticas que o atravessavam, e preferindo o episcopado português apoiar, criar ou enquadrar aquelas iniciativas que, sob a sua orientação ou em obediência directa à sua autoridade, visassem uma presença articulada nos diversos sectores da sociedade que considerava urgente recristianizar, no marco da chamada “acção católica”», Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 142.

<sup>136</sup> Adélio Abreu afirma que «muitas nascidas ainda no século XIX, como as Associações Católicas, as Conferências Vicentinas ou os Círculos Católicos de Operários», o mesmo autor ainda fala da União Noelista Portuguesa, bem como das fundações da Associação de Médicos Católicos e dos País de Família, Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 184.

<sup>137</sup> Neste congresso participam, os jovens, António de Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira.

<sup>138</sup> Celebrações centenárias de Santo António

do Espírito Santo; mas também os santuários nacionais do Senhor Bom Jesus e o de Nossa Senhora do Sameiro em Braga.<sup>139</sup> Tanto as festas, como estes santuários, foram fundamentais para revigorar a fé católica no nosso país, sendo foco de transmissão da fé e onde também se praticava a mesma, expressão da piedade popular tão profunda na sociedade portuguesa, onde existe uma interligação perfeita entre o sagrado e o profano.

Uma marca do novo regime é que muitos destes republicanos ou respetivos apoiantes tomaram conta das confrarias e dos postos de administração dos santuários, conduzindo a uma redução de receitas e sustentação do clero, uma vez que procuraram, no dizer de Paulo Fontes,

destruir ou anular o que ligava historicamente os mais importantes lugares sagrados do país à Monarquia, como aconteceu no santuário de Nossa Senhora da Rocha, em Carnaxide; noutros casos, a proibição de manifestações públicas do culto levou à interrupção de algumas das tradicionais procissões ou círios.<sup>140</sup>

A afirmação da instalação do novo regime tinha raízes anteriores e não foi de fácil acomodação. Paulo Fontes afirma sobre esta realidade: «as medidas políticas de cariz laicizador proclamadas pelo regime republicano foram exatamente, e em grande medida, o retomar e ampliar de orientações políticas suscitadas pelo liberalismo político trazido pelo constitucionalismo monárquico».<sup>141</sup> Defende também que acontece o mesmo com a Lei da Separação, remontando ao último governo da Monarquia Constitucional.<sup>142</sup> Por conseguinte, o mesmo historiador ainda afirma que houve três aspetos que levaram «a ponderar e reavaliar ou moderar até os seus ímpetus políticos reformistas relativamente à presença da Igreja no país»,<sup>143</sup> a saber:

a importância das estruturas missionárias no desenvolvimento de uma política nacionalizadora no Imperio português, em particular nas colónias de África; o trabalho resultante de iniciativas e instituições religiosas católicas no apoio, enquadramento e formação de crianças e jovens, muitas em situação de abandono, nos novos ambientes urbanos; a necessidade de mecanismos de apoio e sustentação moral das populações em situação de vulnerabilidade ou de crise social e política, questão particularmente agudizada aquando do Ultimato inglês de 1890 e o desencadear da Grande Guerra, com a consequente necessidade de organização de serviços de capelania católica no apoio às tropas mobilizadas para o teatro das operações militares.<sup>144</sup>

---

<sup>139</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 151.

<sup>140</sup> Fontes, 152.

<sup>141</sup> Fontes, 170.

<sup>142</sup> Cf. Fontes, 171.

<sup>143</sup> Fontes, 171.

<sup>144</sup> Fontes, 171. O historiador para além da enunciação básica destes fatores, remete para alguns estudos que aprofundam estes temas.

A religiosidade vivida até à I República era marcada por dois aspetos: «por um lado, posição de acatamento formal do novo regime político; por outro, oposição e resistência à Lei de Separação do Estado das Igrejas».<sup>145</sup> A chamada Questão Religiosa deteve-se sobre a reação da sociedade portuguesa face às iniciativas que derivaram do período laicizador da I República que concorriam com as tradições culturais e religiosas do país,<sup>146</sup> por isso está subentendido o motivo por se tratar de uma questão que não foi de fácil resolução.

A Questão Religiosa<sup>147</sup> desenvolveu-se entre 1910 e 1917, tendo sido radical em 1913. No período Sidonista (1917-1918) atenuaram-se as medidas impostas anteriormente,<sup>148</sup> alterando a Lei da Separação e iniciando um novo período, conhecido como o da “Nova República” (1919-1926). Sidónio Pais acompanhava as cerimónias religiosas tendo também reatado as relações diplomáticas com a Santa Sé, sendo sucedido por António José de Almeida, também nesta linha conciliadora e de aproximação com a Igreja.<sup>149</sup> Na historiografia recente, a Igreja surge como um «tópico de identificação e diferenciação das diversas correntes políticas até à instauração e consolidação do novo regime democrático».<sup>150</sup> O período radical político da I República faz parte da memória coletiva da sociedade portuguesa, sendo então um instrumento para a sensibilização e também de estruturação de política dos nossos tempos.<sup>151</sup>

Como fator de dinamização da vida da Igreja em Portugal encontra-se a permissão do trabalho de religiosos em ações educativas, sociais, sanitárias a partir de 1921. Ainda que só tenha sido permitido o seu regresso e a criação de novas congregações e institutos a partir de 1929, já em 1926 abordou-se a sua importância na ação missionária.<sup>152</sup> É neste sentido que se verifica um papel fundamental de mulheres portuguesas para este processo de revitalização da

---

<sup>145</sup> Fontes, «Igreja Católica, sociedade e Estado em Portugal no século XX», 169.

<sup>146</sup> Cf. Fontes, 170.

<sup>147</sup> O escritor e pensador Unamuno, viajando por Portugal, faz um retrato daquilo que é a Questão Religiosa neste país. É sem sobra de dúvida, um retrato em que se encontra uma substancial diferença entre os portugueses letrados, os cidadãos que se deixaram envolver pelo esplendor da cultura francesa; por outro lado, encontra-se, no mundo rural aquilo a que se chama pelo português tipo, mais camponês. Assim sendo, a importância deste autor recai sobre a existência de uma «diversidade de registos de compreensão e definição do religioso e dos seus próprios limites, assim como para a pluralidade de manifestações do catolicismo português», Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 148–49. Constata-se a existência de textos de autores portugueses, por exemplo, Teixeira de Pascoas, Sampaio Bruno, Leonardo Coimbra e até Fernando Pessoa.

<sup>148</sup> A este respeito escreve Manuel Braga da Cruz: «anulação das penas de desterro aplicadas aos bispos, das penas de interdição de residência nas paróquias a muitos párocos, da proibição de culto em edifícios do Estado, autorização aos estabelecimentos de assistência de receberem doações, heranças e legados. Mas sobretudo procede a uma revisão da Lei de Separação, abolindo a necessidade de licença para o exercício do culto a certas horas, a fiscalização do Estado sobre os seminários, o Beneplácito, a concessão das pensões às “viúvas” e “filhos” de padres, a proibição de vestes talares. Reabrem ao culto inúmeras igrejas anteriormente encerradas», Braga da Cruz, «A Igreja e Estado: III. Época Contemporânea», 406.

<sup>149</sup> Cf. Braga da Cruz, 406.

<sup>150</sup> Fontes, «Igreja Católica, sociedade e Estado em Portugal no século XX», 174.

<sup>151</sup> Cf. Fontes, 174.

<sup>152</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 172.

vida da Igreja, especialmente no trabalho na assistência social, mas também na catequização dos crentes. É nesta dinâmica que se insere a pessoa de Luiza Andaluz.

A Igreja Católica, durante este período, faz-se presente com uma forte presença de membros de clero,<sup>153</sup> no seio da sociedade, tendo uma valorizada capacidade de articulação e dinâmica. Esta presença clerical, durante este período e formada no final do século XIX, fez-se sentir com fortes figuras na formação dos seminários, como foi a do Padre Cruz,<sup>154</sup> com «preocupação com a formação e cuidado posto na orientação e fomento da vida espiritual do clero».<sup>155</sup> Na verdade, o grupo católico presente na vida política e social era uma minoria, ainda que depois seja parte significativa da sociedade. A organização dos católicos nos movimentos políticos e sociais foi lenta. A Igreja era elemento estrutural da sociedade e, por isso, da identidade da nação, permanecendo a paróquia como a «principal estrutura eclesial católica».<sup>156</sup> Verifica-se que a própria instituição paroquial era diferenciada no mundo rural e no mundo urbano, uma vez que se desenvolvia o comércio e a indústria neste último e, por isso, exigindo mudança e renovação na forma de se expressar culturalmente, liturgicamente, mas também importante a revitalização da organização da vida apostólica.<sup>157</sup> Ainda assim, assiste-se, gradualmente a uma presença laical com poder de iniciativa e organização na Igreja e fora dela.<sup>158</sup> Um exemplo de uma leiga com este poder de iniciativa é Luiza Andaluz.

Ainda que tenham existido diversas iniciativas, encontra-se uma fragilidade do ponto de vista da formação intelectual, doutrinal e teológica do clero. A Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra tinha sido encerrada no início do período da República, apresentando imediatamente um declínio dos estudos teológico-canónicos.<sup>159</sup> É interessante que após o período da I República foi surgindo uma preocupação por esta formação dos candidatos ao sacerdócio e o respetivo lugar de formação dos mesmos, os Seminários. Foi necessário ter atenção a isto, uma vez que a pregação não podia ser distante da vida moral do pregador.

---

<sup>153</sup> Basta se verificar, como já se enunciou, todas as pastorais coletivas do episcopado português que foram redigidas durante a I República. Assim, os Bispos retratam a sociedade portuguesa como “maioritariamente católica”, reconhecendo como marca identitária, não só de prática religiosa, mas também do geral da sociedade portuguesa.

<sup>154</sup> Sobre mais informação deste padre, se remete para cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 144–45 e Ana Catarina André e Sara Capelo, *Padre Cruz - o santo do povo*, 1.ª edição (Alfragide: Oficina do Livro, 2023).

<sup>155</sup> Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 144.

<sup>156</sup> Fontes, 149.

<sup>157</sup> Para este efeito, conta-se com o testemunho escrito de Pereira dos Reis, primeiro reitor do Seminário dos Olivais, citado em Fontes, 149–50.

<sup>158</sup> Aqui é o ponto de partida para se poder falar da importância da mulher em estudo, Luiza Andaluz.

<sup>159</sup> No resto da Europa, verifica-se uma autêntica produção teológica, trazendo inovação e estudo para todas as áreas teológicas e a respetiva aproximação às ciências sociais e linguísticas. Neste sentido, estes estudos exigiam a confirmação papal e, por isso, o papa detinha o poder de legitimar, mas também o elemento constitutivo e referencial de unidade.

A religiosidade é marcada pela ruralidade da sociedade. Assim, as marcas desta ruralidade estão presentes nas dinâmicas integradoras do sagrado, bem como do quotidiano. As práticas religiosas deste período tinham estas mesmas marcas. A religiosidade popular surge mais como um elemento cultural do que como uma realidade conhecida e esclarecida.

A memória da sociedade deste período terá sempre como marca fundamental a conflituosidade entre Igreja e Estado, mas também a instabilidade governativa<sup>160</sup> deste último e a respetiva crise económica e social agravada pela guerra. É, neste contexto, que o crente se integra na sociedade e na Igreja, nas quais é parte ativa.

A difusão das ideias antirreligiosas e anticlericais nas realidades sociais, políticas e culturais potenciou dificuldades de compreensão em relação à atuação da Igreja a não ser pelo espírito da Cruzada. Neste sentido, é necessário destacar o papel do movimento catequético em Portugal desde os inícios do século.<sup>161</sup> Antes da mudança de regime tinha acontecido na Guarda, em 1905, o I Congresso de Catequese, dinamizado por Dom Manuel Vieira de Matos; noutras dioceses começam-se por traduzir catecismos de Pio X, de Spirago e de Perardi, revigorando a organização da catequese; também se escreve sobre comunhão. Na República, encontram-se os sínodos diocesanos de Braga (1918) e Coimbra (1923), onde é salientada a importância da instrução religiosa e também o Congresso de Catequese de Vila Real (1925), tendo uma forte repercussão nacional. Estes são testemunhos de como a Igreja em Portugal procurou estruturar-se, dando resposta àquilo que eram as necessidades e prioridades pastorais do seu tempo, como era a transmissão da fé.

O culto a Nossa Senhora foi marca da religiosidade e piedade portuguesa, tendo uma grande tradição na realidade portuguesa, sendo mesmo um elemento definidor da identidade nacional.<sup>162</sup> Assim sendo, é necessário ter em conta as aparições de 1917 na Cova da Iria, alterando o panorama socio-religioso em Portugal.<sup>163</sup> Estas aparições aconteceram entre maio e outubro desse mesmo ano, num contexto onde é de realçar o sentimento de crise da população portuguesa face aos desencontros que existiam entre a Igreja e o regime.

---

<sup>160</sup> Esta instabilidade foi contínua, uma vez que em 16 anos de República foram formados 45 governos. Este é sempre destacado como um dos pontos fracos da primeira República.

<sup>161</sup> Acompanhar-se-á Paulo Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 151.

<sup>162</sup> Cf. Fontes, 152.

<sup>163</sup> Afirma Paulo Fontes que «saltando barreiras familiares, vencendo a repressão das autoridades civis e a oposição do poder republicano; ultrapassando a desconfiança de parte das elites católicas e superando a reserva das autoridades eclesásticas; aumentando o seu eco através da imprensa e ganhando o apoio da população que aí acorria, sobretudo a partir do “milagre do Sol”, testemunhado por cerca de 40 000 a 70 000 pessoas; as manifestações de Fátima constituíram-se como grande acontecimento social e religioso a partir de então», Fontes, 153. É de salientar que, dado o contexto que até então era vivido de fragilidade e de coação, Fátima mudou o panorama da religiosidade em Portugal, visando estabelecer aquilo que é a nova forma de mobilização e de ação da Igreja.

Fátima, tal como é hoje conhecida, não é Fátima de 1917. Pertencente ao concelho de Ourém, distrito de Santarém, sendo, na altura Patriarcado de Lisboa, localizada na serra de Aire, quando começou a surgir neste ano uma notícia de que um grupo de três crianças tinham visto Nossa Senhora. Desde então, a palavra Fátima ou a expressão «aparições de Fátima»<sup>164</sup> estão intimamente ligadas ao Catolicismo e à experiência religiosa portuguesa. Marco Daniel Duarte afirma: «à distância de um século, verifica-se que o fenómeno de Fátima extravasou a escala local e, logo nos primeiros meses das marifanias, conforme são designadas teologicamente, o assunto alcançou projeção internacional».<sup>165</sup> Foi desde muito cedo que se começaram a realizar peregrinações à Cova da Iria, sempre com cada vez mais participação.<sup>166</sup> Na verdade, o relevante deste fenómeno é que as procissões só acontecem em 1930, data em que foi aprovado o culto em Fátima.<sup>167</sup> Concorreu para este sentido o cónego Manuel Nunes Formigão,<sup>168</sup> também importante para a vida de Luiza Andaluz. Estas três crianças provocaram aquilo que foi o maior número de movimentações em massa na História de Portugal.<sup>169</sup>

Inicialmente, por precaução, foi necessário que houvesse resistência e objeção da hierarquia católica em aprovar o culto. A par desta, percebe-se também que as autoridades civis também se apresentaram reticentes face às aparições no início do século XX.<sup>170</sup> Contudo, estas não foram suficientes para travar o fenómeno de Fátima, bem como as peregrinações que muito rapidamente se fizeram conhecer.

---

<sup>164</sup> Alguns autores preferem a expressão “visões místicas” Cf. Carlos A. Moreira Azevedo, *Fátima: das visões dos pastorinhos à visão cristã*, 1ª edição (Lisboa, Portugal: A Esfera dos Livros, 2017).

<sup>165</sup> Marco Daniel Duarte, «Fátima, santuário global», em *História Global de Portugal* (Lisboa: Temas e Debates, 2020), 573.

<sup>166</sup> A este respeito, escreve Marco Daniel que «o acontecimento concitou a atenção dos vizinhos do lugar; depois, sobretudo desde os mês de agosto, alcançou Ourém (sede concelhia), Santarém (sede do distrito, na sequência as diretrizes relativas à ação do governador civil) e todo o país, incluindo as mais importantes sedes de discussão, como o Parlamento, em Lisboa; a partir de setembro, projetou-se no espaço europeu, especialmente nos campos de batalha em que encontrava o Corpo Expedicionário Português», Daniel Duarte, 574.

<sup>167</sup> Segundo Paulo Fontes, pode-se perceber dois momentos: o primeiro vai desde 1917 até 1930, ou seja, desde as aparições até à publicação da carta pastoral do bispo da diocese em que autorizava o culto; no segundo momento, desde 1930 até 1945, com a consagração papal do mundo ao Imaculado Coração de Maria, «período de afirmação de Fátima como lugar de devoção individual, peregrinação coletiva e referência para o Catolicismo universal», Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 154.

<sup>168</sup> Este inicialmente foi a Fátima para dar um fim àquilo que lá existia. Com a vasta mobilização de pessoas, foi despertando o interesse de algumas figuras eclesiais, como a de Bispos portugueses e de outros clérigos, como o cónego Formigão. Esta figura foi fundamental para os interrogatórios pela parte da Igreja sobre a veracidade das aparições, dando credibilidade aos testemunhos. Este mesmo clérigo, mais tarde, também se relacionará com Luiza Andaluz.

<sup>169</sup> Cf. Rui Ramos, «Fátima: 100 anos de uma história mal contada», Observador, acessado 23 de outubro de 2023, <https://observador.pt/especiais/fatima-100-anos-de-uma-historia-mal-contada/>.

<sup>170</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 154.

O papel da imprensa para este acontecimento histórico, foi marcante, também na medida em que esta tomava consciência do acontecimento e dava-o a conhecer ao público.<sup>171</sup> Para isso, percebe-se que o jornal *O Século* foi fulcral, com uma tiragem de 100 000 exemplares.<sup>172</sup> Este fator foi fundamental para a propagação das aparições de Fátima. Assim, também este fez com que todos pudessem conhecer, dando-lhe assim um relevo nacional e universalista, tendo a presença de vários setores da sociedade. O acontecimento histórico foi a aparição, mas Rui Ramos explica que o facto extraordinário foi aquele que aconteceu em Lisboa e Porto, quando a mobilidade entre pessoas acontecia e se resultava em conversa e discussão. Este historiador explica que então a questão mais importante é a da religiosidade urbana e não a da rural e todo o papel no papel individual do crente.<sup>173</sup>

Embora tenha sido fundamental o papel da imprensa nacional, a imprensa católica,<sup>174</sup> por seu lado teve dificuldades em intervir. Isto deve-se ao facto de que em ambientes católicos, no clero, o fenómeno das aparições foi gerido com alguma desconfiança, indiferença e até mesmo hostilidade.<sup>175</sup> Consta-se que só em 1921 foi celebrada a primeira missa. A nível civil foi concedida uma licença de obras na Cova da Iria para a construção do muro do recinto.<sup>176</sup>

A previsão para o ano de 1917, em contexto religioso, seria mais um ano em que o Catolicismo e o republicanismo se iriam debater e entrar em confronto. No contexto europeu é reconhecido o contexto de guerra que tinha começado em 1914. Esta guerra tinha levado a Europa a um grande estado de pobreza, devido à falta de mantimentos e que Portugal integraria em 1917. Seria insuficiente abordar o contexto de Fátima e apenas considerar como contexto a sociedade rural e a respetiva religiosidade, mas também o confronto entre Igreja e Estado ou Catolicismo e republicanismo. Na sociedade vivia-se um sentimento de sofrimento, de crise, mas também de uma esperança. É nestes moldes que aconteceu e se desenvolveu o fenómeno de Fátima.

---

<sup>171</sup> É interessante perceber que a presença dos meios de comunicação e enriquecem-se uma à outra, como nos comprova a presença nos novos meios de comunicação,<sup>171</sup> a imprensa, a rádio, a televisão. Assim, a partir destes meios, contou-se com a importante missão de divulgação de informação para a sociedade, tendo como horizonte o apostolado e o bem comum. Em Portugal surge o jornal do episcopado – o *Novidades*, lançado em 1923, ligado à União Gráfica, onde as Servas de Nossa Senhora de Fátima desempenhariam funções essenciais – e, mais tarde em 1936, a Rádio Renascença.<sup>171</sup>

<sup>172</sup> Cf. Rui Ramos, «A história de Fátima revisitada (1917-1924)», *Humanística e Teologia*, n.º 38:2 (2017): 144.

<sup>173</sup> Cf. Ramos, 146.

<sup>174</sup> Para uma melhor contextualização do tema, veja-se Paulo Fontes, «Imprensa Católica», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Círculo de Leitores, 2000).

<sup>175</sup> Cf. Ramos, «A história de Fátima revisitada (1917-1924)», 148.

<sup>176</sup> Cf. Ramos, 160.

Uma possível interpretação do fenómeno de Fátima, dado o contexto da I República, é a eclosão de um quadro de rejuvenescimento e renovação do movimento católico.<sup>177</sup> É notável a presença de inúmeros clérigos, especialmente de Bispos, já durante a década de 20.<sup>178</sup> Em Fátima, a Igreja encontrou o lugar de paz com o regime político, ao mesmo tempo que afirma o seu poder e autonomia, dando um novo vigor e sustentado pela sociedade, pelos católicos, tendo como base a mensagem religiosa transmitida de conversão individual e de grupo e penitência, residindo aqui um tom de reparação, mas também de proteção individual, mas também de Portugal. É, neste sentido, que Fátima surge como o ponto de charneira da transição de uma imagem de Igreja em decadência para uma afirmação de uma consciência católica na regeneração nacional.<sup>179</sup>

O acontecimento de Fátima marca o início de um fenómeno religioso nacional e, no entender de Rui Ramos, «nenhum outro acontecimento histórico do século XX em Portugal está tão sistematicamente documentado».<sup>180</sup> Esta compreensão não só depreende de um contexto de uma sociedade católica, onde o devocionismo tinha o seu lugar próprio, por exemplo à Eucaristia, a Nossa Senhora e ao Coração de Jesus. Este devocionismo ganhava corpo nas peregrinações, missões, festas, pregações, ou seja, em várias manifestações públicas da fé.<sup>181</sup> Assim, é perceptível a forma de religiosidade do povo português e a sua respetiva sensibilidade.

A devoção mariana consolida-se como uma prática da religiosidade popular portuguesa,<sup>182</sup> sendo esta um lugar de sintonia entre religiosidade e devoção. O acontecimento de Fátima rompe com tudo aquilo que eram os projetos políticos, mas também aquilo que eram as correntes históricas e filosóficas desde o século XIX.<sup>183</sup> Estas correntes, promovendo o progresso da ciência e da tecnologia, apontariam para um «gradual apagamento do

---

<sup>177</sup> Cf. Daniel Duarte, «Fátima, santuário global», 577.

<sup>178</sup> Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 154–55. Nestas páginas encontra-se uma sistematização dos primeiros e principais acontecimentos políticos, sociais e religiosos relativos aos acontecimentos de Fátima.

<sup>179</sup> Cf. Fontes, 155.

<sup>180</sup> Ramos, «A história de Fátima revisitada (1917-1924)», 139.

<sup>181</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 184.

<sup>182</sup> A par da devoção mariana, encontra-se a devoção ao Sagrado Coração de Jesus que permanecia através da presença dos Jesuítas. Tem-se o exemplo da Diocese da Guarda, uma vez que o Bispo a consagrou em 1873 e depois em 1917. Em Braga, através do impulso do Padre Martins Capela, a construção do monumento do Bom Jesus do Monte das Mós. O culto eucarístico preconizado pela Festa do Corpo de Deus, foi suspensa durante o início da I República, caindo em desuso nos meios urbanos, sendo apenas restaurado no Concílio plenário português em 1926. A devoção eucarística estava bem presente desde o período da medievalidade. Finalmente, é pertinente compreender a devoção portuguesa tanto as Santo Condestável, mas também a Santa Teresa do Menino Jesus, esta última por causa dos círculos jesuítas. No espaço português encontra-se, com maior relevo, Sãozinha de Alenquer como alguém que segue o caminho espiritual de Santa Teresinha, Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 159–64.

<sup>183</sup> Cf. Ramos, «A história de Fátima revisitada (1917-1924)», 138.

catolicismo», segundo Rui Ramos.<sup>184</sup> A presença do clero e a forma como o Catolicismo foi sendo tratado desde o regime liberal e depois passando pelo republicanismo e a Lei da Separação, evidenciam uma Igreja que procurou estabilizar-se na sociedade e não uma Igreja do Estado.<sup>185</sup>

Momentos como a beatificação de Nuno Álvares Pereira – “O Santo Condestável” – em 1918, demonstram a relação entre Igreja e salvação da pátria, afirmando o nacionalismo português, relacionando-o com a religiosidade,<sup>186</sup> tendo a República dando-lhe um feriado cívico. Nele há um modelo de formação de consciência e de uma explicação do ser Igreja, conclui Paulo Fontes: «o serviço ao país é um dever primeiro, mas que só adquire o seu verdadeiro sentido se enquadrado na visão religiosa e na moral católicas».<sup>187</sup>

A compreensão de Fátima deve ser integrada, não apenas como uma expressão de uma fé tradicional, mas de uma forma de Catolicismo que era urgente para o período em questão. Isto também se levou a perceber que este foi o ponto de viragem da Igreja em Portugal. Contudo, é pertinente perceber a importância do estudo do acontecimento de Fátima, para aquilo a que se pode vir a chamar como Catolicismo nacional e a respetiva consolidação da nacionalidade de cada país.<sup>188</sup> Estes santuários foram pontos de atração fundamentais para os crentes expressarem as respetivas devoções, especialmente a devoção mariana. Fátima não foi o único santuário que conjugou estas realidades. Guadalupe e Montserrat, em Espanha, Lourdes, em França, e até Aparecida, no Brasil, são alguns exemplos destes santuários. É de salientar que estes santuários são focos de transmissão de fé, mas também da tradicional prática cristã da peregrinação.<sup>189</sup>

Para este efeito é de destacar o ato de conciliar a Igreja e o Estado na nação histórica. Entender Fátima, já não apenas a partir da religiosidade popular e também não estritamente dependente do conflito existente entre Estado e Igreja.

A política levada a cabo pela I República formou um grave conflito político-religioso, tendo repercussões sobre a sociedade e sobre a Igreja. A laicização incidiu sobre a educação, família, no âmbito social.<sup>190</sup> O problema disto é que estas incidências negativas poderiam ter sido evitadas, apenas se fosse afirmada a laicidade do Estado. Não foi o que aconteceu. E o

---

<sup>184</sup> Ramos, 138.

<sup>185</sup> Cf. Ramos, 150–51.

<sup>186</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», 161.

<sup>187</sup> Fontes, 162.

<sup>188</sup> Cf. Juan María Laboa, *Historia de la Iglesia. IV: Época Contemporánea* (Madrid: BAC, 2002), 260.

<sup>189</sup> Cf. Laboa, 260.

<sup>190</sup> Cf. Abreu, «A Igreja Católica e a Primeira República», 185.

Catolicismo não terminou, tal como alguns afirmavam. A Igreja, inserida na sociedade portuguesa, procurou estabelecer-se e fazer frente aos desafios que eram colocados, tal como se analisou ainda durante a Monarquia Constitucional e depois na I República propriamente dita. Neste sentido, o povo português foi demonstrando a sua religiosidade bem patente na sociedade, tal como se foi percebendo nas reações às medidas mais hostis, mas também naquilo que foi a necessidade de capelães durante a I Guerra Mundial e no acontecimento de Fátima.

A união foi fundamental para fazer frente às realidades onde estavam envolvidos. A ação da Igreja é independente da confessionalidade do Estado. Neste período, é destacado a liderança episcopal no seio eclesial, de modo a cristianizar a sociedade. Se por um lado, se destaca a opressão à Igreja, por outro, esclarece-se que este período foi oportunidade para a autorrealização da Igreja no tecido social, adaptando-se às diversas circunstâncias. Como sintetiza Adélio Abreu:

a criatividade do catolicismo depende, mas não se encontra refém, do seu estatuto jurídico, seja num quadro de confessionalidade ou de separação, seja esta pacífica ou hostil. Do embate com a república e no quadro daquela separação dúbia, a Igreja pôde pronunciar, com uma verdade antes impraticável, a contingência das formas de governo e o respeito pelas autoridades constituídas, abrindo espaço para a prioridade religiosa da sua missão e para a exigência da participação cívica dos fiéis.<sup>191</sup>

A forma de vitalidade do Catolicismo, como dito no início deste capítulo verifica-se desde o momento em que Igreja se encontra e se posiciona face à política, mas que se estende até à vivência da religiosidade e sustentação do Catolicismo na sociedade portuguesa. É, neste sentido, que se torna possível analisar o projeto de vida de Luiza Andaluz durante este período, bem como a sua vivência como católica e cidadã na sociedade portuguesa.

---

<sup>191</sup> Abreu, 189.

## CAPÍTULO 2 – A AÇÃO DE LUIZA ANDALUZ NA I REPÚBLICA

A contextualização no primeiro capítulo é essencial para se entender como Luiza Andaluz se fez presente no Catolicismo da I República. Este capítulo inicial, também refere os vários períodos vividos por Luiza Andaluz, dando um particular destaque à I República. É importante analisar a história da sua vida, procurando integrá-la no contexto onde nasce, vive e morre, mas integrando também aí a fundação de uma nova congregação religiosa por si criada: as Servas de Nossa Senhora de Fátima.

Não é só nosso apanágio pretender exaltar o seu papel como fundadora de uma congregação religiosa em Portugal. Com o presente estudo e relacionando com a I República, reforça-se o papel de uma crente católica, consagrada, num período de pouca esperança para a Igreja, devido à situação política e social de então. Onde aparentemente a vitalidade do Catolicismo não se fez sentir, assiste-se a um projeto de renovação, no quadro de grandes mutações socioculturais. Após conhecer a sua biografia e a fundação da congregação, avançar-se-á para o momento da análise dos escritos de Luiza Andaluz, verificando o entendimento que tinha da vivência do religioso naquele contexto sociopolítico. Desta forma, os seus escritos são acompanhados de uma consciência de uma crente que participará ativamente na missão da Igreja. É especialmente importante compreender a vida de Luiza Andaluz tendo presente dois aspetos: entender como o contexto a moldou, mas também o contrário, como a própria moldou a realidade onde esteve inserida.

Com o foco na Igreja, no período em estudo, constata-se que «a Igreja institucional e um sem-número de leigos sentiram-se na obrigação de dar resposta às novas situações».<sup>192</sup> Como leiga, intervirá nesta necessidade de respostas dadas para as situações que surgiam. Tome-se como ponto de partida as palavras de Dom José Policarpo:

traçar o perfil de Madre Andaluz será, necessariamente, tentar ler na realidade do que fez, a grandeza do que desejou, nas respostas que deu, a qualidade das interpelações que sentiu, sabendo de antemão que diremos dela coisas que ela nunca pensou de si e que corremos o risco de silenciar aspectos, talvez os mais profundos da sua alma, que ela própria, porventura, silenciou, reservando-os para o seu diálogo com Deus.<sup>193</sup>

---

<sup>192</sup> David Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», em *Enciclopédia de Fátima* (Lisboa: Principia, 2007), 528.

<sup>193</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 3–4. Este texto apresenta uma conferência do antigo patriarca nos 100 anos do nascimento de Luiza Andaluz. Na introdução desta conferência, surge também uma ideia fundamental, uma vez que se afirma que a congregação religiosa é maior do que Luiza Andaluz e o seu contrário, Luiza é maior do que a congregação que fundou.

## 2.1. A escalabitana até à ideia de uma nova Congregação

Luiza Andaluz nasceu a 12 de fevereiro de 1877, em Santarém, no seio de uma família nobre, sendo filha dos viscondes de Andaluz. Vinda de uma família aristocrata, recebeu uma educação humanista e católica,<sup>194</sup> acompanhada por um ambiente social e um estilo de vida profundamente marcado pelo seu estado social.<sup>195</sup>

Foi batizada com trinta e um dias na Igreja da Graça em Santarém, crismada aos oito anos, recebendo a Primeira Comunhão aos doze anos.<sup>196</sup> O Cardeal Patriarca de Lisboa à altura, Dom José Neto, era assíduo na casa dos viscondes de Andaluz, sendo importante no acompanhamento e crescimento das quatro filhas. Este mesmo Cardeal confiou-lhe a sua primeira missão socioeducativa, que só se intensificaria no futuro. Com apenas catorze anos, em 1891, seria um «auxílio e animação da escola aberta no Convento das Capuchas e destinada ao ensino das crianças pobres da rua».<sup>197</sup> A pedido deste mesmo Cardeal, e estando muito ligada ao Convento das Capuchas,<sup>198</sup> acompanhada pela sua irmã, empenha-se na

---

<sup>194</sup> De acordo com os «costumes da época: línguas, bordado, costura, doutrina cristã», Maria do Pilar Vieira, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 226. Tal como recebeu uma educação esmerada pela sua família, estará durante a sua vida atenta à educação das mais jovens, transmitindo aquilo que recebera dos seus, especialmente por entender o valor da educação e formação humana como lugar de encontro com Deus. A este respeito, Dina Batalha Henriques, afirma ao referir-se à compreensão de Luiza Andaluz sobre a educação: «a educação torna mais completos os dons de Deus», Dina Batalha Henriques, «Luiza Andaluz (1877-1973): uma educadora que merece ser revisitada», Agência ECCLESIA, 11 de abril de 2018, <https://agencia.ecclesia.pt/portal/luiza-andaluz-1877-1973-uma-educadora-que-merece-ser-revisitada/>. A tese de doutoramento de Dina Batalha Henriques, SNSF, intitulada «Ser educado, ser educador: a dimensão filosófica, ética e pedagógica da obra de Luiza Andaluz» apresenta a conceção da educação da escalabitana. Compreende-se que a educação da pessoa, aperfeiçoa a sua humanidade e a Humanidade, como tal urge a tomada de consciência da responsabilidade ética daquele que educa. Empenhando-se nesta causa, tendo como modelo Jesus Cristo, Luiza, movida pela fé, colocou-se ao serviço dos irmãos.

<sup>195</sup> Segundo Dina Batalha Henriques, «usufruiu dos seus próprios pais e de diferentes preceptoras (a primeira inglesa e as outras duas alemãs) uma educação esmerada. A sua mãe, americana, influenciada por correntes pedagógicas inovadoras ensinou as filhas a ocuparem de forma útil o tempo, a valorizarem a expressão artística e motora e a estarem atentas aos problemas sociais. O seu pai, português, governador civil, ensinou-lhes a retidão moral também na liderança. Pode-se dizer que usufruíram de uma educação integral em que se entrecruzavam as dimensões literária, religiosa e moral e onde o convívio e lazer se enlaçava com o necessário esforço e a dedicação», Batalha Henriques, «Luiza Andaluz (1877-1973)».

<sup>196</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 46.

<sup>197</sup> Joaquim Carrasqueiro de Sousa, «Fátima e o catolicismo português» (Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2015), 83. A este respeito, após receberem a autorização dos pais, aceitam a missão de acompanharem as religiosas neste convento, percebe Luiza Andaluz: «na verdade, com a intimidade que tínhamos com as boas Irmãs e residindo ali tão perto, não era difícil o encargo do Senhor Cardeal, até nos servia de ocupação útil e agradável», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 34. Compreende-se que, inicialmente, Luiza era um contributo para melhor organizar as aulas, os materiais, os métodos de ensino, sendo que só depois obteve o diploma de professora de instrução primária. O seu pai, enraizado na cultura do seu tempo, não foi imediatamente favorável, compreendendo apenas que era útil ao instituto.

<sup>198</sup> É neste convento que conhece o Padre Dr. Manuel Mendes da Conceição Santos (1876-1955) foi nomeado capelão do Convento das Capuchas em 1902. Era professor do Seminário de Santarém, mas também no liceu e, mais tarde, foi nomeado Arcebispo de Évora. Este clérigo procurou, desde logo, «reorganizar também e regular a vida religiosa do convento, que tinha descaído bastante do seu antigo fervor», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 43. Luiza Andaluz reconhece que este foi fundamental para a sua formação religiosa, como também para a sua irmã.

reorganização de associações de leigos como, por exemplo, a Obra da Escola da Igreja de S. Luís dos Franceses, no Apostolado de Oração e nas Filhas de Maria.<sup>199</sup> Esta proximidade de Luiza Andaluz com o bispo, levou Dom José Policarpo a afirmar: «bem começa quem tem por catequista o seu próprio Bispo».<sup>200</sup> É importante compreender a relação que guardou sempre, durante toda a sua vida com a hierarquia da Igreja.

A simplicidade com que pautou a sua vida fez com que nunca tenha deixado de lado os pobres, os marginalizados, uma vez que foi «educada no altruísmo e no amor dos outros, sobretudo dos mais pobres, ela aprende na infância o que será mais tarde a força inspiradora do seu apostolado social».<sup>201</sup> Os pobres sempre foram um foco de atenção na vida de Luiza Andaluz, sendo estes um foco na ação apostólica da religiosa.<sup>202</sup> A condição social de Luiza Andaluz favoreceu a sua rede de contactos de pessoas para alcançar os objetivos que tinha,<sup>203</sup> especialmente no momento da fundação da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima em 1923. A este respeito conclui o Professor David Sampaio: «se a queda da monarquia revelou uma nobreza ausente, anónima e expectante, agora, com Luiza Andaluz, e por ela, seriam muitos os membros da nobreza que directa ou indirectamente desceriam à rua para se dedicarem à nobre tarefa de um apostolado social».<sup>204</sup>

Luiza Andaluz foi a terceira das quatro filhas dos Viscondes de Andaluz, tendo uma relação especial com a sua irmã Eugénia, especialmente na participação na vida eclesial e no cuidado pelos mais pobres, mas também tendo um amor a Jesus e uma devoção especial a Nossa Senhora. Percebe-se também que, após a morte dos pais,<sup>205</sup> as irmãs separaram-se

---

<sup>199</sup> Cf. Vieira, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 226. A partir dos finais do período da Monarquia Constitucional, onde a educação cristã foi inexistente, devido às perseguições, estas missões serviram para colmatar esta fragilidade. Um grupo de senhoras piedosas, em 1909, com o padre Alfredo Fragues, um dos que fora assassinado durante a implantação da República em Portugal, deram início à Associação das Filhas de Maria, ficando depois conhecido pela “Obra das Escolas,” sendo depois substituído pelo padre Carmelo Ballester Nieto, que foi mais tarde Bispo de León. Luiza encontrou-se com este último padre várias vezes, desde 1916, primeiro em Lisboa e depois quando este se mudou para Madrid continuou a ir visitá-lo. (Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 72–73, 85.). Este grupo, Obra das Escolas, promove a sua ação diretamente com a evangelização, mas também nas áreas sócio caritativas. Este último mantivera contacto com Luiza Andaluz. Verifica-se também que a sua irmã Eugénia foi eleita presidente desta associação.

<sup>200</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 5.

<sup>201</sup> Policarpo, 5.

<sup>202</sup> Escreve Dom José Policarpo: «educada no altruísmo e no amor dos outros, sobretudo dos mais pobres, ela aprende na infância o que será mais tarde a força inspiradora do seu apostolado social», Policarpo, 5.

<sup>203</sup> Cf. Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 259. Sempre em espírito de serviço, Luiza tem em vista encontrar pessoas que a ajudem, até materialmente. Além de ser uma despesa grande e exigir uma grande gestão, houve pessoas que responderam prontamente aos pedidos de ajuda. A este respeito escreve Luiza: «como fonte de receita tínhamos o trabalho das educandas, as quotas de subscritores, as esmolas em géneros dos lavradores dos arredores a quem constantemente recorria e ainda hoje recorro, o produto de festas e outros donativos extraordinários e alguns auxílios do Estado, que nesse tempo eram poucos. Embora sem nunca desanimar via-me por vezes atrapalhada para cobrir a despesa que era enorme. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 131.

<sup>204</sup> Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 529.

<sup>205</sup> A mãe de Luiza morreu a 28 de fevereiro de 1913, vítima de uma doença prolongada: «durante o ano de 1912 que passámos todo em Cascais, a Eugénia e eu fomos suas enfermeiras constantes e desveladas, fizemos tudo o

devido à ida de Eugénia<sup>206</sup> para o Carmelo de Echavacoiz em Pamplona, levando Luiza Andaluz a sofrer com esta situação.<sup>207</sup> A tomada de hábito da sua irmã, no dia 15 de agosto de 1915, bem como as visitas que lhe fazia ao Carmelo, levaram-na a interrogar-se sobre a sua vocação,<sup>208</sup> levando-a a considerar a vida religiosa.<sup>209</sup> Após a tomada de hábito de Eugénia, com a amiga Maria de Jesus, peregrinam até ao Santuário de Lourdes, onde lhe ficou a ressoar o episódio de Marta e Maria, especialmente esta passagem: «Maria escolheu a melhor parte, que não lhe será tirada» (Lc 10, 42).<sup>210</sup>

A I República coincide com o período em que Luiza Andaluz<sup>211</sup> discerne a sua vocação, o seu lugar na Igreja e é confrontada com a política laicista, segundo Roque de Almeida: «a proclamação da República foi acompanhada das maiores violações e ataques ao

---

que era humanamente possível para lhe salvar a vida e lhe suavizar os sofrimentos, mas foram baldados os esforços da ciência e os nossos», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 50. A morte da sua esposa abalou muito o pai: «tudo lhe deu um abalo terrível, mudou por completo de feitio, parecia uma criança, estava dócil, sem iniciativa própria, querendo-nos fazer todas as vontades, entregando-nos todos os rendimentos, deixando-nos dispor e resolver tudo», Andaluz, 50. O pai morre a 30 de julho de 1914. No leito da sua morte, a respeito de Luiza, costumava afirmar «lá vem a Luiza, a pacífica», Andaluz, 52. Com a morte do pai, a sua irmã Maria Isabel ficou como cabeça de casal que, segundo a descrição de Luiza, sempre foi justa nas partilhas.

<sup>206</sup> A este respeito, escreve Luiza: «a Eugénia é que logo na sua 1.<sup>a</sup> Comunhão tinha feito voto a Nosso Senhor de ser toda d'Ele e a sua compostura e piedade bem revelavam o que lhe ia na alma, mas o seu anseio era por vida contemplativa», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 37. A sua irmã Eugénia entra para o mosteiro apenas no período a seguir à morte do pai. Luiza escreveu: «ajudei-a o melhor que pude é certo, mas também a arreliaava por vezes pois não compreendia aquele anseio de se ir meter entre pessoas estrangeiras, absolutamente desconhecidas, e com quem me parecia seria difícil e penoso para ela conviver em dia a dia íntimo», Andaluz, 52.

<sup>207</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 65. É de referir que os anos anteriores de 1915, Luiza sofre com outras perdas: a morte da sua irmã Ana, Pedro, seu cunhado, os seus pais. E finalmente, a separação da sua irmã. A este respeito, escreve Luiza: «as lágrimas corriam, o coração sofria», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 53.

<sup>208</sup> Escreve David Sampaio: «a entrada da irmã em tão austero convento impressionou Luiza Andaluz sobremaneira», Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 529. Aproveitando as quebras de trabalho nos colégios durante a época veranil, Luiza procura organizar-se de modo a ir visitar a sua irmã ao Carmelo, durante este período entre 1917 e 1922. Fazia estas visitas com a sua amiga Henriqueta ou sozinha (Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 71.). Percebendo que «durante anos seguidos visitaria a irmã. Seriam dias de remanso e altamente interpeladores, onde se questionaria sobre o seu percurso vocacional. Mais que uma vez se sentiria tocada a pedir ingresso naquela comunidade religiosa», Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 529.

<sup>209</sup> Fica claro que a fundação da nova congregação está intimamente ligada ao desejo de ser carmelita, pensando Luiza, inicialmente, que ao resolver o problema das escolas ficaria livre para a entrada nas carmelitas. A este respeito escreve Luiza: «quando eu no dia 23 tinha conversado com a Eugénia, estava ainda procurando maneira de amparar as obras sociais, de que nos ocupávamos, para as poder deixar e vir para o Carmelo, era para esse fim que se criava a Congregação», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 83. Com a autorização do Bispo de poder passar um tempo no mosteiro da irmã, devido à sua tomada de hábito, Luiza escreve aquilo que mais a impressionou Cf. Andaluz, 55–56.

<sup>210</sup> Conta Luiza: «estávamos a 18 de Agosto, na oitava da Assunção de Nossa Senhora. Todo o dia me ressoaram no espírito e no coração aquelas preciosas palavras que ouvira tão claramente. Que alegria e conforto elas me trouxeram, parecia-me que elas tinham sido ditas para mim», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 59.

<sup>211</sup> Quando eclodiu a revolução de 5 de outubro, Luiza e a sua família estavam reunidos na casa de férias em Cascais. No princípio, as pessoas, com o medo, fecharam-se nas suas casas, mas, assim que possível, Luiza procurou obter autorização do pai para se deslocar a Santarém, para perceber como estava o Convento das Capuchas Cf. Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 7–8.

clero e às casas religiosas, com assaltos, insultos, assassinatos».<sup>212</sup> Afonso Costa, além de considerar importante colocar em vigor a antiga legislação anticlerical,<sup>213</sup> anulou o decreto de Ernesto Hintze Ribeiro que permitia o restabelecimento das congregações religiosas em Portugal.<sup>214</sup> A par desta política antirreligiosa, é fundamental também perceber que Luiza Andaluz tinha uma grande atividade educativa nas escolas, desde 1891, e que depois na I República se intensificou. A expulsão das ordens religiosas de Portugal,<sup>215</sup> fê-la acompanhar a saída das Irmãs Capuchas de Santarém. Um exemplo do trabalho da filha dos Viscondes de Andaluz foi na Associação das Filhas de Maria Imaculada.<sup>216</sup> No meio de toda a instabilidade política e social,<sup>217</sup> Luiza Andaluz promoveu a educação, fomentando o ensino de crianças abandonadas ou vindas de famílias mais desfavorecidas, ou de famílias desestruturadas, e, daí, acompanhar o papel educacional das famílias.<sup>218</sup>

A problemática da educação é fundamental na transição do século XIX para o século XX em Portugal. Na década de 30 do século XIX, com a extinção das ordens religiosas masculinas em Portugal, em 1834, a Igreja perdeu a sua posição de líder no ensino secundário, tornando possível uma preponderância do Estado na instrução da sociedade, colmatando a ausência do clero no ensino. Para este feito, o Estado, segundo Vítor Neto, «impulsionou os avanços da secularização das consciências visíveis, sobretudo, nos meios urbanos».<sup>219</sup> O Estado percebeu também que era necessário que a Igreja se adequasse ao novo regime monárquico-constitucional, deixando de lado as ideias e os valores do Antigo Regime,

---

<sup>212</sup> Roque de Almeida, *Para ler a História da Igreja em Portugal*, 178.

<sup>213</sup> Para uma melhor contextualização, veja-se António Matos Ferreira, «Anticlericalismo», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 79–82. Nesta entrada de dicionário, António Matos Ferreira, para além de enunciar as possíveis críticas ao clero em contexto português, percebe-se que menciona também, num ambiente mais abrangente, a forte influência das instituições religiosas no plano civil.

<sup>214</sup> Cf. Roque de Almeida, *Para ler a História da Igreja em Portugal*, 178.

<sup>215</sup> Este trabalho intenso de Luiza ficou conhecido por “Obra” ou “Obra de Santarém” Cf. Vieira, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 226.

<sup>216</sup> Dina Batalha Henriques explica que «a *Associação das Filhas de Maria Imaculada* era uma associação de leigos, de espiritualidade vicentina e mariana, fundada em 1847, em França, com base nas aparições marianas a uma Filha da Caridade, Catherine Labouré e que se expandiu no século XIX pelos quatro continentes, levando com ela um compromisso de vivência das virtudes cristãs (Lage, 2011)», Dina Batalha Henriques, «Ser educado, ser educador: a dimensão filosófica, ética e pedagógica da obra de Luiza Andaluz» (Tese de Doutoramento em Ciências da Educação na especialidade de Filosofia e Teoria da Educação, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2016), 47.

<sup>217</sup> A sociedade portuguesa, no decorrer da I República, encontra-se empobrecida e fragilizada, quer a nível social, económico, cultural, político e até educacional. São vários os fatores atestados: a emigração entre 1912 e 1913; e a participação de portugueses na 1.ª Guerra Mundial; as altas taxas de analfabetismo Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 29–30.

<sup>218</sup> Dina Batalha Henriques afirma: «referem que a *Obra das Escolas* tinha como objetivo educar segundo um ideal cristão, fundando e organizando instituições educativas, algumas das quais se iam preparando para um dia mais tarde serem entregues às congregações religiosas», Batalha Henriques, «Ser educado, ser educador: a dimensão filosófica, ética e pedagógica da obra de Luiza Andaluz», 55.

<sup>219</sup> Vítor Parreira Neto, «Ensino- III. Época Contemporânea (até 1910)», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 126.

mas também que o próprio clero fosse mais bem formado.<sup>220</sup> É fundamental mencionar que a paulatina reentrada das ordens religiosas, permitiu recuperar algumas das posições perdidas, tendo os Jesuítas uma posição destacada. Às vésperas da implantação da República, verifica-se que as congregações religiosas tinham uma posição primordial na formação da sociedade, especialmente no Norte e Centro, contrapondo o Sul, onde não se fizeram tão presentes.<sup>221</sup>

Com a implantação da República, assiste-se, a «um duro golpe no ensino no ensino católico, que tinha registado uma ascendente expansão e qualificação nos últimos anos da Monarquia»,<sup>222</sup> como afirma José Eduardo Franco. Percebe-se que a Igreja, que tinha ganho, de novo, uma postura fundamental no ensino em Portugal perdeu-a. Assim sendo, todas as ações das políticas republicanas interditarão o papel visível da Igreja na sociedade e, por isso, também no ensino, assumindo o Estado a sua responsabilidade total. Segundo José Eduardo Franco, o Estado só permitiu o funcionamento dos seminários de Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Évora, tendo em vista a formação do clero diocesano.<sup>223</sup> Verifica-se que, ainda que o Estado tivesse imposto um ensino neutro e laico, este não consegue responder a todas as necessidades a que respondia o ensino religioso, especialmente nas colónias.<sup>224</sup>

Luiza Andaluz insere-se no grupo de leigos que toma parte ativa na ação da Igreja, concretamente, como já dito, no papel educativo das gerações mais novas, bem como no apoio social.<sup>225</sup> Isto deve-se ao facto das congregações estarem naquele contexto impedidas de prestar estes serviços à sociedade portuguesa. A respeito do Cardeal Neto, diz Dom José Policarpo: «pressentindo tempos em que as ordens religiosas irão ficar completamente impossibilitadas de acção, reforça as associações laicais que, no momento oportuno, assumiram as suas responsabilidades».<sup>226</sup>

Como tal, Luiza Andaluz procurará colmatar esta insuficiência. Dado o contexto de expulsão das ordens religiosas, a educação das crianças, especialmente das mais

---

<sup>220</sup> Cf. Parreira Neto, 124.

<sup>221</sup> Cf. Parreira Neto, 127.

<sup>222</sup> José Eduardo Franco, «Ensino- IV. Época Contemporânea (de 1910 até à actualidade)», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 127.

<sup>223</sup> Cf. Eduardo Franco, 127.

<sup>224</sup> Cf. Eduardo Franco, 127. José Eduardo Franco afirma que foi mesmo feito um grande investimento por parte do Estado na educação.

<sup>225</sup> Dom José Policarpo conclui: «numa época de grande hostilidade à Igreja e, sobretudo, às ordens religiosas, ambiente que se vai agudizar com a revolução de 1910, compete a um grupo de leigos generosos e bem formados tomar nas suas mãos aquelas tarefas eclesiais que eram garantidas pelas religiosas, sobretudo nos campos do ensino e da assistência social», Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 6. Verifica-se que Luiza já fazia parte de um grupo dinamizado pelo movimento das Filhas de Maria, que procura «substituir as religiosas no mundo da educação. Um sem número de escolas e instituições são criadas por toda a parte. Luiza Andaluz está em cheio neste movimento, como uma das suas principais dinamizadoras e responsáveis», Policarpo, 8.

<sup>226</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 6.

desfavorecidas, tinha ficado interrompida.<sup>227</sup> Assim sendo, dará continuidade à escola das Irmãs Capuchas, abrindo em 1914 uma Casa de Trabalho, à maneira de externato, no Largo de S. Julião na cidade de Santarém. Em 1917, dialogando com o seu primo, Anselmo Braamcamp Freire,<sup>228</sup> transfere-se para o seu palácio. Estabiliza-se no palácio do seu primo até 1924, quando adquire o Convento das Capuchas, em leilão.<sup>229</sup> Para o adquirir precisou de pensar e de agir o mais depressa possível.<sup>230</sup>

O ano de 1918 foi também importante para Luiza Andaluz, uma vez que a epidemia pneumónica se sentiu em Santarém e no resto de todo o país.<sup>231</sup> Também Luiza Andaluz foi afetada pela doença. Procurou liderar uma rede de ajuda às vítimas e acolheu cerca de uma centena de órfãs do distrito de Santarém na residência que serviu para acolher raparigas que não tinham sítio onde ficar.<sup>232</sup> Este acolhimento por parte de Luiza Andaluz fez com que a comunidade escalabitana revertesse a ideia que tinha relativamente à solidariedade de Luiza Andaluz, mas também cativou a que outros se envolvessem.

Do ponto de vista espiritual neste período, o discernimento de Luiza Andaluz centrou-se no silêncio de uma vida contemplativa no Carmelo, como a sua irmã, levando-a a comunicar à priora a sua vontade no dia da tomada de hábito da sua irmã. Contudo, a priora convida-a a auxiliar na Associação das Filhas de Maria de São Luís.<sup>233</sup> A partir de 1915, no período das férias, procura passar algum tempo no Carmelo, renovando todos os anos o seu pedido para entrar, ainda que a priora responda que não era oportuno.<sup>234</sup> Entre

---

<sup>227</sup> Dom José Policarpo explica que «as ordens religiosas são agora completamente impedidas de exercerem a sua acção, são dispersas e perseguidas, as suas instituições fechadas e os seus bens estatizados. Mas os leigos não perdem tempo», Policarpo, 8.

<sup>228</sup> Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921), ainda primo de Luiza, foi autarca e presidente do Senado da República. Ainda que tenha sido um notável político e historiador, sempre se afirmou como republicano e católico. Casado com Maria Luísa da Cunha Meneses, de quem teve um único filho, Manuel Maria Braamcamp. Deixou o seu palácio com a morte do seu filho.

<sup>229</sup> Sendo informada pela sua irmã de que o Convento das Capuchas ia à praça a 17 de fevereiro, adquiri-o nesse dia, e permanece hoje ligado à missão e obra social da congregação. Este espaço serviu para acolher crianças órfãs que desde o período da Pneumónica estavam a seu cargo, devolvendo assim o palácio de Braamcamp à viúva.

<sup>230</sup> Luiza descreve a aventura da compra em cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 105–9. Destaca-se a grande movimentação e os pedidos que fez para ter o dinheiro para a compra, sendo pertinente que muito do dinheiro que pedira emprestado, foi-lhe depois rejeitado por aqueles a quem pedira.

<sup>231</sup> Cf. Andaluz, 69.

<sup>232</sup> Cf. Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 530.

<sup>233</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 66-67. Escreve Luiza «na Direcção das Escolas eu entrei como simples trabalhadora social (como modernamente se diz) sem ter sido nomeada para nenhum cargo, nem ter situação declarada senão a de auxiliar a Presidente, o que fazia por todos as formas ao meu alcance e com muita dedicação e entusiasmo», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 63.

<sup>234</sup> Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 67. Embora Luiza apresente a sua vontade de entrar no Carmelo, a priora da comunidade aponta a vida ativa como caminho e foco para a escalabitana, dando primazia aos trabalhos que já tinha em mãos, tão necessários dado o contexto português.

1915 e 1922<sup>235</sup> vive a dialética entre a ação apostólica nas escolas e o desejo de contemplação no Carmelo.<sup>236</sup> Verifica-se uma integração entre o desejo da contemplação e a urgência da ação apostólica, com «plena consciência das necessidades da Igreja»<sup>237</sup>. O período de discernimento de Luiza Andaluz caracterizou-se por uma esperança em entrar no Carmelo, ainda que se questionasse «quereria Nosso Senhor uma simples associação ou uma congregação propriamente dita?»<sup>238</sup> David Sampaio esclarece que ela se dedicava a três causas: «a *Obra de Santarém*, os seus préstimos na *Associação das Filhas de Maria* e a atração pela vida religiosa contemplativa».<sup>239</sup>

Constata-se que o seu discernimento vocacional apontou, de facto, para uma vocação religiosa. Assim sendo, anos mais tarde, faz os votos próprios da sua vocação,<sup>240</sup> decidindo-se pelo enquadramento secular.<sup>241</sup> Enquanto Luiza Andaluz, inicialmente, procurava fundar uma congregação para que cuidasse e se ocupasse dos colégios que dirigia, verifica-se também que Luiza Andaluz escreve, em tom de desabafo: «nessa ocasião não discorria que, começando esta, ainda mais me prendia»,<sup>242</sup> sendo o que sucedeu. Contudo, a vocação à vida religiosa assumida pela escalabitana assume contornos diferentes daqueles que são os tradicionais. Nesse sentido, Luiza Andaluz aproxima-se desta vocação pela sua radicalidade de vida, em prol dos outros a quem sempre se quis consagrar, especialmente aos mais necessitados.<sup>243</sup> A compreensão da fé com a exigência da nova evangelização, bem como o diálogo permanente

---

<sup>235</sup> Este último ano, 1922, com 46 anos, sente um apelo a fundar uma nova congregação religiosa que pudesse responder às necessidades da Igreja em Portugal e poder responder ao seu anseio de restituir a dignidade humana a todos quantos se cruza, especialmente às raparigas: «dizia-lhe que andava preocupada porque não via maneira de deixar os nossos colégios bem entregues e que até me tinha lembrado de organizar uma Congregação, que se ocupasse deles», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 78. Percebe-se que a sua idade foi algo que a inquietou, uma vez que se considerava velha para fundar uma congregação, ficando esta situação resolvida quando percebeu que a fundadora das Missionárias de Maria também com a idade dela fundou esta congregação, escrevendo: «alegrei-me e fiquei confundida, parecia-me uma resposta vinda diretamente de Deus, que punha fim à minha preocupação nesse ponto», Andaluz, 79. Após esta afirmação, Luiza apresenta algo que lhe aconteceu no dia se São Miguel Arcanjo. Ao deitar-se dá conta que teve uma visão com Santa Teresa de Jesus e São João da Cruz, tendo um grande receio de partilhar este dado. (Cf. Andaluz, 80.) A este respeito escreve: «encontrava-me sempre com o pensamento no que tinha acontecido na manhã do dia 29 e continuava perplexa e novamente hesitante sobre se teria sido ou não assim, queria ter uma certeza antes de falar», Andaluz, 81. Luiza, após ter pedido as melhoras da sua amiga Henriqueta e ela sentir-se melhor de facto, pede para falar com a madre Serafina, que lhe elucidou que a compreensão destes acontecimentos só acontece à medida que o tempo passa.

<sup>236</sup> Esta dialética no percurso vocacional entre vida ativa e vida contemplativa vai-se tornar importante para melhor entender o carisma da nova ordem iniciada por Luiza Andaluz, sendo esta dialética uma intuição inicial da fundadora, cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 64–74.

<sup>237</sup> Vieira, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 226.

<sup>238</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 83.

<sup>239</sup> Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 529–30.

<sup>240</sup> Pobreza, castidade e obediência.

<sup>241</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 45.

<sup>242</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 78. Também dirá: «A seguir comecei com a preocupação da forma como havia de bem resolver a fundação da mesma e, sem eu dar por isso, toda a minha atenção estava a prender-se a ela», Andaluz, 83.

<sup>243</sup> Denota-se que Luiza não fez este trabalho sozinha. Juntou-se a outros para melhor projetar e realizar o projeto pretendido.

com os pastores da Igreja e finalmente à atenção dada às necessidades do povo são marcas do seu percurso de discernimento vocacional e eclesial.<sup>244</sup> Na vida religiosa de Luiza Andaluz há um equilíbrio dinâmico próprio entre aquilo que tradicionalmente se considera como vida ativa e vida contemplativa, fruto do seu longo discernimento vocacional.

A par da devoção a Nossa Senhora, Luiza Andaluz procurava estar em comunhão com Deus, levar outros a esta comunhão,<sup>245</sup> encontrando a sua realização na mediação eclesial. O ponto da mediação eclesial será um tópico muito importante também para a vida de Luiza Andaluz, uma vez que esta entende que a sua atividade deve ser constituída a par da ação da Igreja. Para este efeito, interpretará as necessidades da sociedade e confronta-as com a hierarquia da Igreja. Dom José Policarpo, sobre este tema, refere: «quando lhe surge, pela primeira vez, a ideia da Congregação, uma voz interior lhe diz que deve, antes de mais, falar aos bispos e depois aos sacerdotes. E nos momentos mais difíceis da vida da congregação nascente, a palavra dos Bispos é o seu critério de verdade».<sup>246</sup> Enquanto o Cardeal José Neto foi fundamental para incutir na vida de Luiza Andaluz este sentido eclesial, próprio da sua espiritualidade, o Cardeal Cerejeira, como se verá, estará presente na formação da nova congregação religiosa e, por isso, na elaboração das *Bases enviadas a fim de obter o placet*. A sua vocação à vida religiosa estará sempre marcada pela obediência e comunhão com a Igreja.

## 2.2. O corolário na fundação das Servas de Nossa Senhora de Fátima

As Servas de Nossa Senhora de Fátima são o ponto de chegada do discernimento e do processo vocacional de Luiza Andaluz. É nesse sentido que se pode falar desta congregação como corolário e a herança da vida de uma mulher que teve como propósito responder ao chamamento do Senhor, tendo sempre como horizonte aquilo que era a sua vontade, conjugando com o que eram as necessidades da Igreja, procurando sempre uma comunhão absoluta com a hierarquia.

Quando em 1922 visita de novo o Carmelo onde estava a irmã, sente o apelo a fundar uma congregação. Contando com 45 anos, partilhou essa inquietação com o Arcebispo de Évora, Dom Manuel da Conceição Santos e com o Cardeal-Patriarca, Dom António Mendes Belo. A este respeito, esclarece que «ouvi isto muita vez a seguir durante todo o trajeto;

---

<sup>244</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 45.

<sup>245</sup> Escreve Luiza: «empregar todas as forças do meu corpo e todas as luzes com que o Senhor se dignou iluminar o meu espírito na Obra que Ele me confiou e velar por ela, sem descanso, enquanto tiver um alento de vida. O pensamento que me domina, o desejo e ânsia constante do meu coração, é procurar os meios de atrair todas as almas ao Sagrado Coração do meu Jesus», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 98.

<sup>246</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 17.

resolvi portanto falar aos prelados, antes de falar aos sacerdotes».<sup>247</sup> Compreende-se que a «anuência desses dois prelados foi o sinal preciso para avançar para uma nova fundação religiosa».<sup>248</sup> Regressando de Madrid, procurou o Arcebispo de Évora.<sup>249</sup> Neste encontro que ocorre em Torres Novas, o Arcebispo de Évora e Luiza Andaluz puderam trocar algumas impressões, tendo a indicação que devesse também ir ao encontro dos Bispos de Beja e da Guarda.<sup>250</sup>

Luiza Andaluz confessa que «o ano de 1923 foi muito movimentado para mim; é certo que já não tinha tanto trabalho em Lisboa, contudo via a necessidade de ir a diversos lados comunicar com pessoas que sabia se interessavam pela fundação da Obra, indagava se me convinham e neste caso procurava entusiasamá-las a vir sem demora».<sup>251</sup> Esta designação de Obra, refere-se a nova congregação que se preparava para constituir.<sup>252</sup> E é neste mesmo ano que, após descrever e justificar as suas várias movimentações, recebe um telefonema do Arcebispo de Évora com a seguinte indicação: «dizendo-lhe muito não lhe digo nada contudo nada senão: pode começar a Obra quando quiser».<sup>253</sup> Com isto, finaliza Luiza Andaluz: «na verdade era bem conciso o recado e nada me era determinado, eu mais uma vez caminhava para a frente sem conhecer o caminho, mas seguia sem receio, estava certa de que trilhava via segura».<sup>254</sup> Com a confirmação da hierarquia, deu início ao percurso da fundação da nova congregação.

A tentativa de laicização do Estado foi levada a cabo pelos governos da I República, especialmente os primeiros. Segundo António Matos Ferreira, «a laicidade inscreve-se num processo complexo e mais vasto que é o da secularização»,<sup>255</sup> sendo claro esta relação entre secularização e laicidade. Anda assim, percebe-se que a laicidade tem contornos próprios, uma vez que «corresponde a uma dinâmica social onde a religião, enquanto geradora de valores e de sentido, se encontra em concorrência com outras fontes de significação, disputando a sua pertinência social».<sup>256</sup> Esta realidade motiva uma reflexão sobre o papel da

---

<sup>247</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 85. A este respeito, esclarece também que já tinha partilhado com Eugénia e com as duas mães.

<sup>248</sup> Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 530.

<sup>249</sup> Luiza afirma: «ainda fiz seguir para Évora uma carta em que mandava dizer ao Senhor Arcebispo que precisava falar-lhe sobre um assunto que me parecia importava à Glória de Deus», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 85. Este encontro acontece no dia 17 de outubro de 1922.

<sup>250</sup> Cf. Andaluz, 91.

<sup>251</sup> Andaluz, 96–97.

<sup>252</sup> Cf. Maria Fernanda Tavares, ed., *O Itinerário de Luiza Andaluz* (Servas de Nossa Senhora de Fátima, 1997), 98.

<sup>253</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 96.

<sup>254</sup> Andaluz, 97.

<sup>255</sup> António Matos Ferreira, «Laicidade», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 58.

<sup>256</sup> Matos Ferreira, 59.

Igreja no Estado. Só assim pode-se explicar a problemática da dificuldade do ensino religioso num Estado laico e, especialmente, com a legislação republicana deram forma ao laicismo como «programa de combate à religião e às suas instituições ou como programa de substituição destas».<sup>257</sup> Desta forma, percebe-se que a laicidade explora a afirmação e a autonomização do Estado face a outras instituições, sendo, por isso, a necessidade de compreender a Questão Religiosa deste período.

Durante a I República, a maioria das instituições católicas, conventos e escolas que estavam ao cuidado de religiosos, foram encerradas. Nesse sentido, tendo em vista o projeto de criar uma congregação, era necessário ter-se alguns cuidados. Posto isto, dado o contexto, considerou que a criação de um colégio feminino<sup>258</sup> em Santarém justificava a presença de um grupo de senhoras que com ela começaram a constituir o colégio, sendo possível fazerem vida em comunidade.<sup>259</sup>

Os traços de pedagoga e de benemérita de Luiza Andaluz, são dois traços da sua personalidade, que transmitirá à ação pastoral da congregação. Também se torna essencial salientar o valor que a religiosa deu às mais diversas solicitações do bispo diocesano, destacando, por isso, uma forma de estar em comunhão com a Igreja, procurando sempre o diálogo.

O primeiro grupo de doze senhoras<sup>260</sup> que se juntou a Luiza Andaluz foi em peregrinação a Fátima logo no dia 13 de maio de 1923, reunindo-se em retiro logo em seguida.<sup>261</sup> A devoção a Nossa Senhora de Fátima foi fundamental para a consolidação da sua vocação religiosa, uma vez que foi nesta peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora de

---

<sup>257</sup> Matos Ferreira, 59.

<sup>258</sup> O colégio chamar-se-ia *Colégio Andaluz*.

<sup>259</sup> Cf. Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 530.

<sup>260</sup> Luiza salienta quem eram as pessoas que a acompanhavam: «éramos 13 das quais só recordo os nomes seguintes: Maria de Jesus Rodrigues, Maria Vitorina Mendes, Louíse Groëtz, Maria Jenoveva Santos, Manuela Pereira Nunes, Júlia Gonçalves, Beatriz Fiúza, Maria Helena Netto de A. Mendes Santos e Maria das Neves Figueiredo. As Filhas de Maria de Santarém, de quem era presidente desde 1915, e que eu tinha convidado para nos acompanhar, iam connosco assim como também Mons. Sabino Pereira, pároco da freguesia de Santa Iria e durante largos anos professor de música e canto no Seminário de Santarém. Foi ele quem ensaiou os cânticos para a nossa peregrinação», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 97.

<sup>261</sup> Escrevia Luiza que «depois de receber o telefonema no dia 17, resposta que há tanto tempo aguardava, tratei logo também de escrever para diferentes lados a ver quais das senhoras, com quem eu já estava em comunicação se dispunham a vir ter comigo, a fim de se dar início à nossa vida em comum. Propunha-lhes uma peregrinação à Cova da Iria, em data de 13 de Maio, a qual terminaria por um retiro em Santarém, aí ficariam desde logo as que já tivessem a sua vida preparada para isso. Fui rezando e apontando as respostas», Andaluz, 97. O retiro foi pregado pelo Dr. Mendes do Carmo da Guarda, levando Luiza a determinar: «ansiosas por nos darmos mais inteiramente ao serviço do Senhor. As resoluções que nele tomei, e que na ocasião apontei, foram as seguintes: “Empregar todas as forças do meu corpo e todas as luzes com que o Senhor se dignou iluminar o meu espírito na Obra que Ele me confiou e velar por ela, sem descanso, enquanto tiver um alento de vida. O pensamento que me domina, o desejo e ânsia constante do meu coração, é procurar os meios de atrair todas as almas ao Sagrado Coração do meu Jesus”», Andaluz, 98.

Fátima que se consagrou, dando início a uma nova comunidade religiosa naquele ano.<sup>262</sup> Inicialmente, a esta congregação chamou-se simplesmente “a obra”, reconhecendo-se desde os seus primórdios uma ligação a Fátima, pretendendo ser a primeira congregação ligada à Mensagem de Fátima<sup>263</sup> e também «para desde o início consagrar a congregação nascente à maternal proteção da Virgem do Rosário».<sup>264</sup> É interessante que Luiza Andaluz, após a sua peregrinação a Fátima, conclua:

a Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima (Obra Apostólica e Reparadora de Nossa Senhora de Fátima, como a princípio lhe chamávamos) depois de se ter consagrado à Santíssima Virgem na Cova da Iria, estava já a contar numerosos pedidos de admissão de pretendentes, que nos vinham de todos os lados do país. Estava por enquanto escondida e encoberta, mas a sua fundação já era uma realidade.<sup>265</sup>

O projeto de Luiza Andaluz, sendo acompanhada por este grupo de outras senhoras, era fundar um colégio para a educação de raparigas, «com ele daríamos razão de ser presença de tantas senhoras que iriam aparecer junto de mim e causariam reparo num meio pequeno como o de Santarém».<sup>266</sup> Este colégio só seria fundado a 15 de outubro,<sup>267</sup> procurando organizar-se tudo para este efeito, de modo que tudo fosse aprovado. Tentando ter poder financeiro para adquirir o convento assim que possível, delegou no seu advogado para alienar uma das suas propriedades.<sup>268</sup> O nome do colégio seria Colégio de Nossa Senhora dos Inocentes e, tendo sido referido, percebe-se que «nessa época havia muito poucos colégios religiosos».<sup>269</sup> Neste sentido esclarece-nos que ninguém sabia o seu objetivo de fundar uma nova congregação:

no seio da minha família, entre as numerosas pessoas das minhas relações por diferentes lados, no meio de Santarém, ninguém sabia nem sequer suspeitava do verdadeiro fim dos nossos

---

<sup>262</sup> Cf. Carrasqueiro de Sousa, «Fátima e o catolicismo português», 86.

<sup>263</sup> É importante perceber que, embora o Bispo de Leiria já tivesse considerado as aparições como dignas de crédito, a Santa Sé ainda não se havia pronunciado sobre as Aparições de Fátima. Apenas devido à procura de um nome para a congregação, que teve inicialmente o nome de “Obra apostólica e reparadora de Nossa Senhora de Fátima”, é que, em abril de 1938, fruto de uma discussão e reflexão levado a cabo entre Luiza Andaluz, o Cardeal Cerejeira e a Sagrada Congregação dos Religiosos, em Roma, se decidiu que a obra tomaria o nome de “Servas de Nossa Senhora de Fátima”, sendo apenas aprovado pelo Papa Pio XII em 19 de abril de 1939. E, desta forma, se vê assim o primeiro pronunciamento papal sobre as aparições. Cf. Figueiredo, «Deixou o palácio para se dedicar aos pobres» *Biografia espiritual de Luiza Andaluz*, 111.

<sup>264</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 98.

<sup>265</sup> Andaluz, 103.

<sup>266</sup> Andaluz, 99.

<sup>267</sup> Após elencar um número de mulheres que se juntaram a si, escreve: «o Colégio já tinha assim professoras de instrução primária e secundária, francês, labores e pintura, assim com tínhamos também escriturária, governante, roupeira e cozinheira. Fizeram-se os horários, marcaram-se os cargos, dividiu-se o trabalho. As meninas entraram na data que lhes fora marcada e o Colégio abriu a 15 de Outubro em honra de Santa Teresa de Jesus», Andaluz, 104.

<sup>268</sup> Cf. Andaluz, 99.

<sup>269</sup> Andaluz, 111.

esforços unidos no mesmo ideal de perfeição de vida religiosa, em que procurávamos servir a Santa Igreja.<sup>270</sup>

É sempre tendo como linhas de pensamento, por um lado, a perfeição da vida cristã e, por outro, o desejo de servir a Igreja que Luiza Andaluz age. Neste horizonte procurou sempre resguardar a comunidade religiosa, de modo que pudesse estar envolvida naquilo a que se propusera, procurando que ninguém se viesse intrometer.<sup>271</sup>

Este colégio foi construído na casa da sua família, que herdou. Assim, neste colégio, inicia-se, por um lado, a formação de crianças, mas, por outro, o início de uma nova comunidade religiosa, com um estilo diferente das outras estruturas de vida religiosa, uma vez que o tempo assim o exigia. Este grupo de senhoras propôs-se auxiliar e servir a Igreja em Portugal, naquilo que a hierarquia necessitasse.<sup>272</sup> É, pois, claro que se pretendia iniciar uma vida religiosa num contexto de maior dificuldade, esta vida precisava de ter contornos próprios. A regra desta vida religiosa foi alterada várias vezes, fruto da oração destas mulheres, que muitas vezes foi com a porta fechada, procurando que ninguém possa ter conhecimento disto.<sup>273</sup> Neste sentido, Luiza Andaluz reconhece que procurou sempre acompanhar os tempos modernos<sup>274</sup> e as evoluções deste, sempre tendo como horizonte facilitar o apostolado a que era chamada.<sup>275</sup> No pensar de Luiza Andaluz, a prioridade foi sempre o serviço que podia prestar à Igreja.

É importante que, embora o colégio tivesse o seu foco na formação de raparigas vindas de vários lugares, percebe-se que Luiza Andaluz e as suas companheiras iam começar a constituir a sua vida religiosa, que era feita sempre de forma oculta, de modo que ninguém de fora tivesse conhecimento. Percebe-se que «a instrução era bem ministrada, a educação era boa, as famílias estavam contentes».<sup>276</sup> Posto isto, destaca-se que o caminho desta vida religiosa ocultamente da sociedade escalabitana, exigia uma atenção redobrada deste grupo, nunca promovendo muito alarido, mesmo quando as difamações se espalhavam.<sup>277</sup> Contudo, Luiza Andaluz sempre se focou no essencial, constituir um lugar onde as raparigas pudessem ter educação de qualidade, sempre a considerar que este instituto fosse obra de Deus.

---

<sup>270</sup> Andaluz, 104.

<sup>271</sup> Cf. Andaluz, 104.

<sup>272</sup> Cf. Vieira, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 227.

<sup>273</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 104-5.

<sup>274</sup> Em Luiza, assiste-se a uma mulher consciente da mudança de tempo e na mudança exigida no apostolado: «de todos os lados onde fomos trouxe pagelas e apontamentos, que conservo, mas o apostolado tem-se modificado e modernizado muito, os meios adoptados há 20 anos são agora já velhos e antiquados, tem que se recorrer a outros novos», Andaluz, 142.

<sup>275</sup> Cf. Andaluz, 105.

<sup>276</sup> Andaluz, 111.

<sup>277</sup> Cf. Andaluz, 111.

O cônego Formigão, crente devoto de Nossa Senhora de Fátima, ofereceu-se para capelão do instituto, sendo depois nomeado capelão do Instituto de Nossa Senhora dos Inocentes e mais tarde seria também nomeado capelão, em 1931, do noviciado da congregação que se formava.<sup>278</sup> O cônego Formigão auxiliou-as especialmente na promoção vocacional deste instituto,<sup>279</sup> mas também para definir algumas das principais linhas espirituais em que a congregação se deveria centrar: *Instaurare omnia in christo*.<sup>280</sup> A ligação entre a religiosa e o clérigo aconteceu enquanto ambos pretendiam imprimir «na obra o espírito da acção apostólica e o espírito da reparação»,<sup>281</sup> tendo, mais tarde, a ideia de chamar a esta nova congregação de *Obra Apostólica e Reparadora de Nossa Senhora de Fátima*. Estes dois traços da espiritualidade cristã acabaram, na prática, por dar lugar a dois institutos diferentes:

O ramo da reparação constituir-se-ia como Congregação das Irmãs Reparadoras das Dores de Nossa Senhora de Fátima, reconhecendo como pai e fundador o padre Manuel Nunes Formigão. O outro ramo, mais direccionado para o apostolado social em estreita colaboração com a hierarquia e o clero diocesano, teria como fundadora Luiza Andaluz.<sup>282</sup>

Esta divisão originaria uma separação no seio da Obra, mas antes dessa cisão, nota-se que o clérigo pretendeu criar um ramo interno apenas dedicado à Reparação em 1925 e, após Luiza Andaluz confirmar primeiro com os bispos de Évora e depois com o de Lisboa e o de Leiria, menciona, que a 6 de janeiro de 1926, se dá a abertura de uma casa, em Lisboa, para este efeito, cedida por D. Assunção Avelar.<sup>283</sup> A este respeito escreve Luiza Andaluz, notando que inicialmente agradou a todos, mas com o passar do tempo notaram-se algumas dificuldades, como a divisão da comunidade e a falta de autoridade que sentia quando entrava naquela casa:

Começou assim o Ramo da Reparação, que todas apreciávamos imenso, contudo de facto veio atrapalhar a nossa trabalhosa mas até ali bem pacífica vida. Logo de princípio se notou

---

<sup>278</sup> A casa de formação era no Dafundo. Tendo já uma casa, sendo só necessário acrescentar uma igreja e uma sacristia, e depois uma Mestra de Noviças, podia se iniciar a formação das novas religiosas. Contudo, era necessário também enviar um relatório para Roma, que ficou ao cuidado do cônego Formigão, enviado depois em 1932. Cf. Andaluz, 135.

<sup>279</sup> Cf. Andaluz, 110. O seu trabalho foi, simplesmente, chamar mulheres para fazerem caminho nesta congregação que começava a dar os primeiros passos.

<sup>280</sup> «instaurar tudo em Cristo», seguindo a tradução apresentada em Andaluz, 113. Este primeiro foi apresentado por Luiza como o lema geral, sendo depois apresentados outros dois: *Regnet Rex Regnum* (Que reine o rei dos reis) e *Regnet Regina Rosarii* (Que reine a Rainha do Rosário). Estes lemas escolhidos pelo cônego Formigão.

<sup>281</sup> Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 530.

<sup>282</sup> Sampaio, 531.

<sup>283</sup> Em 1927 tiveram de sair desta casa uma vez que a proprietária precisou de usar a casa. Por isso, lembrou-se que podiam usar o velho Casino de Cascais que já servia para acolher as colónias de férias promovidas por diversas escolas da região. Assim sendo, «para ali se mudou a Comunidade da Casa de Adoração e Reparação de Nossa Senhora de Fátima a 10 de janeiro de 1928», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 122.

causava uma certa perturbação a escolha e separação das Irmãs para Ramos diferentes, e era certo que eu não entrava na Rua da Arriaga com a mesma autoridade que nas outras casas, embora me recebessem bem e me respeitassem sempre muito.<sup>284</sup>

Nos seus escritos, Luiza Andaluz aponta também outro género de dificuldades, como duas ocasiões em que foi difamada pelo jornal *A Batalha*. Este jornal «iniciou uma campanha depreciativa, na qual nos mimoseou com insolências durante perto de um mês. Propunha-se ela certamente a dar um golpe de morte na querida congregação, mas Deus não o permitiu».<sup>285</sup> Então, Luiza Andaluz apresenta dois excertos deste jornal, em que, num, apresenta o projeto como uma «obra de fanatização» e noutro, chama a Luiza Andaluz de «velha maníaca».<sup>286</sup>

Dá-se conta, que no período a seguir a 1926, muitas mulheres se queriam juntar à congregação. Este considerável número de vocações, exige também que, cada vez mais, se analise prontamente aquelas que pretendiam entrar, escrevia Luiza Andaluz: «embora não tivéssemos ainda noviciado, no contacto de cada dia facilmente se ia verificando as que não nos podiam servir».<sup>287</sup> Esta verificação dava-se no ato de servir de cada uma das candidatas. Continua Luiza Andaluz, pois «pedidos que nos faziam para tomar conta de obras de beneficência eram muitos e insistentes»,<sup>288</sup> também era necessário organizar as pessoas por todos os lugares e a respetiva formação necessária ao trabalho de cada lugar. O cônego Formigão, a procurar um lugar para promover a formação das religiosas, encontra um espaço no Dafundo,<sup>289</sup> assumindo «a iniciativa de pedir auxílios a pessoas suas conhecidas ou nossas amigas a fim de se adquirir casa própria».<sup>290</sup> As religiosas mudaram-se para lá a 8 de março de 1929. A mestra de Noviças foi a Irmã Cecília dos Santos e o cônego Formigão o assistente. A abertura desta casa foi a dia 10 daquele mês, acolhendo Dom Manuel Gonçalves Cerejeira.

---

<sup>284</sup> Andaluz, 113–14. Fernanda Tavares exalta a análise de Luiza: «lucidez na análise do que se estava a passar», Tavares, *O Itinerário de Luiza Andaluz*, 119.

<sup>285</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 114.

<sup>286</sup> Cf. Andaluz, 114–15. O primeiro excerto transcrito por Luiza, o jornal critica a congregação, a partir das aparições de Fátima, sendo a primeira frase citada “Fátima já começou a dar lucros”. No segundo, centra-se em Luiza.

<sup>287</sup> Andaluz, 116. Sobre a formação, escreve: «não convinha estar a abrir casas com pessoal que ainda não estava formado, mas a nossa regra não estava feita, ainda não tínhamos aberto casa de noviciado nem tínhamos mestra preparada, era indispensável irmos espalhando alguma da nossa gente para novas casas, enquanto aguardávamos que estes problemas fossem resolvidos», Andaluz, 119. Ainda acerca da escolha das candidatas, Luiza escreve: «creio foi o Senhor Dr. Formigão que tomou a si a escolha das primeiras Irmãs que deveriam ir para a formação», Andaluz, 150.

<sup>288</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 119.

<sup>289</sup> Esclarece Luiza que era «um pequeno casal, murado, com residência, garagem, horta, árvores de fruta e outras vantagens que realmente reunia bastantes condições para nos poder servir», Andaluz, 124. Esta casa era propícia à formação, uma vez que tinha o ambiente necessário para este efeito, sendo agora necessário encontrar uma mestra e dar-lhe formação. Tendo o conselho das Irmãs de S. José de Cluny, duas irmãs, escolhidas pelo cônego Formigão, começando a formação a 13 de março de 1929 em Braga e terminando a 30 de setembro do mesmo ano. Uma das irmãs escolhidas pelo cônego Formigão, Maria de Jesus Oliveira, teve alguns percalços durante este período, sendo a opinião de Luiza que esta não regressasse, mas o clérigo convenceu-a a regressar. Maria de Jesus acabara por deixar a vida religiosa. A outra chamava-se Cecília dos Santos. (Cf. Andaluz, 125.)

<sup>290</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 124.

Em 1930 foi benzida a capela pelo bispo de Leiria. Luiza Andaluz, ao reconhecer a devida importância à formação das religiosas, afirma: «havia para nós a dificuldade em continuar a trabalhar nas diferentes obras que nos estavam entregues e ir mandando o pessoal para o noviciado. Era indispensável começar a fazer uma escolha e dar por fim a devida formação aos elementos, que há tanto tempo a esperavam com ansiedade».<sup>291</sup>

O tempo de formação variou ligeiramente. O período completo seria seis meses de postulante e 2 anos de noviciado. Luiza Andaluz não pertence ao primeiro grupo, entrando apenas a 28 de junho de 1932, com mais cinco companheiras.<sup>292</sup> Luiza Andaluz termina a 6 de janeiro de 1933 e tendo verificado que o ambiente lá vivido não era o melhor, escreveu Luiza Andaluz:

A atmosfera do Noviciado não se tinha modificado para melhor, todas as Irmãs e noviças guardavam a maior reserva do que lá se passava, nada me comunicavam, mas as reuniões do grupo contemplativo faziam-se à parte e notava-se que havia segredos que não eram do domínio de todos, isto fazia continuar a desarmonia.<sup>293</sup>

Tendo percebido esta desarmonia no noviciado, Luiza Andaluz escreve uma carta ao Patriarca a expor o que se passava. Era claro que, no mesmo noviciado, surgiam duas correntes e, no seu entender, a formação não estava harmonizada: «confusão de duas correntes».<sup>294</sup> Nesta carta,<sup>295</sup> reconhece que inicialmente considerou possível formar religiosas, na mesma casa, ainda que depois o destino das mesmas não fosse o mesmo. Percebe que surgem dificuldades, uma vez que nem todas têm a mesma «comunhão de ideal e prevemos com tristeza que mais dia menos dia se estabelecerá a divisão».<sup>296</sup> O cônego Formigão pretendia uma vida mais intensa de oração e piedade, mas silenciosa, sendo que Luiza Andaluz julga que, só responderá à sua missão, se puder dar elementos que auxiliem a «Igreja e o clero, nos apostolado social, espalhando essa ação à custa de muitas privações e sacrifícios».<sup>297</sup> É óbvio que, sendo dois estilos diferentes de vida religiosa, não pode ser possível que se dê a mesma formação a ambas, gerando a primeira grande crise na congregação nascente.<sup>298</sup> Como forma de resposta, foi chamada ao paço episcopal, onde o

---

<sup>291</sup> Andaluz, 151.

<sup>292</sup> Cf. Andaluz, 155.

<sup>293</sup> Andaluz, 155.

<sup>294</sup> Andaluz, 156.

<sup>295</sup> Tem-se acesso a esta carta a partir do documento da sua *História da Congregação*, a 24 de dezembro de 1933: Andaluz, 155–57.

<sup>296</sup> Andaluz, 156.

<sup>297</sup> Andaluz, 156.

<sup>298</sup> Cf. Vieira, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 227.

Bispo lhe propôs que ficasse a «tomar conta da congregação se [...] anuisse a que Sua eminência nela introduzisse o espírito sacerdotal, que lhe parecia conveniente ela tivesse».<sup>299</sup>

Após uma ida a Roma, na qual teve oportunidade para falar com o Superior da Companhia de Jesus,<sup>300</sup> expondo-lhe a situação, este clérigo aconselhou-a a confiar no Patriarca de Lisboa.<sup>301</sup> Nesta mesma ida a Roma, tinha marcada uma audiência particular com o Papa Pio XI. Esta audiência não aconteceu particularmente, uma vez que se juntaram mais dois sacerdotes, e é também nesse contexto que continua a questionar-se sobre o nome da congregação:

Nesta estadia em Roma continuando a sentir-me perplexa sobre o nome que deveríamos agora pôr à Congregação dirigi-me com grande devoção ao altar central da Basílica de S. Pedro, colocado sobre o local do túmulo do 1º chefe da Santa Igreja, e aí lhe pedi me fizesse conhecer o título que convinha escolher. Estava convencida que a Obra devia tomar o nome de Nossa Senhora, mas ao meu espírito naquela ocasião não se me apresentou o título completo, embora julgasse perceber claramente as duas primeiras palavras: Servas de...<sup>302</sup>

Tendo presente as necessidades da Igreja, bem como a obediência à hierarquia, aceita a oferta do Cardeal Cerejeira, introduzindo o espírito sacerdotal nesta congregação. A espiritualidade sacerdotal será, efetivamente, a tónica fundamental das Servas de Nossa Senhora de Fátima.<sup>303</sup> Tendo como ponto de partida a vocação batismal, a espiritualidade sacerdotal é entendida como um aprofundamento da apostolicidade da Igreja, mas também da caridade pastoral, sendo de notar o serviço à comunhão com a hierarquia e com a Igreja, bem como a doação e serviço aos outros. É também de destacar o sentido da dimensão litúrgica. Por isto, o lema desta congregação é a afirmação que conclui a anunciação do Anjo a Maria no Evangelho: «eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra» (Lc 1, 38), procurando a partir desta vivência perpetuar com Maria o ministério sacerdotal de Cristo na Igreja. É pertinente compreender o caminho realizado por Luiza Andaluz, o Cardeal Cerejeira e a Congregação dos Religiosos, que detinham a tutela para a definição do nome<sup>304</sup> de novas congregações, bem como também a afirmação da sua identidade.

---

<sup>299</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 157.

<sup>300</sup> Esclarece Isabel Tavares que «em 1933, o Superior Geral dos Jesuítas era o Ver. Pe. Wlodimir Ledóchowski. N. em 1866; entrou nos jesuítas em 24/06/1889; ordenação Sacerdotal em 10/06/1894; eleito Geral dos Jesuítas em 11/02/1915; faleceu em 13/12/1942», Tavares, *O Itinerário de Luiza Andaluz*, 169.

<sup>301</sup> «Depois de me ouvir com atenção, respondeu que o caminho a seguir era pôr a Congregação nas mãos do Senhor Cardeal», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 157.

<sup>302</sup> Andaluz, 157.

<sup>303</sup> Cf. Vieira, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 227.

<sup>304</sup> De uma forma sumária, elencam-se os nomes pensados para a nova congregação: “a Obra”; “O Instituto”; “Obra Apostólica e Reparadora de Nossa Senhora de Fátima”; “Obra Apostólica Reparadora de Nossa Senhora de Fátima”; “Obra Reparadora e Apostólica de Nossa Senhora de Fátima”; “Auxiliares do Clero”; “Obra das Auxiliares do Clero de Nossa Senhora de Fátima”; “Obra de Santarém”; “Obra das Fatimitas”; “Servas de Jesus

Entre 1933 e 1934 constata diversos problemas, especialmente com o cônego Formigão.<sup>305</sup> Este, em 1933, empreendeu uma viagem a Lisieux e foi até à Bélgica, não sabendo se iria a Roma. Este clérigo enviou para Roma uma carta a expor a vida do instituto em 1932.<sup>306</sup> Posto isto, o Patriarca de Lisboa visita a quinta no Dafundo, em abril de 1934, a pedido de algumas noviças que lhe anunciaram quererem abandonar aquela casa, comunicando, no final, depois também a Luiza Andaluz.<sup>307</sup> A resposta de Luiza Andaluz foi no sentido de acatar esse desejo, dando-lhes liberdade, ainda que considerasse estranho «por me terem sempre testemunhado todo o carinho e dedicação»,<sup>308</sup> num contexto onde Luiza Andaluz acaba também por perceber que não era bem-vinda.<sup>309</sup>

A separação entre estes dois ramos dá-se oficialmente em 1934: Luiza Andaluz foi informada que aquele grupo de nove religiosas tinha comprado uma casa na Cova da Iria. O grupo que seguiu o ramo da Reparação junta-se ao cônego Formigão, uma vez que pretendiam um tipo de consagração diferente. Este ramo viria a constituir-se como a Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, tendo como seu fundador o cônego Formigão.<sup>310</sup>

Tendo sido efetivada esta separação, escolhe Maria José Falcão para o governo daquela casa e Irmã Maria das Dores Souza Gomes como mestra de noviças. O Patriarca acolheu e nomeou, como assistente, o Monsenhor João Crisóstomo Freitas Barros.<sup>311</sup> As religiosas que ficaram no Dafundo estavam perturbadas,<sup>312</sup> uma vez que também foram

---

e Maria”; “Obra Reparadora de Nossa Senhora do Rosário de Fátima”; “Religiosas da Obra Reparadora de Nossa Senhora em Fátima”; “Obra Missionária Reparadora de Nossa”; “Senhora do Rosário em Fátima”; “Obra Reparadora de Nossa Senhora do Rosário em Fátima”; “Obra Apostólica e Reparadora de Nossa Senhora do Rosário de Fátima”; “Hóstias do Clero”; “Obra Missionária e Reparadora de Nossa Senhora do Rosário de Fátima”; “Servas de Jesus Sacerdote”; “Servas de Jesus e Maria”; “Servas da Igreja”; “Auxiliares do Catecismo e do Apostolado Paroquial”; “Auxiliares do Apostolado Paroquial”; “Servas de Nossa Senhora de Fátima”. Veja-se em Rita Mendonça Leite, «“A Obra” em busca da sua identidade: a chegada à designação “Servas de Nossa Senhora de Fátima”», em *Servas de Nossa Senhora de Fátima. Uma congregação feminina contemporânea* (Lisboa: UCP Editora, [no prelo]). Compreende-se que a procura da definição do nome para a congregação é feita também ao lado da definição da sua identidade e carisma, sendo esta uma designação que procure, de uma forma ativa e dinâmica, acompanhar a questão da funcionalidade desta nova congregação no panorama eclesial e social. Esta é uma conclusão fundamental.

<sup>305</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 158.

<sup>306</sup> Esta carta encontra-se, como documento XV, no apêndice da obra escrita pela religiosa Cf. Andaluz, 285–91.

<sup>307</sup> Luiza confessa que «quando chegou o dia que elas próprias marcaram para nos deixar, vi-as partir com mágoa e a todas dei dinheiro para poderem regressar às suas terras e merenda para o caminho; pelo que me disseram depreendi que voltavam para as suas famílias», Andaluz, 160.

<sup>308</sup> Andaluz, 160.

<sup>309</sup> Cf. Andaluz, 160.

<sup>310</sup> Sobre o percurso da Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, veja-se: Arnaldo Cardoso e Ferreira Gertrudes, *O Padre Formigão e a Mensagem de Fátima* (Fátima: Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, 2018).

<sup>311</sup> Cf. Andaluz, 160.

<sup>312</sup> Afirma Luiza que «reportavam-se às palavras dos videntes e diziam-me que grandes castigos viriam sobre Portugal, que Nosso Senhor estava muito irritado e pareciam dar-me a entender que eu de algum modo estava culpada. Respondia-lhes com calma que certamente Nosso Senhor não nos castigaria enquanto eu mantivesse a

convidadas pelas que saíram a juntar-se a elas.<sup>313</sup> Luiza Andaluz tranquilizou-as, explicando que estava em comunhão e obediência com o Patriarca de Lisboa.<sup>314</sup> Considerando também que seria melhor encontrar um lugar novo para a formação do noviciado,<sup>315</sup> destacaria nesse trânsito «a dedicação das boas mães Maria José Falcão e Maria das Dores Souza Gomes»<sup>316</sup> que muito a ajudariam.

Após a reestruturação necessária,<sup>317</sup> em que se salienta as entradas de um novo assistente, de novas responsáveis para a formação e governo de casa e um grupo de irmãs Doroteias que vieram auxiliar a formação, da ida para a nova casa, espera-se que a nova congregação se recomponha. Enquanto assistente, o cônego Formigão enviara para Roma uma exposição onde apresentava a congregação; sendo que, entretanto, o Cardeal Cerejeira chamara a si a responsabilidade de remeter para a Santa Sé as *bases para obter o placet*. Neste documento encontra-se, segundo Luiza Andaluz, «a natureza, fim e espírito do Instituto, a sua piedade, regime e formação, o género de vida das suas religiosas, a eleição e governo que devia regê-las».<sup>318</sup> A resposta do *nihil obstat* tem a data de 10 de dezembro de 1935, embora Luiza Andaluz pense que o Prelado só a tenha informado em janeiro de 1936. Compreende-se o pedido de «largar algumas das casas abertas, a fim de podermos concentrar mais o nosso pessoal e dar-lhe formação, também para facilitar a reorganização das casas com que ficámos».<sup>319</sup> E após descrever a quem entregou os trabalhos a realizar por outras congregações,<sup>320</sup> refere o encontro entre Cerejeira e Pio XII, que havia sido recentemente eleito Romano Pontífice, em 1939, ano em que aprova o nome da congregação.<sup>321</sup> O bispo

---

Comunidade em obediência ao Senhor Cardeal Patriarca, que era a primeira autoridade eclesiástica da nação», Andaluz, 161.

<sup>313</sup> Luiza explica que, de facto, algumas que ficaram foram-se juntar às outras e outras que seguiram outros caminhos.

<sup>314</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 161.

<sup>315</sup> O lugar comprado foi um prédio no Largo de São Mamede em Lisboa e, segundo Luiza Andaluz, «foi o melhor que vimos e o que mais nos agradou, ali demos entrada durante o mês de junho e aí fomos preparando tudo para se poder instalar a nossa casa de formação», Andaluz, 161.

<sup>316</sup> Andaluz, 161.

<sup>317</sup> Cf. Andaluz, 160–64. A este respeito escreve Maria Fernanda Tavares: «depois de registar que desde 1933 até 1938, não puderam abrir mais casas, excepção feita para Muge a convite insistente da Duquesa de Cadaval, Luiza regista que era aquele o momento de reorganizar e regularizar a vida da Congregação, de se pôr em ordem a boa administração das casas. Salienta também a colaboração que, nesse sentido, foi dada pelo Senhor Bispo de Vatarba», Tavares, *O Itinerário de Luiza Andaluz*, 179.

<sup>318</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 165.

<sup>319</sup> Andaluz, 165.

<sup>320</sup> Escreve Luiza que «desde fins de 1933 até 1938 não pudemos abrir mais casa nenhuma, limitávamo-nos a olhar pelas que já estavam a funcionar e estudávamos a forma de podermos largar aquelas que íamos deixar, sem prejuízo das respectivas obras sociais a que eram destinadas», Andaluz, 166. A única que fora aberta foi a de Muge, por insistência da duquesa de Cadaval, em 1938.

<sup>321</sup> A título de curiosidade, Luiza indica a importância de um frade capuchinho para a escolha do nome: «um frade capuchinho que ali se encontrava, naquela mesma ocasião, lembrou: “Porque não tomar o nome de ‘Servas de Nossa Senhora de Fátima?’”», Andaluz, 165. Por outro lado, menciona o gosto pelo nome e a data, sendo esta a data da separação no Dafundo: «impressionou-me a circunstância de nos ter dado o título, por nós tão docemente apreciado, precisamente na mesma data em que no Dafundo, cinco anos antes, as outras irmãs se

auxiliar de Lisboa, Dom João da Silva Campos Neves, ficava encarregue de dirigir a constituição da nova congregação, após observar «de perto a nossa vida, no seu contacto connosco, e também as necessidades do apostolado social a que nos dedicávamos, orientadas agora pelas bases dadas pelo Senhor Cardeal Patriarca, elaborou-as à face do direito».<sup>322</sup>

O primeiro conselho foi constituído, tendo sido dada posse pelo Bispo Auxiliar, a quem tinha sido pedido a formulação das constituições, a: «Luiza Andaluz, Superiora Geral, Maria de Jesus Rodrigues, Secretária Geral, Ermelinda Sobral, Procuradora Geral, Luiza Andaluz Gröetz e Maria José Falcão, Conselheiras».<sup>323</sup> Percebe-se que, após a elaboração da constituição da nova congregação e a confirmação da Santa Sé, poderiam ser feitos os primeiros votos. O Patriarca ofereceu-se para pregar o retiro, a ser iniciado a 3 de outubro de 1939,<sup>324</sup> ainda que o Monsenhor Pereira dos Reis tenha pregado os últimos dias.<sup>325</sup> A 11 de outubro, com sessenta e dois anos, Luiza Andaluz pronunciou os seus votos e nessa celebração, o Patriarca<sup>326</sup> fez questão de agradecer o papel do Arcebispo de Évora e do Bispo Auxiliar.<sup>327</sup> Constata-se a alegria de Luiza Andaluz, neste excerto:

felicidade tão grande, tão completa desde já, na terra, e depois incomensuravelmente maior no Céu e essa por toda a eternidade!...

Chegava agora a Santa Missa a final. Exposto o Santíssimo Sacramento, entoa-se o Te-Deum e todos recebemos a Bênção do nosso bom Deus.

Nós, as felizes professoras, passando às salas recebemos felicitações e carinho das pessoas amigas, que vieram acompanhar-nos; servem-se uns doces e uns licores etc. tiram-se fotografias no pátio e acaba assim a memorável festa das nossas primeiras profissões, à qual vieram presidir e assistir três dos nossos grandes Prelados.<sup>328</sup>

---

tinham desligado de nós. Com a saída delas havia sofrido desgosto, pois muito as estimava a todas e ainda as estimo», Andaluz, 166.

<sup>322</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 166.

<sup>323</sup> Andaluz, 167. A mestra de noviças também se junta ao Conselho em 1940, a Irmã Joaquina Silva Santos. A casa de São Mamede, por um lado servia como casa-mãe, por outro era também a casa de formação. Cf. Andaluz, 167.

<sup>324</sup> As notas utilizadas para este retiro podem ser encontradas em Manuel Gonçalves Cerejeira, «Documentos relativos ao retiro que precedeu a ereção canónica e as primeiras profissões da Congregação», (1939). AHCSNSF / Fundo Geral da Congregação / Governo da Congregação / SC/B - Governo Geral / Cx. 18, Mç. 123A.

<sup>325</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 170. Confessa Luiza: «fındou o nosso retiro, chegámos enfim ao feliz dia da nossa doação a Deus, doação pela qual há mais de 20 anos eu ardentemente suspirava. Estavam vencidas as últimas dificuldades – e elas foram tantas, tantas, nestes anos seguidos, em que dia a dia procurei sempre vencê-las com nunca desmentida confiança, Naquele que tudo pode...!», Andaluz, 171.

<sup>326</sup> Luiza menciona o estado também deste prelado: «pareceu-me que o Senhor Cardeal também estava profundamente emocionado; entreguei a minha vela, beijei o Sagrado Anel e retirei-me para a cadeira onde depois fui receber os votos das outras 24 Irmãs, que todas comovidíssimas os fizeram», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 173.

<sup>327</sup> Cf. Andaluz, 172.

<sup>328</sup> Andaluz, 174.

Ainda que esta congregação apresente a data de 1923 como a fundação, percebe-se que esta só foi aprovada canonicamente em 1939 como congregação de direito diocesano, pelo Cardeal de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira.<sup>329</sup> A fundação desta nova congregação<sup>330</sup> está portanto intimamente relacionada com o contexto religioso, político e social da transição do século XIX para o século XX: o fim da Monarquia e a constituição da I República, que lançaram novos desafios ao Catolicismo, convocando-o a responder a estes novos contextos.

Marcada pelo período da I República, esta congregação tem particularidades mais exteriores que difere das tradicionais congregações, a saber:

a ausência de hábito religioso, a inserção de pequenas comunidades (os núcleos) em meios desprovidos de assistência religiosa, se necessário, onde ficariam habitualmente privadas da eucaristia e assumindo tarefas profissionais comuns, com a conseqüente permissão de as Irmãs passarem o dia inteiro fora de casa.<sup>331</sup>

É considerável salientar aqui o que Luiza Andaluz considerou sobre a utilização do hábito religioso. Dado o contexto português, considera: «parecia-me que não seria fácil usarmos hábitos, para melhor passarmos despercebidas, mas receava que isso não fosse conveniente, não fosse o do agrado de Deus».<sup>332</sup> Nesta frase, ressalta-nos esse desejo de passar por despercebida, claramente marcada por um sentido de verdadeira simplicidade e pelo período vivido, marcado pela antirreligiosidade e anticlericalismo. O momento confirmador foi em seguida quando percebe que o que mais importa não é o traje, mas viver segundo a graça de Deus.<sup>333</sup>

A pedido do patriarca, em 1930, foi buscar cartas de recomendação para ir para França, com o intuito de ir estudar várias obras sociais, acompanhada por Louise Groëtz.<sup>334</sup> A partir desta visita sentir-se-ia com maior conhecimento para acompanhar e promover o trabalho que já tinha começado. É interessante compreender que Luiza Andaluz tinha uma

---

<sup>329</sup> Ainda que se procure um distanciamento da discussão sobre o fundador da congregação, não se pode deixar de referir a importância do Cardeal Cerejeira. Se já se salientou o papel deste prelado na escolha do nome da nova congregação, não se pode deixar de referir que em diálogo com Luiza Andaluz, tomou a responsabilidade da nova congregação, procurando introduzir nela a tónica do “espírito sacerdotal” Cf. Vieira, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 227.

<sup>330</sup> No Decreto, se explica que «indo de encontro às necessidades novas dos tempos presentes, propunham-se fundar uma congregação que pudesse prestar à Igreja os serviços de que Ela carece e ordinariamente lhe não podem ser prestados pelos Institutos existentes, em virtude dos estatutos por que se regem», Cardeal Manuel Cerejeira, «Decreto da Ereção Canónica da Congregação Diocesana das Servas de Nossa Senhora de Fátima», 1939.

<sup>331</sup> Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 45–46.

<sup>332</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 84.

<sup>333</sup> Afirma Luiza que «“Lo trajar no importa, lo que importa es hacer todo en la gracia de Dios.” (“O traje não importa, o que importa é fazer tudo na graça de Deus” – tradução apresentada pelos editores)», Andaluz, 84. Luiza afirma que este pensamento lhe surge devido a Santa Teresa de Jesus

<sup>334</sup> Cf. Andaluz, 140.

intensa atividade no âmbito social, sendo a formação uma mais-valia. É, neste sentido, que, devido às várias obras que acompanhava em prol do bem dos outros, Luiza Andaluz afirma: «por ver que assim era preciso eu andava sempre visitando as casas todas repetidas vezes durante o ano»<sup>335</sup>

A congregação das Servas de Nossa Senhora insere-se na resposta da Igreja à extinção das ordens religiosas,<sup>336</sup> compreendendo a necessidade de cuidar da formação humana e cristã dos crentes, especialmente dos mais necessitados. O restabelecimento das congregações conduziu a uma renovação da vida religiosa, mas potenciou também à criação de novas congregações religiosas, bem como a promoção da vida laical.<sup>337</sup> Estas novas congregações eram formadas a partir de pequenos grupos de crentes,<sup>338</sup> que de uma maneira espontânea e autêntica quiseram responder às necessidades locais. Em síntese, é essencial perceber que, em Portugal, o restabelecimento das congregações religiosas, teve um impacto único na dinamização da Igreja Católica, especialmente a partir dos anos 30.<sup>339</sup> Foram estas mesmas congregações que foram focos de dinamização e de revitalização da vida religiosa no nosso país.

A madre Andaluz, ao tomar consciência da sua vocação religiosa em 1915, procura a inserção no Catolicismo do seu tempo. Este Catolicismo estava marcado fortemente por uma atitude militante, com manifestações já no século XIX e tendo o seu apogeu no século XX, frisando o papel social dos católicos, inserindo-se na política de *Ralliement* iniciada por Leão XIII, bem como a ideia de “reconquista cristã”<sup>340</sup> do país<sup>341</sup>. Esta política de *Ralliement* procura, antes demais, uma resposta de convergência, uma vez que procura deixar de discutir qual o melhor regime político, para discutir o serviço dos governos ao bem comum. Assim

---

<sup>335</sup> Andaluz, 146.

<sup>336</sup> A extinção devia-se ao facto: do problema dos votos perpétuos face à noção de liberdade individual; a questão do celibato que não gera a prole; a autoridade episcopal que dificultava a autoridade civil; e o ensino que se desenvolvesse sem a presença da Igreja.

<sup>337</sup> Para uma maior compreensão da emergência do laicado em Portugal, especialmente para um período anterior ao em estudo, veja-se: Manuel Clemente, «Laicização da sociedade e afirmação do laicado em Portugal (1820-1840)», *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, 1991, 111–54. Uma vez que as congregações estavam extintas, os leigos foram protagonistas das iniciativas eclesiais, fomentando a responsabilidade na edificação do reino de Deus e a valorização dos católicos no seio da sociedade.

<sup>338</sup> No caso das congregações femininas, percebe-se que, muitas vezes, as fundadoras vinham da aristocracia, com uma elevada educação e formação humana, espiritual e intelectual. Em Portugal, pode-se encontrar, para além de Luiza, mais dois casos de mulheres que fundaram novas congregações: no período ainda da Monarquia, Teresa de Saldanha (4 de setembro de 1837-8 de janeiro de 1837) fundou as Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, em 1866; a Madre Maria Isabel da Santíssima Trindade (1 de fevereiro de 1889-3 de julho de 1962) fundou as Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres, em 1939.

<sup>339</sup> Cf. Paulo Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», em *História Religiosa de Portugal*, vol. 3 (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 172.

<sup>340</sup> O decreto afirma também que «o espírito que as animava era o mesmo da primeira hora: trabalhar quanto em si coubesse, pela reconquista cristã de Portugal, mas sempre e só onde lhes fosse indicado pelos Prelados diocesanos, e em perfeita colaboração com eles»,<sup>340</sup> Cardeal Manuel Cerejeira, «Decreto da Ereção Canónica da Congregação Diocesana das Servas de Nossa Senhora de Fátima».

<sup>341</sup> Cf. Carrasqueiro de Sousa, «Fátima e o catolicismo português», 80.

sendo, percebe-se o serviço da Igreja a focar-se no bem comum, sendo este um convite claro aos portugueses, para acolherem as estruturas políticas já constituídas. Do ponto de vista social e eclesial, Luiza Andaluz ultrapassou aquilo que foram as barreiras do seu tempo impostas à mulher, «fundando e acompanhando escolas e obras sociais e outros projetos de carácter apostólico e cultural».<sup>342</sup>

A Igreja e as autoridades civis reconheceriam progressivamente o serviço de Luiza Andaluz à sociedade portuguesa.<sup>343</sup> A 12 de fevereiro de 1928, por indicação do Arcebispo de Évora, foi-lhe concedida, pelo Papa Pio XI, a medalha *Pro Ecclesia et Pontifice*, entregue pelo Cónego Francisco Maria Félix, reitor do Seminário de Santarém,<sup>344</sup> numa cerimónia naquela cidade. Mais tarde, a 1 de março de 1930, foi agraciada pelo Presidente da República, Marechal Óscar Carmona.<sup>345</sup> Mais tarde, em 1966, recebe a medalha da cidade de Santarém.

### 2.3. A compreensão de uma crente face ao panorama da I República

Apesar de tudo, é notória, a partir dos escritos de Luiza Andaluz, uma consciencialização das dificuldades vividas pela Igreja, sendo claro que as congregações religiosas não eram vistas positivamente e que a mentalidade que acompanhava um setor da sociedade não compreendia o seu funcionamento e, muito menos, o seu fim.<sup>346</sup> Para isto contribuiu, como se viu, o processo de secularização que, no entender de António Matos Ferreira, funcionou como «uma desafecção progressiva do enquadramento religioso, como questionamento e secundarização da própria Igreja Católica Romana na sociedade, quanto mediadora desse mesmo enquadramento».<sup>347</sup> Este processo exige ao cidadão um novo olhar sobre a religião e sobre a influência desta na sociedade, mas também um novo olhar sobre aqueles que tomam parte da Igreja ativamente, como é o caso dos crentes e, por isso, o caso de Luiza Andaluz. Veja-se, em detalhe, o modo como Luiza Andaluz, sendo parte integrante deste processo, se posicionou naquele contexto, articulando e dinamizando o percurso de constituição de uma congregação atrás descrito.

---

<sup>342</sup> Carrasqueiro de Sousa, 81.

<sup>343</sup> Cf. Tavares, *O Itinerário de Luiza Andaluz*, 129.

<sup>344</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 122–23.

<sup>345</sup> Cf. Andaluz, 135. Luiza afirma que «foi certamente por indicação do diretor da assistência, Dr. Possollo, pessoa amiga a quem muita vez recorria a pedir auxílios do estado para as nossas casas de beneficência», Andaluz, 136.

<sup>346</sup> Luiza esclarece que «os tempos estavam maus para a Igreja, as congregações religiosas não eram apreciadas, muito se falava contra elas sobretudo contra as de vida contemplativa, cuja sublimidade o mundo sensual e ímpio não sabia compreender; era urgente torná-las mais simpáticas à mentalidade do povo, que andava muito desorientado por falsas doutrinas», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 32.

<sup>347</sup> António Matos Ferreira, «Secularização», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 197.

O panorama sociopolítico da I República foi marcado pela presença de um espírito anticlerical, como uma forma crítica e de contestação face à Igreja Católica Romana. O anticlericalismo coloca em questão, pela forma de contestação, a função do clero, as instituições religiosas e a sua respetiva influência na sociedade, uma vez que procuram para este espaço um lugar de autonomia, resistindo, assim, ao controlo promovido pelas autoridades eclesiásticas.<sup>348</sup> Permanece claro, que a ideia da afirmação do Estado Liberal, exigiu uma autonomia da influência da Igreja no Estado português. António Matos Ferreira explica que «o Anticlericalismo propicia a distinção entre a autenticidade dos cristãos, à qual se testemunha respeito, e a atitude daqueles que se servem da religião para explorar e exercer a dominação sobre os outros».<sup>349</sup> Assim, percebe-se também que esta distinção, que valoriza a autenticidade dos cristãos afetados pelo anticlericalismo, faz ressaltar, como por exemplo, o rosto incontornável de Luiza Andaluz, como uma protagonista na História do Catolicismo da I República, como uma católica que, na sua autenticidade, procura dinamizar o Catolicismo que a envolve, deixando de lado todo o tipo de dominação perante os outros.

A legislação emanada após a implantação da República tornou presente o anticlericalismo, tendo a sua expressão máxima na Lei da Separação de 1911. Esta legislação exigiu da Igreja uma resposta. A resposta possível foi a afirmação e a respetiva ação do laicado, como forma de presença e resistência da Igreja deste período, face à intervenção do Estado.

### *2.3.1. Da Monarquia à República*

Mais uma vez, é objetivo constatar que, em Portugal, os movimentos republicanos tinham presente uma ideia laicista. Luiza Andaluz é crítica relativamente à instabilidade política causada pelos movimentos revolucionários republicanos contra a monarquia.<sup>350</sup> Luiza Andaluz vê com maus olhos o caminho que antecedeu a queda da monarquia designadamente o episódio do Regicídio, tal sendo evidente na descrição que faz daquele momento:

---

<sup>348</sup> Cf. Matos Ferreira, «Anticlericalismo», 79.

<sup>349</sup> Matos Ferreira, 79.

<sup>350</sup> Ainda que assim seja, Luiza escreve que «de 1903 a 1905 houve muitas visitas régias a Portugal: veio Eduardo VII de Inglaterra, Afonso XIII de Espanha, vieram os Duques de COUNAGHT, a Rainha Alexandra, o Imperador da Alemanha: era El-rei D. Carlos a ver se mantinha o seu prestígio e as boas relações com os outros países, mas os maus políticos continuavam a envenenar a atmosfera que cercava o rei», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 46. Na linguagem de Luiza, aquele que ela descreve como “maus políticos”, eram aqueles que procuravam questionar seriamente e violentamente o regime instaurado em Portugal. Permanece claro, no pensamento de Luiza, que o rei Dom Carlos tem em vista manter relações estáveis com outros reis, de modo a valorizar o seu papel também no seio da sociedade.

No país continuava a inquietação do povo e a intriga política, as coisas encaminhavam-se para acontecimentos cada vez mais graves: os maus políticos com as suas ideias avançadas preparavam ambiente para lançar Portugal em desgraças ainda maiores. Em nossa casa todos sofriamos muito com isto e íamos assistindo com desgosto ao desenrolar dos acontecimentos.

No princípio deste ano de 1908, na bem triste data de 1 de Fevereiro dava-se a horrível tragédia do Terreiro do Paço, que não tento relatar nem descrever pois que todos a conhecemos e que demasiado prova quão baixo tinham descido os sentimentos do povo português, que outrora se prezava de ser tão bom e caridoso e tão respeitador. Graves responsabilidades pesam sobre os ombros de quem o desorientou.<sup>351</sup>

Antes do regicídio, fala-se de uma sociedade inquieta<sup>352</sup> e cheia de intrigas políticas e de como isto era causa de acompanhamento e sofrimento para a sua família, dado que alguns políticos, segundo a sua opinião, colocavam assim Portugal num horizonte que não era favorável ao seu desenvolvimento. A abordagem de Luiza Andaluz é sensata ao tratar do regicídio. Ainda que trate como uma “horrível tragédia,” é percebido que esta se preocupa com aqueles que são os responsáveis de tal ato, tendo em conta a tradição do povo português. Esta sua alusão ao parâmetro político, alude à realidade vivida em Portugal. É compreensível que Luiza Andaluz, sendo aristocrata, tivesse uma preferência pela monarquia e se afastasse de tudo aquilo que não viesse a este encontro.<sup>353</sup>

No dia da implantação da República, Luiza Andaluz, com a sua família, estavam reunidos em Cascais.<sup>354</sup> Luiza Andaluz volta a referir-se ao clima de agitação que se vivia em Portugal no período que antecedeu a implantação da República. Constata-se que esta agitação e revolta da sociedade evidenciaram que a queda da Monarquia, se deveu a um culminar de um caminho percorrido por grupos específicos da sociedade portuguesa.

---

<sup>351</sup> Andaluz, 48.

<sup>352</sup> Em seguida a esta menção, Luiza volta a referir a presença de instabilidade, agitação e conspirações na sociedade, dificultando o reinado do rei Dom Manuel: «numa atmosfera de agitação e de rumores de novas conspirações, ia-se vivendo nela numa cegueira indesculpável, os prenúncios da revolta, demonstrados pelo remate angustioso do duplo regicídio, não davam lugar a ilusões sobre o estado do país. Estava tudo minado, tudo podre, os políticos estavam corrompidos, poucos havia leais a El-rei D. Manuel, ninguém ousava manifestar-se, dominava o egoísmo, o receio de se evidenciar, o comodismo», Andaluz, 48.

<sup>353</sup> Escreve Luiza: «Corriam boatos os mais inverosímeis e descontraídos. Ouvei afirmar que havia encontros de tropas nas ruas de Lisboa, que o sangue que corria em abundância ensopava os transeuntes até aos joelhos», Andaluz, 48.

<sup>354</sup> A vila de Cascais era o lugar onde passava férias com a família. Tendo em conta o seu contributo para a realidade social, observava que não havia lugares para acolher raparigas com maiores dificuldades económicas: «durante os anos em que eu frequentava Cascais no verão via sempre com desgosto que numa vila onde passavam tanto tempo em vilegiatura as melhores famílias do país, algumas até bastante abastadas, nunca tivesse aparecido pessoa caridosa que se lembrasse dos pobrezinhos, fundando qualquer obra de beneficência», Andaluz, 76. Posto esta afirmação, refere que procurou encontrar, com ajuda de outros, um lugar para promover a formação destas raparigas: «no sítio chamado das Persas, onde se instalou no princípio de 1921 a Casa de Trabalho e Escola de Nossa Senhora da Assunção», Andaluz, 76.

Nas Memórias de Luiza Andaluz, percebe-se que um dos motivos que conduziu àquela apreensão foram as dificuldades na comunicação: «passada a surpresa dos primeiros momentos todos começaram a querer saber alguma coisa, a procurar informar-se da extensão do mal».<sup>355</sup> Luiza Andaluz, ao tratar o tema da queda da monarquia, enuncia-o como uma surpresa, como se confirma neste excerto, ainda que fosse claro a percepção de uma instabilidade na sociedade. Neste mesma afirmação, nota-se também uma vontade em querer saber o que aconteceu, como aconteceu e o impacto na sociedade, percebendo haver muita informação e desinformação a correr.<sup>356</sup> Ainda que não houvesse comunicações, Luiza Andaluz tentou saber o que estava a acontecer.<sup>357</sup> Devido a esta dificuldade sabe-se que, no entendimento de Luiza Andaluz, «da saída da família real para a Ericeira só mais tarde se soube, que crueldade proceder-se assim para com quem só tinha feito bem à nação, que a ofendera e aos pobrezinhos por quem tanto se interessava, do que deixou evidentes provas».<sup>358</sup> É importante perceber que, no entender de Luiza Andaluz, a ação contra o rei e a família real é considerada negativa, uma vez que estes foram benévolos com a sociedade.

Logo que possível, quando se restabeleceram as comunicações, e após ter recebido autorização da mãe, dirige-se a Santarém para perceber o que havia acontecido às irmãs Capuchas.<sup>359</sup> Ao chegarem a Santarém dá-se conta do saque e vandalismo que tinham acontecido ali.<sup>360</sup> É, com o exemplo deste caso, que se compreende a dificuldade que as congregações tiveram com a implantação da República e que com ela trouxe uma forte presença de medidas anticlericais e acentuando as medidas anticongreganistas já em curso. Luiza Andaluz preocupou-se por perceber a localização das religiosas, afirmando que «aqueles soldados, não desmentindo o bom e compassivo coração português, vieram informar-nos do paradeiro de todas as irmãs que se encontravam em Santarém, tendo sido logo recolhidas por pessoas de família ou amigas».<sup>361</sup> As Capuchas foram acolhidas e cuidadas por escalabitanos, sendo que as autoridades civis, podendo compreender o bem

---

<sup>355</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 48.

<sup>356</sup> Cf. Andaluz, 48.

<sup>357</sup> Confessa Luiza: «de facto as comunicações estavam interrompidas para todos os lados e ao certo nada se conseguia saber. Saí para a rua e pus-me em campo para colher notícias, fui ao Maria Pia, fui até às portas da Cidadela, atravessei a vila, nada adiantei saber, o medo retinha escondida em casa muita gente daquela que se devia ter mexido, foi uma vergonha tanta cobardia», Andaluz, 48–49

<sup>358</sup> Andaluz, 49.

<sup>359</sup> Cf. Andaluz, 49. Percebe-se que a mãe também se dirigiu a Santarém.

<sup>360</sup> Refere Luiza: «chegadas a Santarém angustiadas olhávamos para o Convento donde tinham feito sair as pobres Irmãs depois de lhes tirarem todos os seus haveres, nem sequer consentindo levassem as suas imagens e crucifixos. As capoeiras foram logo despejadas a proveito dos maiores, dos chefes, assim como também os armários dos doces e tudo o mais que encontraram a jeito. Que impressão dava ver a Igreja profanada, a soldadesca a aparecer por detrás das janelas de grades, agora todas abertas para trás e desprovidas das cortinas negras, que resguardavam as religiosas de serem vistas por pessoas de fora», Andaluz, 49. Com a sua escrita, percebe-se a vandalização e o saque ao convento das Capuchas.

<sup>361</sup> Andaluz, 49.

promovido pelas religiosas em Santarém, ajudaram Luiza Andaluz a saber do seu paradeiro e a ajudá-las.<sup>362</sup> Ainda é referido que «as pequenas pobres da escola tinham logo emprestado os seus xailes e lenços com que elas se tinham coberto na saída, visto lhes terem arrancado os hábitos e não possuírem outros fatos».<sup>363</sup> É interessante salientar que estas “pequenas pobres” eram as raparigas que as Capuchas formavam e que, como se vê, foram um socorro para as religiosas que tomavam conta delas. Contudo, não foram só as religiosas desalojadas, mas também as alunas do externato.

Claro que, com a saída das Capuchas, as suas alunas viram as suas vidas alteradas. Compreende-se que as ações contra a casa das religiosas, não afetaram apenas as religiosas em si, mas tudo aquilo que era o seu serviço à comunidade, como por exemplo a formação de um grupo de raparigas. Quando souberam que Luiza Andaluz tinha chegado a Santarém, procuraram-na para a escola ser reaberta, o que não seria possível naquela altura, dado a instabilidade da Igreja em Portugal, «aconselhando-as a que dessem ingresso nas escolas oficiais da cidade».<sup>364</sup>

Após a preocupação com as religiosas e com as formandas, surge um terceiro aspeto relativo ao, no entender de Luiza Andaluz, «desmantelar de tudo o que era do convento: mobiliário das religiosas e do externato, máquinas de costura, trabalhos das pequenas, imagens de igreja»,<sup>365</sup> por parte do Estado. Luiza Andaluz referir-se-ia também a pormenores como os animais do convento ou os paramentos usados na liturgia. Estes bens móveis foram, na sua maioria, leiloados e vendidos<sup>366</sup>. Luiza Andaluz conta que pessoas suas conhecidas, com algumas crianças que viviam no externato, devolveram algumas peças que haviam comprado no leilão das Capuchas, «já compradas com o fim de as virem oferecer».<sup>367</sup> A escalabitana guardava estas coisas sempre com a ideia de poder reabrir a escola e a casa de trabalho. Contudo, reconhecia a dificuldade e a dubiedade do contexto, e afirmava: «como, quando, aonde? De momento, na verdade tudo ainda parecia bem impossível».<sup>368</sup> Ainda mais tarde, menciona as «revoltas e contrarrevoltas»<sup>369</sup> da sociedade portuguesa, especialmente de um grupo em 1919 e também outro em 1921. Contudo, Luiza Andaluz escrevia «este desassossego constante cansava os espíritos, mas não tínhamos remédio senão fazer por seguir

---

<sup>362</sup> Luiza, logo que chegou, montou uma oficina de costura para lhes poder dar o que vestir, sendo auxiliadas pelas Filhas de Maria Cf. Andaluz, 49.

<sup>363</sup> Andaluz, 49.

<sup>364</sup> Andaluz, 49. Nos primeiros tempos, a incerteza do futuro da Igreja em Portugal era evidente, levando Luiza a não dar aso a grandes agitações em Santarém, preferindo a prudência e o discernimento diante o pedido da reabertura do externato. Conhece-se este caso que Luiza descreve, mas não é o único.

<sup>365</sup> Andaluz, 50.

<sup>366</sup> Cf. Andaluz, 50.

<sup>367</sup> Andaluz, 51.

<sup>368</sup> Andaluz, 51.

<sup>369</sup> Andaluz, 73.

tranquilamente a nossa vida ordinária».<sup>370</sup> Percebe-se que este comentário surge após Luiza Andaluz aludir à saída das carmelitas do Carmelo de Barañain, regressando novamente a França.

Luiza Andaluz era uma católica na I República que tinha uma visão negativa sobre o que acontecia em Santarém, nas Capuchas. Era claro que os cidadãos de Santarém a viam como crente.<sup>371</sup> É também neste período inicial da República,<sup>372</sup> que se acentua a doença e morte da sua mãe, bem como o impacto que a morte desta teve no seu pai.<sup>373</sup> Após a morte da mãe, regressam a Santarém e, para lá das habituais ocupações, cuida do pai. A última vez que o seu pai saiu de casa foi para ir ver as instalações onde iria começar o projeto de Luiza Andaluz.<sup>374</sup>

No ano de 1914, Luiza Andaluz pediu autorização para arrendar uma casa, que pudesse servir para o efeito de casa de trabalho,<sup>375</sup> onde se encarregaria de dar a instrução primária. O pai concedeu-lhe autorização.<sup>376</sup> Encontrou uma casa de um padre no Largo de São Julião, pagando uma renda admissível.<sup>377</sup> Convidou as antigas professoras que ainda não haviam conseguido colocação e mobilou a casa de modo que as aulas corressem como esperado. As antigas alunas que já tinham sido admitidas noutras instituições de ensino, não foram aceites, com o intuito de não criar conflitos com outras professoras, mas aceitando apenas aquelas que ainda não haviam começado a frequentar outras instituições de ensino.<sup>378</sup> O externato, tendo tudo pronto, abriu a 7 de julho daquele ano. A partir do ano de 1915, o trabalho de Luiza Andaluz dividia-se entre o externato em Santarém e as escolas em Lisboa.

Com a lotação cheia de alunas, começou a procurar um novo edifício para responder às necessidades da comunidade. Verifica-se que a escalabitana sofria por não poder ajudar

---

<sup>370</sup> Andaluz, 73.

<sup>371</sup> Ainda que nunca tivesse sofrido qualquer dano por ser católica, para além de um breve comentário, tinha a noção que se falava dela por ser crente: «e sei se dizia que as andaluzas eram beatas, mas que sabiam sê-lo», Andaluz, 50.

<sup>372</sup> A instabilidade governativa, já referida, foi sentida por Luiza: «no país as crises políticas sucediam-se, havia desordem em tudo que era governo, nada andava bem regulado e a falta de escolas católicas tornava difícil a educação dos pequenos em Portugal», Andaluz, 53.

<sup>373</sup> Confessa Luiza: «sua companheira querida durante quase meio século», Andaluz, 51.

<sup>374</sup> Cf. Andaluz, 52.

<sup>375</sup> Luiza procurou que esta casa de trabalho se tornasse rentável. Assim, percebe-se serem aceites encomendas de costura e de malhas, enquanto eram formadas.

<sup>376</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 51.

<sup>377</sup> Na *História da Congregação*, Luiza explica que já tinha herdado de sua mãe, o que não seria uma preocupação para o pagamento da renda. O pai vivia dos seus próprios rendimentos. Com a entrada de Eugénia para o Mosteiro em Espanha, decidiu-se que Luiza ficaria com a casa de Santarém e a sua irmã Isabel a casa de Cascais. Esta sua irmã Isabel, foi morar para Cascais, a partir de 1915 com os dois filhos, uma vez que tinha enviuvado cedo. Mais tarde, em 1918, procurando melhores condições de vida, dado não considerar haver condições para um bom ambiente para a educação dos seus filhos, emigra para França Cf. Andaluz, 72.

<sup>378</sup> Cf. Andaluz, 51–52.

todas as raparigas que lhe vinham pedir.<sup>379</sup> O Palácio Braamcamp servia para o que pretendia, ainda que fossem preciso algumas obras de restauros, de modo a torná-lo habitável. Entre as viagens entre Santarém e Lisboa procurou encontrar-se com Anselmo Braamcamp, proprietário do palácio, de modo que este lhe arrendasse a casa a bom preço e lhe permitisse fazer remodelações. A este respeito afirma Luiza Andaluz: «é sempre admirável a Providência Divina! Por 10\$00 mensais ficava com esplêndidas instalações para as minhas protegidas».<sup>380</sup>

Terminadas as obras, tendo tudo a funcionar em 1917 e acolhendo todas as raparigas que pedissem, afirma Luiza Andaluz: «

fazia-se o apostolado que se podia e aceitavam-se com igual carinho as filhas de pais ímpios ou praticantes, de monárquicos ou de republicanos e até mesmo de carbonários, que foram os predecessores daqueles que hoje manobram nas trevas por todo o mundo, com o rótulo de comunistas. Não se fazia política lá dentro, fazia-se simplesmente caridade.<sup>381</sup>

A missão de educar todo o tipo de raparigas é clara, uma vez que se afirma que se acolhe raparigas vindas de todo o tipo de famílias.<sup>382</sup> Como afirma, tudo é feito por caridade, tendo em vista sempre a educação cristã. Nota-se que as raparigas mais velhas participavam na formação religiosa e social das mais novas.<sup>383</sup> É também relevante aquilo que é comentado por Fernanda Tavares, a respeito do envolvimento de outras pessoas nesta causa social<sup>384</sup>: «Luiza Andaluz tornava-se, assim, sinal da bondade e da solicitude de Deus, ela que sempre confiava, desmesuradamente, e não só envolvia como também atraía ao exercício da sua atividade generosa muitas outras pessoas de boa vontade».<sup>385</sup> Percebe-se que a envolvimento de uma pessoa que se entrega verdadeiramente aos mais desfavorecidos, inquieta outros a que também participem na missão de cuidar dos outros.

Sobre a Obra das Escolas, percebe-se que ficou entregue aos padres Vicentinos. No entender de Luiza Andaluz, uma vez que ia estando presente neste projeto, estavam bem

---

<sup>379</sup> Cf. Andaluz, 68. É interessante que Luiza faça referência ao Padre João Ribeiro, também ele educador e responsável pela formação de tantos rapazes em Santarém. Este padre tinha alugado o Palácio Braamcamp para este efeito: «depois de ele ter deixado de a alugar não aparecera mais nenhum inquilino, ninguém a queria arrendar por estar velha e também porque corria na terra que apareciam lá almas do outro mundo. Não via outra mais jeitosa e[,] conhecendo-a bem por dentro, sabia que devia satisfazer perfeitamente para o fim desejado», Andaluz, 68.

<sup>380</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 69.

<sup>381</sup> Andaluz, 69.

<sup>382</sup> A este respeito afirma Fernanda Tavares: «espírito ecuménico e coração aberto à escala universal», Tavares, *O Itinerário de Luiza Andaluz*, 75.

<sup>383</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 69. Fernanda Tavares escreve: «ressalta também toda a ação apostólica que era possível fazer no seio das famílias, através das alunas daquele instituto», Tavares, *O Itinerário de Luiza Andaluz*, 79.

<sup>384</sup> Luiza menciona a facilidade de promover uma obra social a 15 de dezembro de 1927: «as obras sociais tinham menos exigências nas suas instalações e nos diplomas do seu pessoal. Avaliava-se o valor de um instituto pelo número de crianças que dele beneficiavam, pelo aproveitamento moral e pelo adiantamento escolar dos alunos», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 121–22.

<sup>385</sup> Tavares, *O Itinerário de Luiza Andaluz*, 77.

cuidadas por estes, sendo que estas inicialmente foram receber formação com eles. Talvez a partir de 1920, as reuniões começaram a ser mensais, de modo a partilharem impressões sobre cada uma das escolas.<sup>386</sup>

Salienta-se que com a morte do seu primo Anselmo Braamcamp, em 1921, surge um problema, uma vez que este seu familiar deixou em testamento o palacete que, naquele tempo acolhia as raparigas que eram cuidadas por Luiza Andaluz, ao município de Santarém, que queria ali constituir uma biblioteca e um museu.<sup>387</sup> Isto obrigava-a a encontrar um novo lugar para as raparigas, levando Luiza Andaluz a escrever: «sair dali era contudo, naquela data, problema difícil de resolver, porque não havia em Santarém nenhuma outra casa com a capacidade necessária para recolher as órfãs». <sup>388</sup> No entender de Luiza Andaluz, só havia uma possibilidade:

Eu só via uma solução: procurar adquirir a primitiva sede. Para isso seria mister que o Convento, com a sua Igreja e a sua cerca fosse à praça e depois conseguir meios de o adquirir; convencida, como estava, de que não havia outra forma de resolver o assunto comecei logo a trabalhar neste sentido. Estava certa de antemão que a Providência Divina viria em meu auxílio e sentia-me cheia de coragem para empreender tarefa tão árdua como custosa, embora os tempos estivessem maus e eu soubesse que o acesso aos Ministérios, para quem não fosse da grei, era quase impossível.<sup>389</sup>

Esta primeira sede era o convento das Capuchas, que naquele momento era pertença do Estado. Era necessário que este fosse a leilão e que depois houvesse meios para o adquirir. Sempre acompanhada pela Providência Divina, precisou de entrar em contacto com os Ministérios para revelar o seu interesse em comprar o antigo Convento. Ao aludir à compra, refere a dificuldade do tempo, a República e as dificuldades que esta tinha com a Igreja, e as dificuldades de uma mulher entrar nos meios de governo. Assim, procura uma pessoa idónea para ajudar, sendo muito difícil de a encontrar, levando-a a ir de «repartição para repartição; seguindo por aqueles enormes corredores, expunha aos chefes das mesmas o que desejava e

---

<sup>386</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 86.

<sup>387</sup> Cf. Andaluz, 88. Com

<sup>388</sup> Andaluz, 88.

<sup>389</sup> Andaluz, 88–89. Após escrever esta ideia, Luiza faz uma descrição do modo como naquele tempo estava o Convento das Capuchas, que tinha sido confiscado pelo Estado aquando da implantação da República. Escreve Luiza: «havia 11 longos anos que o velho Convento das Capuchas que até ali só tinha sido dedicado à Oração e à Caridade, estava inteiramente transformado em centro das maiores profanações. A Igreja, que acabara de ser restaurada, havia sido adaptada para salão de baile, a sacristia para depósito de imundície, parte das celas feitas residências, ocupadas por pessoas de moralidade duvidosa. A outra parte do edifício fora aproveitada para melhor fim, sendo a cozinha e o refeitório, cedidos à Cantina escolar, as aulas às Bandas de música para os seus ensaios e funcionando noutras dependências a telegrafia sem fios. O Convento tinha-se tornado numa verdadeira Babilónia, onde todos procuravam instalar-se sem despesa, embora com prejuízo uns dos outros. A desordem e confusão lá dentro eram horríveis, ninguém se entendia», Andaluz, 89. Nesta descrição, nota-se uma tristeza, uma vez que ela bem sabia como se vivia naquele convento e no modo como era vivido passados 11 anos.

os motivos porque o desejava e eles já me iam dizendo o que tinha de fazer».<sup>390</sup> Os documentos chegados ao Ministério da Justiça, levaram algum tempo a ter andamento.<sup>391</sup> Com tudo a endireitar-se, uma vez que já conseguira livrar o convento de algumas atividades e tudo aquilo que, na sua visão, não o dignificava, surge o administrador do concelho que aconselhou os polícias a mudarem-se para ali, tomando o antigo convento como sua residência, em meados de 1923.<sup>392</sup> Neste momento, ainda as raparigas estavam no palacete Braamcamp.

Ressalta também que em 1925, em Lisboa, houve um tiroteio. Aquando de um retiro pregado pelo Arcebispo de Évora, no último dia de retiro, afirma: «deu-se em Lisboa uma das numerosas revoluções e contrarrevoluções que vinham a cada momento perturbar o nosso país, durante aquela agitada época em que o nosso Governo estava tão mal entregue».<sup>393</sup> Esta revolução foi encabeçada por Filomeno da Câmara, Sinel de Cordes e Raul Esteves, levando Luiza Andaluz e os outros que estavam em retiro a refugiarem-se ainda por mais umas horas. Luiza Andaluz também escreve: «já andávamos tão habituadas a viver no meio destes tumultos, que não nos assustavam nem impressionavam muito».<sup>394</sup>

Na margem sul, em Almada, a 2 de fevereiro, também Luiza Andaluz menciona outra revolução que não teve o sucesso pretendido. Esta encabeçada por Martins Júnior e Lacerda de Almeida, «que bombardearam a cidade mas não conseguiram vencer».<sup>395</sup>

As forças militares lideradas por Gomes da Costa, ainda que se tenham iniciado a 28 de maio em Braga, só chegam a Lisboa a 6 de junho. Com um rasgo de esperança, escreve: «íamos caminhando para melhores tempos, embora a 9 de agosto um golpe de Estado ainda viesse destituir do Governo aquele chefe militar, que teve de partir para o deserto».<sup>396</sup>

Em plena Ditadura Militar, conclui Luiza Andaluz: «caminhávamos já para época de maior paz, pois que os governos militares começavam a ter força e merecer confiança»,<sup>397</sup> há uma tentativa a 7 de fevereiro de 1927, em Lisboa, contra este regime. Foi uma revolução que deu intensa luta, uma vez que a maioria dos regimentos do país aderiu ao General Gomes da

---

<sup>390</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 89–90.

<sup>391</sup> Luiza percebe que os funcionários de Santarém davam indicação ao ministro para que o convento não viesse parar às suas mãos: «é que de Santarém os avançados, coitados, começaram a recalcitrar, eu para eles era a reacção com todas as letras, escondidamente lá iam oficiando a prevenir o Ministro que não convinha que o Convento me caísse nas mãos», Andaluz, 90. Contudo, também salienta que havia travado algumas relações com os secretários que a auxiliavam no que era necessário.

<sup>392</sup> Cf. Andaluz, 90.

<sup>393</sup> Andaluz, 110.

<sup>394</sup> Andaluz, 110.

<sup>395</sup> Andaluz, 114.

<sup>396</sup> Andaluz, 115.

<sup>397</sup> Andaluz, 120.

Costa. Luiza Andaluz termina confessando que «Portugal começava a ressurgir».<sup>398</sup> No seu entendimento, considera que este general foi benéfico para a sociedade portuguesa.

Mais tarde, afirma também que «como os rapazinhos da minha terra se queixavam muito de nós só nos interessarmos pelas meninas, resolvi começar para eles uma pequena escola primária»,<sup>399</sup> em 1929. Tem em vista encontrar um lugar para este efeito, perto do colégio, onde «uma professora assalariada, que ali tínhamos para esse fim, ia todos os dias lecionar os rapazes, estando apenas os recreios confiados às nossas irmãs».<sup>400</sup> Estes rapazes eram alunos externos. Os rapazes eram mais dados ao mau comportamento no recreio, levando a este colégio encerrar em 1932.

### 2.3.2. 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial

Antes de comentar a participação de Portugal na I Guerra Mundial, Luiza Andaluz volta a referir-se à «desordem na vida política, os governos eram incompetentes ou então retintamente facciosos e intolerantes, não respeitavam o profundo sentimento cristão da maioria dos portugueses, nada progredia, não havia paz, o desastre era completo».<sup>401</sup> A preocupação de Luiza Andaluz, para além de notar a instabilidade governativa, era sobre o sentido cristão da sociedade, que no seu entender, era uma maioria significativa, que perdeu à medida que o republicanismo se implantou. Depois de referir a revolta contra o governo provisório de Afonso Costa em 1914 e um golpe de estado em 1915, entregando o poder ao general Pimenta de Castro que, no seu entender, era um homem de valor; Luiza Andaluz refere a ocupação de navios alemães por parte de Portugal, levando a Alemanha a declarar-nos Guerra, começando aqui a participação de Portugal, aliado de Inglaterra, na 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial em 1916.<sup>402</sup>

A Primeira Guerra Mundial teve grandes repercussões em Portugal. Luiza Andaluz salienta o envio de soldados portugueses para os campos de batalha, referindo os que regressaram ilesos, mas também os mortos e os «dolorosamente mutilados e estropiados».<sup>403</sup> É, nesta medida, que se afirma que as guerras são crimes das nações, dado a participação destas vidas humanas, levando, muitas vezes a terminarem com elas.<sup>404</sup> A nível económico salienta-se que, no seu entender, por exemplo, «a grande guerra tinha causado consideráveis

---

<sup>398</sup> Andaluz, 120.

<sup>399</sup> Andaluz, 126.

<sup>400</sup> Andaluz, 127.

<sup>401</sup> Andaluz, 65.

<sup>402</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 65.

<sup>403</sup> Andaluz, 65.

<sup>404</sup> Cf. Andaluz, 65.

prejuízos monetários a pessoas que anteriormente viviam bem, e estas viram-se obrigadas a arrendar as suas belas residências próprias aos novos-ricos». <sup>405</sup>

### 2.3.3. *Fátima*

Em plena I Guerra Mundial, no ano de 1917, no seu serviço entre Santarém e Lisboa, Luiza Andaluz começa a ouvir falar de uns «acontecimentos prodigiosos na freguesia de Fátima», <sup>406</sup> aquelas que ficaram conhecidas como Aparições de Fátima. <sup>407</sup>

Sobre isto, percebe haver uma rápida irradiação deste acontecimento em Portugal, sobretudo no centro do país, ainda que inicialmente houvesse dúvidas «de que fosse uma realidade». <sup>408</sup> O aspeto da incerteza permaneceu, sendo mesmo aconselhados a não irem ao lugar das aparições, percebendo uma certa reserva por parte do clero. <sup>409</sup> Isto aconteceu até se confirmar a veracidade dos acontecimentos. À semelhança de outras pessoas, também Luiza Andaluz gostava de ter ido perceber o que se passara. Contudo, pela obediência, não o fez até ser confirmada a sua autenticidade. <sup>410</sup>

Luiza Andaluz não conta pormenorizadamente as aparições. Alude simplesmente às mesmas, revelando a importância que tiveram para Portugal e a sua rápida difusão, mas também apresenta com um espírito humilde e agradecido o grande impacto que aquele acontecimento teve na sua vida. <sup>411</sup> Claro fica o reconhecimento de fé de Luiza Andaluz: «milagre extraordinário, assombroso, inédito segundo creio, que só com o silêncio se pode saborear no íntimo da alma». <sup>412</sup> Sendo mesmo importante, rumaria, em 1923, em peregrinação até Fátima de modo a consagrar a obra que se iniciara, como se já mencionou. No final de 1918, Luiza Andaluz menciona também que dois dos videntes de Fátima, Francisco e Jacinta Marto, adoeceram, levando-os a morrer com a doença. Também refere que Lúcia, sendo cuidada pelas irmãs Doroteias, entrou para o noviciado em 1926. <sup>413</sup>

---

<sup>405</sup> Andaluz, 72.

<sup>406</sup> Andaluz, 65.

<sup>407</sup> Luiza também constata a grandiosidade de tal acontecimento: «da mercê feita a Portugal e que de Portugal se estendeu a todo o mundo»; «história das aparições da Santíssima Virgem foi logo divulgada, não só pelas terras circunvizinhas mas sobretudo pela parte central do país, irradiando bem depressa por todo ele de norte a sul»; «Constata ainda que «as aparições se iam repetindo e que se multiplicava por forma inexplicável o número de pessoas que acorriam a assistir de forma sensacional»; Andaluz, 65–66.

<sup>408</sup> Cf. Andaluz, 66.

<sup>409</sup> Cf. Andaluz, 65.

<sup>410</sup> Confessa Luiza: «foi o que me aconteceu, ansiava por lá ir também, porém desisti o que representou grande sacrifício que fiz por obediência», Andaluz, 66.

<sup>411</sup> Cf. Andaluz, 66.

<sup>412</sup> Andaluz, 67.

<sup>413</sup> Cf. Andaluz, 71.

Na *História da Congregação* a fundadora nada mais refere sobre o contexto político da I República. A ideia de fundar uma nova congregação, em contexto português, insere-se nesta missão de colmatar as faltas da sociedade portuguesa e, neste caso concreto, na formação intelectual e humana de raparigas mais pobres, existentes na I República. Ainda que o ensino seja promovido pelo Estado, compreende-se uma falta clara deste ensino, marcado pelo Catolicismo. Luiza Andaluz procurou concretizar este projeto, promovendo um ensino religioso, num tempo em que não foi possível ser garantido pela Igreja, pelos membros do clero e pelos religiosos. A Luiza Andaluz foi possível uma vez que era uma cidadã portuguesa, dotada de direitos e deveres, como havia outros, em busca de dar o seu melhor pela sociedade, mas também como católica, promover o Catolicismo, ainda que os tempos não fossem os mais favoráveis. Verificou-se que a sua ação não se resumia apenas em Santarém,<sup>414</sup> mas chegou a outros lados do país.

Se historiadores como Dom Manuel Clemente afirmam,<sup>415</sup> sobre o período de 1820-1840, que a laicização da sociedade exigiu uma afirmação do laicado, percebe-se que para este período o mesmo também pode ser afirmado: a laicização promovida pela I República, exige uma afirmação do laicado forte e consistente, sempre tendo presente como fundamental o processo de evangelização do Catolicismo na sociedade. É com esta ideia de evangelização que se poderá explorar o contributo para a espiritualidade de Luiza Andaluz, sempre contextualizada e em união a Deus.

Serenamente, se constata uma diferente forma de vida religiosa, iniciada por Luiza Andaluz, no diálogo ativo com os Pastores da Igreja. Este diálogo é interessante, dada a atenção que a fundadora das Servas de Nossa Senhora de Fátima dava a este mesmo diálogo, articulando aquilo que era a sua própria autonomia na atividade e no reconhecimento. O contributo para a espiritualidade é a realidade que será explorada em seguida.

---

<sup>414</sup> Ainda assim, a atividade de Luiza Andaluz foi marcante em Santarém. A este respeito, veja-se António Pedro Manique, «Luiza Andaluz. Pedagoga e benemerência nos contornos de uma vida» (XVIII Aniversário do Instituto Politécnico de Santarém, Santarém, 1998).

<sup>415</sup> Cf. Clemente, «Laicização da sociedade e afirmação do laicado em Portugal (1820-1840)».

### CAPÍTULO 3 – O CONTRIBUTO ESPIRITUAL DE LUIZA ANDALUZ COMO FORMA DE “AÇÃO” NA IGREJA DA I REPÚBLICA

O contexto da I República não foi o mais acessível para sistematizar, congregar e consciencializar para a importância da vida religiosa, não só expressa na vivência religiosa da Igreja, mas também para as comunidades e ordens religiosas. Como se referiu, as dificuldades encontradas por Luiza Andaluz não a conduziram a uma suspensão ou uma anulação do projeto de Deus para a sua vida. Pelo contrário, crentes como Luiza Andaluz tiveram de agir conforme as possibilidades, por exemplo, no campo social ou no campo educacional.

O contexto político e social da I República potenciou a afirmação do laicado no Catolicismo em Portugal. Como linha de compreensão, é fundamental destacar que o percurso e espaço de ação de Luiza Andaluz, como a de tantos outros, foi definida pela relação entre o Estado e a Igreja. Luiza Andaluz preocupou-se em ser socialmente útil e servir a Igreja, respondendo, assim, às necessidades locais, particularmente, ao ensino, procurando constantemente permitir aos outros uma educação de qualidade, como recebera de seus pais e tutores.

É importante entender, segundo António Matos Ferreira, que «a laicidade pretendida pelos próprios católicos surgiu, assim, como possibilidade de uma maior liberdade para a própria religião, sem a tutela do Estado».<sup>416</sup> A laicidade potenciou à Igreja uma autonomia face às realidades temporais, tendo assim um maior espaço para se autorrealizar, sendo este aspeto fundamental, dado que foi primordial, segundo o mesmo historiador, «afirmar novas formas de realização do cristão comum no seio da Igreja».<sup>417</sup> Conta-se, através do testemunho de Luiza Andaluz, que a congregação a que deu mote prolongou a autorrealização da Igreja na I República, percebendo que a sua *História da Congregação* tem como horizonte formar uma narrativa sobre o percurso da congregação.<sup>418</sup> A compreensão da vida crente, por parte de Luiza Andaluz, não se fechará a uma comunidade em específico, mas procurará conduzir a uma ação na sociedade do seu tempo.

Num espírito de profunda comunhão com a Igreja, Luiza Andaluz obedeceu à priora da comunidade espanhola que a acolheu, mas especialmente aos prelados da Igreja com quem se cruzou, sendo também verdadeiramente importante notar a sua confiança em Deus. Relevante também foi a relação com o Estado português que, em plena I República, não

---

<sup>416</sup> Matos Ferreira, «Laicidade», 63.

<sup>417</sup> Matos Ferreira, «Anticlericalismo», 80.

<sup>418</sup> Sintetiza Luiza: «continuando a prosseguir no relato das diferentes ocorrências, que no futuro deve interessar à Congregação estarem aqui colecionadas, e que por todos os motivos nos apraz registrar», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 205.

permitia ações contrárias às suas indicações. Assim sendo, torna-se primordial entender o modo de pensar e de agir de Luiza Andaluz, sempre tendo em atenção a espiritualidade que a movia.

### 3.1. O fundamento espiritual em Luiza Andaluz

Uma marca de qualquer crente, e mais ainda da fundadora de uma congregação religiosa, será sempre a sua espiritualidade.<sup>419</sup> É esta espiritualidade, e o carisma em que se estrutura, que, muitas vezes, distingue uma congregação de outras, sendo importante o contexto em que se inserem e o papel do fundador. E, na verdade, Luiza Andaluz apresentou a sua ideia à Igreja e colocou-se disponível para a servir. É perceptível, assim sendo, que não se falará de uma espiritualidade de Luiza Andaluz, mas abordar-se-á sempre o contributo de Luiza Andaluz para a espiritualidade cristã. A tomada de consciência da vida religiosa, foi para ela o ponto de chegada do seu discernimento, acompanhada, como refere Dom José Policarpo, por uma «serenidade confiante de quem acredita ter sido fiel ao chamamento de Deus».<sup>420</sup> A este respeito Luiza Andaluz escreve, de forma lapidar: «Saí dali firme na resolução de me dar a Jesus, o meu grande receio era que Ele não me quisesse».<sup>421</sup> Ainda que esta afirmação se refira ao momento da entrada da sua irmã no Carmelo, percebe-se que Luiza Andaluz detinha o desejo de se entregar a Jesus, tendo também presente o receio natural desta entrega. Esta sua afirmação revela maturidade sobre o sentido do seu itinerário de fé e de missão na Igreja.

Quando em âmbito cristão se utiliza a palavra espiritualidade, valoriza-se a relação do ser humano com o Deus que se revela, dando origem a uma história, como afirma Stefano de Fiores: «esta história admite que Deus enviou seu Filho ao mundo e que seu Espírito continua comunicando-se aos crentes para viver seu mistério ao longo de todas as gerações

---

<sup>419</sup> Para clarificar este conceito de espiritualidade, tem-se primordialmente em duas afirmações de Paulo: «se vivemos no Espírito, sigamos também o Espírito» (Gl 5,25) e «por isso, se alguém está em Cristo, é uma nova criação» (2Cor 5,17). Ao procurar-se o que é a espiritualidade cristã, compreende-se que falemos de fé, de vida cristã, ou seja, do viver cristão, como também a vida do Espírito acontece em cada crente e como o crente se deixa conduzir pelo mesmo Espírito. É isto que torna, de facto, a vida da pessoa, como vida verdadeiramente crente, a presença do Espírito juntamente com a vida em Cristo, identificando a vida da pessoa com a vida do próprio Cristo. Com o objetivo claro de definir o conceito de espiritualidade, veja-se: Saturnino Gamarra, *Teologia Espiritual* (Madrid: BAC, 1994), 36–38, 53–84. Contudo, não é menos verdade que, em alguns casos, se queira referir à espiritualidade, como à experiência espiritual, por exemplo, franciscana ou inaciana, dando origem a uma corrente espiritual concreta. Segundo isto, a espiritualidade define um itinerário de um fundador ou mestre espiritual, que contou com um grupo de seguidores, dando, em certo sentido, uma continuidade espaço-temporal a uma determinada experiência espiritual.

<sup>420</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 4.

<sup>421</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 58.

humanas».<sup>422</sup> Os crentes, com as suas convicções, inspirações, reações e expressões pessoais, dão forma à relação deles próprios com Deus. É necessário definir que, ao limite, há apenas uma espiritualidade cristã, ainda que depois os crentes, que vivem num espaço e num tempo concretos, na sua capacidade de fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo, deem expressão, mediante mentalidades e modalidades diferentes, a essa mesma espiritualidade cristã.<sup>423</sup>

O discernimento cristão, tem origem na própria experiência que o crente faz na sua vida de fé em Cristo e na Igreja, na sua relação particular com mundo. Assim sendo, o crente é chamado a viver e agir segundo o plano de Deus, na relação consigo próprio e com o mundo, fazendo com que ele esteja atento aos impulsos e motivações que o conduzem a tomar decisões específicas.<sup>424</sup> O Apóstolo Paulo escreveu: «não vos acomodeis a este mundo. Pelo contrário, deixai-vos transformar, adquirindo uma nova mentalidade, para poderdes discernir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que lhe é agradável, o que é perfeito» (Rm 12,2). O excerto apresentado por Paulo elucida-nos para esta realidade do discernimento que o crente deve realizar no seu itinerário de vida cristã. Assim se verifica na vida de Luiza Andaluz tendo o seu foco na vontade de Deus, porque é Deus quem chama cada crente para uma vocação específica, para uma missão a realizar no meio da Igreja.<sup>425</sup> Uma vez que a experiência cristã não é uma realidade estática, mas antes uma realidade vital, o discernimento vocacional é entendido como um aspeto em desenvolvimento, em que se pretende a procura do ser-se cristão, dotado de maturidade cristã.<sup>426</sup> Luiza Andaluz e, posteriormente a congregação que fundou, procurou sempre valorizar a experiência cristã e o respetivo discernimento, na busca de Deus, sempre pautados na vida segundo o Espírito.

David Sampaio afirma que «a Igreja institucional e um sem-números de leigos sentiram-se na obrigação de dar resposta às novas situações».<sup>427</sup> Esta afirmação tem presente aquilo que foi a postura de Luiza Andaluz na transição dos séculos XIX e XX. Nesta transição de século, percebe-se a presença laical na sociedade portuguesa, bem como a definição de uma nova postura com a implantação da I República. É óbvio, que a hostilidade face ao Catolicismo vivido durante este período exigiu uma postura daqueles que apesar de crentes, não eram identificados como clérigos ou religiosos, os leigos. Foram estes leigos que continuaram a desenvolver a missão da Igreja em Portugal. Estes crentes perceberam

---

<sup>422</sup> Stefano Fiore, «Espiritualidade Contemporânea», em *Dicionário de Espiritualidade* (São Paulo: Edições Paulinas, 1989), 490.

<sup>423</sup> Cf. G. Dumeige, «História da Espiritualidade», em *Dicionário de Espiritualidade* (São Paulo: Edições Paulinas, 1989), 490.

<sup>424</sup> Cf. Antonio Barruffo, «Discernimento», em *Dicionário de Espiritualidade* (São Paulo: Edições Paulinas, 1989), 284.

<sup>425</sup> Cf. Antonio Barruffo, 284.

<sup>426</sup> Cf. Antonio Barruffo, 284.

<sup>427</sup> Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 528.

intrinsecamente que a missão e as obras da Igreja teriam de continuar, pois toda a espiritualidade tem em si um compromisso com o mundo, tal como escreve Stefano De Fiores «os cristãos devem, pois, apaixonar-se por sua atividade quotidiana, convencidos de que assim colaboram para a consumação do mundo em Cristo».<sup>428</sup> Foi esta a postura assumida por Luiza Andaluz, sendo colaboradora desta obra de Cristo. O nome de Servas, ganha, neste horizonte, o verdadeiro significado.

Como se notou, na sequência da implantação da República, Luiza Andaluz tinha já presença num estabelecimento de ensino, numa dinâmica inserida da missão da Igreja inserida na missão da Igreja. Percebe-se que Luiza Andaluz, até cerca de 1923, foi uma católica entre outras que participou no que considerava ser um processo de recristianização da sociedade, procurando também alicerçar-se no movimento de reforma católica portuguesa, marca histórica deste período. É notável que, mesmo no seio da instabilidade da I República, seja observada uma renovação católica. Entende-se que Luiza Andaluz, como crente, procurou inserir-se na sociedade do seu tempo, sempre tendo como horizonte a sua vocação batismal e a vontade de fazer da sociedade um lugar onde a Igreja pudesse existir.<sup>429</sup>

Para o crente torna-se fundamental prestar contas da sua experiência religiosa, devido à presença e união do próprio crente com Deus, deixando claro que a fé não é uma realidade abstrata, mas uma realidade unida à vida.<sup>430</sup> A este respeito, escreve Stefano de Fiores: «esta descoberta pessoal de Deus, que vai amadurecendo somente com base no amor e na aceitação de uma missão no plano de salvação, parece hoje, à primeira vista, difícil, e até impossível».<sup>431</sup> Percebe-se que o contexto em que vivia, especialmente no período anterior à I República, foi um tempo de aprofundamento da vida cristã, no concreto da relação pessoal com Deus. Esta relação com Deus constitui o núcleo da espiritualidade cristã, o núcleo central da vida de Luiza Andaluz, motivou-a a querer dar entrada no mosteiro. Ainda que o ambiente da I República não tenha facilitado as movimentações dos católicos, assistiu-se na vida de Luiza Andaluz a um dinamizar de uma vida cristã, de uma responsabilidade cristã e civil, que a compromete com a Igreja do seu tempo, procurando tornar presente uma ação que dê expressão a uma qualidade da existência cristã.<sup>432</sup>

---

<sup>428</sup> Stefano Fiores, «Espiritualidade Contemporânea», 351.

<sup>429</sup> A este respeito, escreve Dom José Policarpo: «sublinhamos, neste período da sua vida, sobretudo a sua consciência de missão, como leiga, num discernimento claro das exigências da missão da Igreja em circunstâncias novas e difíceis», Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 8.

<sup>430</sup> Cf. Stefano Fiores, «Espiritualidade Contemporânea», 349.

<sup>431</sup> Stefano Fiores, 349.

<sup>432</sup> Sobre o período da I República, Ricardo Figueiredo explica que «era necessário para a reconstrução da Igreja, depois dos tempos de perseguição, um clero fortalecido e uma ação pastoral que oferecesse o horizonte necessário para a vida dos cristãos. É neste plano que entrona a intuição de Luiza Andaluz, em consonância com

Naturalmente, é importante clarificar que o discernimento da filha dos Viscondes de Andaluz insere-se num processo de evangelização. Em forma de introdução aos traços característicos da espiritualidade de Luiza Andaluz, Maria Isabel Rodrigues afirma que «é a partir da leitura da própria vida, à luz da fé, que Luiza Andaluz aprende a discernir a voz do Espírito».<sup>433</sup> A religiosa apresenta aqui uma intuição importante, uma vez que a experiência espiritual que acontece na vida da pessoa não é apenas aquilo que acontece, mas também a reflexão sobre o acontecido. Por outras palavras, com o acontecido, é necessário o experimentar o vivido, o conhecer o que foi experimentado. Como já foi referido, a vida da fé era uma componente ativa na casa da sua família, tendo verdadeiramente a noção da responsabilidade da fé no contexto da sociedade, ainda que este não favorecesse a prática cristã. Esta noção revela maturidade de fé, sendo substancialmente importante para o processo de discernimento vocacional.<sup>434</sup> Para este efeito, a espiritualidade conta com a presença da própria personalidade e os valores humanos da própria pessoa, funcionando como substrato para a vida espiritual.<sup>435</sup> É fundamental compreender que fora do mundo psíquico não há experiência espiritual cristã, sendo inseparável o espiritual do psíquico.<sup>436</sup> A vida espiritual é um itinerário, um caminho, em que o crente faz a experiência de se deixar conduzir pelo Espírito Santo. Se por um lado, é nos fácil chegar à conclusão que a vida espiritual é dependente do Espírito Santo, por outro, percebe-se que a vida espiritual acontece na existência humana concreta. Para este efeito, é interessante compreender-se que na vida dos crentes, a realidade humana não é anulada, até pelo contrário, é na realidade humana de cada um é que se encontram com Deus e se convertem. Segundo Dom José Policarpo, Luiza Andaluz é «dotada de um humanismo sadio e de uma sensibilidade delicada»,<sup>437</sup> sendo clara a ideia de que é com estes traços da sua personalidade que se procura inserir na vida da Igreja.

A família, como se constata, tem um valor primordial para Luiza Andaluz. A entrada no mosteiro carmelita de Echavacoiz em Espanha por parte da sua irmã deixa uma marca de tristeza, uma vez que a separação era inevitável. Tal como a separação da sua irmã, a morte dos seus pais, foi também motivo de tristeza. Assim, Joaquim Teixeira, escreve: «vai ser provada pelos sofrimentos, como o foi Santa Teresa, a fim de se desapegar até dos afetos

---

os planos do cardeal Cerejeira», Figueiredo, *«Deixou o palácio para se dedicar aos pobres» Biografia espiritual de Luiza Andaluz*, 109.

<sup>433</sup> Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 50.

<sup>434</sup> Confessa que «a nossa vida de família ia seguindo os caminhos por Deus traçados, cada uma de nós procurava conhecer o seu», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 41.

<sup>435</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 49.

<sup>436</sup> Para uma mais completa contextualização da temática entre espiritualidade e psicologia, veja-se: Zavalloni Roberto, «Psicologia (e espiritualidade)», em *Dicionário de Espiritualidade* (São Paulo: Edições Paulinas, 1989), 987–99 e Gamarra, *Teologia Espiritual*, 258–61.

<sup>437</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 9.

familiares e de se abandonar e confiar apenas em Deus». <sup>438</sup> Esta confiança será uma marca identitária de Luiza Andaluz, que apesar desta quebra dos laços familiares, fez com que não se resignasse à situação, mas antes a procura integrar e agir, <sup>439</sup> como já se referiu.

A experiência cristã está dotada de um compromisso com o mundo, com as realidades terrestres, notando uma relação clara entre a Igreja e a sociedade. Percebe-se que a espiritualidade não a desliga da realidade que a envolve, podendo ser notado, em Luiza Andaluz, o exercício de uma cidadania cristã. <sup>440</sup> Assim, o compromisso de Luiza Andaluz com a sociedade, na sua expressão mais concreta na educação e no âmbito social, são lugares de transformação das estruturas onde se dedica, sendo mediações específicas para a experiência cristã. <sup>441</sup> A I República foi o espaço de Luiza Andaluz para, em primeiro lugar, dar continuidade ao projeto já iniciado, e, em segundo lugar, intensificar o seu projeto, tentando abrir-se à sociedade que a envolvia. Entendeu que a sociedade de que fazia parte não a rejeitava e, muito menos, o Catolicismo foi eliminado. O que aconteceu foi uma recomposição do Catolicismo, em que os crentes reconfiguraram a sua forma de fazer apostolado, nunca desaparecendo totalmente. <sup>442</sup>

Qualquer leitor da *História da Congregação* ficará com a perceção do valor primordial de Nossa Senhora na espiritualidade de Luiza Andaluz, <sup>443</sup> perceptível logo à partida no nome da congregação. Outro aspeto é a sua confiança em Deus, que nunca lhe falta, o sentido da providência divina. Este aspeto reforça a fé amadurecida de Luiza Andaluz, pois como afirma Dom José Policarpo «é a atitude simples de quem tem a certeza de que Deus nos ama, nos conhece, e de que a obra que realiza é querida por Deus e, portanto, por Ele acompanhada e defendida». <sup>444</sup> Estes dois aspetos marcam a espiritualidade de Luiza Andaluz. Não sendo eles propriamente um contributo seu, mas realidades que na vivência da sua fé surgem como verdadeiramente presença.

---

<sup>438</sup> Joaquim Silva Teixeira, «Luiza Andaluz e a espiritualidade de Santa Teresa de Jesus», *Revista de Espiritualidade*, n.º 31 (2023): 320.

<sup>439</sup> Também a este respeito escreve Joaquim Teixeira: «não se escusa às dificuldades, mas antes sabe tirar partido destes sofrimentos e aceita-os com sentido redentor», Silva Teixeira, 320.

<sup>440</sup> A este respeito, veja-se António Matos Ferreira e João Miguel Almeida, eds., *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*, 10 (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2011).

<sup>441</sup> Cf. Augusto Guerra, «Experiência Cristã», em *Dicionário de Espiritualidade* (São Paulo: Edições Paulinas, 1989), 391.

<sup>442</sup> Cf. Walbert Bühlmann e Stefano Fiores, «Apostolado», em *Dicionário de Espiritualidade* (São Paulo: Edições Paulinas, 1989), 32.

<sup>443</sup> A devoção mariana é transversal em todas as etapas da sua vida, levando a acrescentar ao seu nome, o nome de Maria. Destaca-se o valor das aparições de Fátima, tanto para o nome da congregação, mas também se reconhece logo a primeira peregrinação realizada à Cova da Iria com o grupo de mulheres que seguiu Luiza.

<sup>444</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 15.

### 3.1.1. Uma síntese entre *fides qua* e *fides quae*

Para dar continuidade a uma reflexão sobre a espiritualidade de Luiza Andaluz, torna-se fundamental compreender a experiência cristã enquanto tal. O que se pode intuir do testemunho de Luiza Andaluz é um testemunho de fé cristã,<sup>445</sup> isto porque se verifica a existência de uma experiência que alude a uma relação entre o ser humano e Deus, que se revela em Jesus, que lhe transcende.<sup>446</sup> A este respeito, Domingos Terra explica que a fé cristã tem uma dimensão de ato e outra de conteúdo, sendo fundamentais para uma compreensão da fé do crente.<sup>447</sup> A vida cristã de Luiza Andaluz é pautada por estas duas dimensões. Sobre este aspeto, salienta-se uma afirmação do testemunho de Luiza Andaluz sobre o exercício da vida da fé: «Primeiramente declaro ser católica, apostólica romana, nesta fé tenho vivido e nela espero morrer, querendo que no meu funeral e sufrágios se observe o rito conforme com a minha fé, mas prescindindo de toda a pompa exterior».<sup>448</sup> Nesta citação encontra-se a afirmação de uma vida que procura a fé, mas também um funeral segundo a mesma fé.

A fé cristã está, assim, sediada no meio desta relação, sendo, naturalmente, perceptível que se note uma implicação entre estas duas realidades.<sup>449</sup> Escreve Tiago Neto, que a «fé cristã é entendida, assim, como um ato pessoal e livre que encontra a sua fonte no encontro íntimo entre Deus, que se dá, e a pessoa que o acolhe e se converte a Ele»,<sup>450</sup> sendo a pessoa de Jesus Cristo fundamental, tanto para a revelação de Deus, como para a conversão do ser humano. Na experiência cristã encontra-se o horizonte da fé como dom e como resposta: o dom de Deus que vem ao encontro de cada ser humano, percebendo que por «vontade absolutamente livre, Deus revela-Se e dá-Se ao homem» (CICA 50.); e a resposta do ser humano ao dom de Deus, uma vez que a «fé é um ato pessoal, uma resposta livre do homem à proposta de Deus que se revela» (CICA 166).

O Concílio Vaticano II,<sup>451</sup> no documento *Dei Verbum*, ilustra esta dinâmica da fé, fazendo colidir a iniciativa livre de Deus com o ato humano do seu acolhimento, tal com

---

<sup>445</sup> Segundo Stefano de Fiores «o testemunho da vida é o sinal mais importante de credibilidade, já que atesta a sinceridade do apóstolo e a presença da força divina transformadora da existência. O cristão assume grave responsabilidade quando, com a sua vida, é ocasião de escândalo e até de ateísmo, ao deixar de revelar e, ao invés disto, ocultar a verdadeira face de Deus e da Religião (GS 19)», Walbert Bühlmann e Stefano Fiores, «Apostolado», 42–43.

<sup>446</sup> Cf. Domingos Terra, *A Gramática da Fé Cristã* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015), 35.

<sup>447</sup> Cf. Domingos Terra, «A fé como dom e resposta da liberdade» (Lisboa: Paulus, 2014), 156. É essencial compreender que Luiza Andaluz viveu radicalmente a sua fé, entregando-se verdadeiramente à Igreja e aos seus contemporâneos, dado que «a fé requer muito daquele que é o seu sujeito», Terra, 159.

<sup>448</sup> Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 12.

<sup>449</sup> Terra, *A Gramática da Fé Cristã*, 34.

<sup>450</sup> Tiago Neto, *Hora de mudança na transmissão da fé: A urgência da pastoral de gestação* (Lisboa: Paulinas, 2016), 132.

<sup>451</sup> Para uma compreensão mais completa da temática da fé no contexto do Concílio Vaticano II, mas também do Concílio Vaticano I, veja-se Terra, «A fé como dom e resposta da liberdade», 156–60. Domingos Terra também

explica Domingos Terra: «a fé cristã é simultaneamente dom de Deus e ação do ser humano».<sup>452</sup> Ainda assim, é especialmente importante explicar que o Concílio Vaticano II coloca em diálogo a realidade da fé, como ato existencial, a fé “pela qual se crê” (*fides qua*); com a fé, como assentimento intelectual, a fé “pela qual é crida” (*fides quae*).<sup>453</sup>

No número 5 da *Dei Verbum*, começa por afirmar que ao Deus que se revela é-lhe devido a obediência da fé, sendo esta a forma como o ser humano tem de se entregar a Deus, pela sua inteligência e vontade, não pautada por uma autoridade, mas na lógica dialógica. Neste documento explora-se a fé, sob o ponto de vista do encontro entre Deus e o ser humano, sendo este encontro dado através da pessoa de Jesus Cristo. A fé, então, tem duas dimensões: a fé como conteúdo revelado, através da pessoa de Jesus (*fides quae*); e, a fé como ato ou forma de adesão do ser humano (*fides qua*). Esta linguagem é de Santo Agostinho,<sup>454</sup> explicando haver apenas uma *fides quae* e várias *fides qua*, uma vez que a primeira é igual para todos os crentes e a segunda é a fé própria de cada um.<sup>455</sup> Se a *fides quae* privilegia o assentimento individual, a *fides qua* prefere o ato existencial, sendo assim perceptível as diversas expressões da fé vividas pelos crentes, na respetiva unidade no conteúdo da fé. Sem dúvida que o conceito de fé no II Concílio do Vaticano, implica exigentemente a pessoa toda na experiência cristã, tendo um aspeto principalmente pessoal, uma forte dimensão do intelecto e da ação, libertando a fé da sua dimensão intelectualista.

Domingos Terra explica que «é certo que a fé cristã surge como um acontecimento que pode, pelo menos em alguns acontecimentos, subverter as lógicas da condição humana de quem a vive».<sup>456</sup> Nesta afirmação percebe-se que a fé, por vezes rompe com os projetos que o humano pensou para si, mas também que está para além das lógicas humanas, levando o próprio ser humano a questionar a lógica de cada acontecimento. No testemunho de Luiza Andaluz, explica-se:

---

contextualiza a interpretação Protestante, dando uma maior importância à fé como ato existencial, enquanto no ambiente católico se valorizava mais a fé como assentimento intelectual. O Concílio Vaticano II perceberá que a separação destas duas realidades da fé serão um erro, afirmando Domingos Terra: «de facto, não se compreende como é que a fé pode existir como um ato de confiança que não esteja voltado para um conteúdo. Ficaria descomprometida, à deriva, sem nada em que apostar. Não se entende também como é que a fé pode existir como assentimento à doutrina desligado de um ato que seja existencial. Arriscar-se-ia a aparecer como um exercício sem vida», Terra, 162.

<sup>452</sup> Terra, *A Gramática da Fé Cristã*, 40.

<sup>453</sup> Cf. Terra, «A fé como dom e resposta da liberdade», 161.

<sup>454</sup> Afirma Agostinho: «é com toda a segurança que dizemos que a fé impressa no coração de cada crente que acredita numa mesma coisa provém, sem dúvida, de uma única doutrina, mas uma coisa é aquilo em que se crê, outra a fé com que se crê», Agostinho de Hipona, *De Trinitate*, XIII, 2,5

<sup>455</sup> Cf. Terra, «A fé como dom e resposta da liberdade», 163. Também com o intuito de explicar o pensamento de Agostinho, Domingos Terra, afirma «considera que o mesmo conteúdo da fé é dado a todos, mas que a maneira de o viver difere de uns para os outros», Terra, 163.

<sup>456</sup> Terra, *A Gramática da Fé Cristã*, 56.

Ainda estava muito longe de conhecer tudo que nos traz a graça de Deus à alma, quando Ele nos chama e nos atrai. Ainda não sabia por experiência própria como tudo se torna fácil e como o que nos deveria ser custoso, em circunstâncias ordinárias, se torna leve e delicioso enchendo-nos de alegrias as mais suaves e consoladoras.<sup>457</sup>

Nesta explicação, Luiza Andaluz afirma a falta de entendimento sobre tudo o que lhe acontecia, mas, mesmo assim reconhecia como experiência com Deus, mesmo as tribulações. O acolhimento de Deus, leva-a a um forte sentido de responsabilidade.<sup>458</sup> Esta responsabilidade, verificada na vida concreta de Luiza Andaluz, por causa da relação com Deus, desemboca num itinerário de vida, no concreto da experiência cristã, num itinerário de vida cristão,<sup>459</sup> levando ao limite, afirma Domingos Terra: «só quem tem experiência de se comprometer no amor sério, generoso, fora de medida, consegue perceber a cruz de Cristo como linguagem do amor de Deus».<sup>460</sup> Ainda que só a experiência da cruz seja percebida por quem se compromete verdadeiramente com esta linguagem do amor de Deus, percebe-se que a fé se situa na realidade humana, no concreto da vida. A este respeito, João Duque afirma: «cada crente é fruto da sua tradição cristã e, por isso mesmo, completamente filho do seu tempo, com tudo o que isso significa, do ponto de vista do modo como lê ou interpreta o mundo e o seu sentido».<sup>461</sup> No estudo da biografia de Luiza Andaluz, até ao momento em que funda a congregação, verifica-se como ela é uma crente, que tem bem presente a sua história, a educação oferecida pelos seus pais, a importância da formação cristã recebida, os serviços prestados como crente, as relações estabelecidas. Foram todas oportunidades para ler e interpretar o mundo que a envolvia e perceber como podia viver cristãmente, dando de si e colmatando as fragilidades. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* viria confirmar este modo de entender a vida cristã:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo, e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. (GS, n. °1)

Este documento confirma o modo de entender a sociedade, porque, como discípula de Cristo, viverá dando a sua vida pelos outros. Isto porque a fé em Deus originará ações

---

<sup>457</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 52.

<sup>458</sup> Cf. Terra, «A fé como dom e resposta da liberdade», 148. A este respeito, escreve também Domingos Terra: «a fé aparece, no fundo, como o lado humano deste encontro que acontece entre Deus e o ser humano desencadeado pela revelação do primeiro. Consiste na resposta à realidade deste encontro, implicando a entrega total a Deus que se dá a conhecer», Terra, 159.

<sup>459</sup> Cf. Terra, «A fé como dom e resposta da liberdade», 152.

<sup>460</sup> Terra, 148.

<sup>461</sup> João Duque, «A historicidade do caminhar na fé», em *A fé da Igreja* (Lisboa: Paulus, 2014), 258–59.

concretas, estando conforme, exigindo um compromisso sério, ao conteúdo que se é professado.<sup>462</sup>

A Igreja é lugar fundamental para o desenvolvimento e compreensão da linguagem da fé cristã e é sempre no seu seio que se comunica, compreendendo que surgem aqui dois polos: o polo individual e o polo eclesial.<sup>463</sup> Estes são fundamentais para compreender que a fé não está, apenas, no âmbito individual, mas também eclesial, estabelecendo uma relação de articulação. Assim sendo, a Igreja é chamada a examinar o modo como cada crente vive e exprime a fé em cada momento histórico, sendo também fundamental compreender o modo como cada crente é capaz de se adequar a esse momento.<sup>464</sup> Neste sentido, a contextualização da I República apresentada, com o apontamento biográfico, aponta-nos para a realidade do contributo da espiritualidade de Luiza Andaluz. A bibliografia sobre a sua vida espiritual começa a ser existente, verificando-se que se fazem referências à sua confiança em Deus.<sup>465</sup>

Joseph Ratzinger, a respeito da fé no mundo de hoje, escreveu: «a Fé cristã não se preocupa apenas com o eterno, como poderia parecer à primeira vista quando se fala de fé, com algo totalmente diferente, localizado fora do mundo humano e do tempo, antes tendo a ver com o Deus que está dentro da história, com o Deus feito homem».<sup>466</sup> Sobre esta afirmação, é de salientar a importância do mundo no Catolicismo e, por isso, o modo como cada crente age e vive a realidade do mundo. Luiza Andaluz, ao querer consagrar-se a Deus, nunca se desligou do mundo, mas, compreendendo que a sua missão teria um enquadramento secular, procura uma «interpenetração do desejo de contemplação e da urgência da acção vivida com entusiasmo pelo bem dos outros e por amor a Deus».<sup>467</sup> Esta marca tão específica entre contemplação e acção será o modo como Luiza Andaluz encontrará a articulação entre a fé que professa e a fé que vive. É nesta articulação deste exercício que terá acesso ao mistério de Deus.<sup>468</sup>

A articulação entre *fides qua* e *fides quae* origina, muitas vezes, uma tensão, mas que, mesmo assim, é um elemento constitutivo da fé cristã. O apóstolo Paulo escreve: «é que

---

<sup>462</sup> Cf. Terra, *A Gramática da Fé Cristã*, 111.

<sup>463</sup> Cf. Terra, «A fé como dom e resposta da liberdade», 122.

<sup>464</sup> Cf. Terra, *A Gramática da Fé Cristã*, 124–25. A este respeito também nos explica o mesmo teólogo que se conjugam «dois procedimentos: abre-se espaço para a fisionomia individual da fé e exerce-se um controlo comunitário sobre ela», Terra, 125.

<sup>465</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 49–50. Por exemplo, Luiza escreve: «em voz baixa conversamos muito de Nosso Senhor, da vida interior da alma, da vida religiosa e, tão enleadas estivemos na conversa, que passaram as horas e só demos por nós quando vimos a luz do raiar da manhã a dar claridade à cela. Na minha alma também estavam entrando luzes até ali desconhecidas e com elas uma estranha alegria», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 55.

<sup>466</sup> Joseph Ratzinger, *Introdução ao Cristianismo - Preleções sobre o «Símbolo Apostólico»*, 2.<sup>a</sup> edição (Cascais: Lucerna, 2017), 38.

<sup>467</sup> Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 128.

<sup>468</sup> Cf. Terra, *A Gramática da Fé Cristã*, 115.

acreditar de coração leva a obter a justiça, e confessar com a boca leva a obter a salvação» (Rm 10,10). Na linha desta passagem bíblica, compreende-se o interesse de perceber que a fé exige o envolvimento total e unitário da Pessoa Humana, estando envolvidas todas as suas faculdades, ou seja, utilizando o vocabulário de Paulo, o acreditar com o coração e a confissão com a boca. Este apóstolo elucida para o diálogo entre o conteúdo da fé e a vivência da mesma. Deste modo, entende-se que se devem superar todas as tentativas de sobrevalorizar uma em detrimento doutra, ou seja, superava-se o divórcio entre teologia e espiritualidade.<sup>469</sup> Luiza Andaluz procurará uma configuração unitária destes dois aspetos da fé cristã.

### 3.1.2. *O acordo entre vida contemplativa e vida ativa*

A dinâmica entre vida ativa e vida contemplativa existe no interior de Luiza Andaluz. Por isso, em 1915, reconhece-se o chamamento de Luiza Andaluz à vida religiosa, aquando da entrada da irmã Eugénia no Carmelo, com quarenta e dois anos; mas também em 1923 o apelo a fundar uma nova congregação, após uma discussão de vários anos com a priora do Carmelo. Salienta Ricardo Figueiredo que este tempo, entre 1915 e 1923, foi de um aprofundamento espiritual, tendo como pilares a Eucaristia e a devoção a Nossa Senhora.<sup>470</sup>

É fundamental considerar que o debate entre vida ativa e vida contemplativa é uma questão presente no Catolicismo desde os seus primórdios. Afirma André Bernard: «o problema da relação entre vida contemplativa e ação é sumamente complexo e, como já se viu, surgiu desde o começo do cristianismo».<sup>471</sup> Compreende-se que ambas as realidades dinâmicas da experiência cristã pretendem tornar presente o Reino de Deus nos crentes e no mundo onde o crente se insere. A forma é que difere. Percebe-se que este teólogo apresenta estas duas realidades como formas de vida cristã que se relacionam e que conduzem uma à outra, caso sejam autênticas.<sup>472</sup> A experiência cristã deve caminhar, cada vez mais, para uma união radical, em que tanto o contemplativo, como o ativo, vivem intensamente a vida espiritual, a vida teologal.<sup>473</sup> Outra palavra para descrever a vida ativa é o apostolado. No entender de Luiza Andaluz, há uma compreensão de que também estas duas realidades devem entrar num processo de unificação.

---

<sup>469</sup> Cf. Terra, «A fé como dom e resposta da liberdade», 167.

<sup>470</sup> Cf. Figueiredo, «Deixou o palácio para se dedicar aos pobres» *Biografia espiritual de Luiza Andaluz*, 77.

<sup>471</sup> Charles André Bernard, «Contemplação», em *Dicionário de Espiritualidade* (São Paulo: Edições Paulinas, 1989), 188.

<sup>472</sup> Cf. Charles André Bernard, 188.

<sup>473</sup> Para uma maior contextualização da experiência cristã e da vivência teologal, própria da vida ativa e da vida contemplativa, veja-se Charles André Bernard, 188–89.

Na verdade, tal como foi enunciado trata-se de uma dinâmica que se torna tensão e que, por sua vez, torna-se carisma próprio, sendo fundamental compreender a dialética entre ação e contemplação.<sup>474</sup> Contudo, através dos votos tradicionais evangélicos, Luiza Andaluz aproxima-se da vocação religiosa, com «um enquadramento secular».<sup>475</sup> Por esta mesma razão e dado o contexto da fundação, esta nova consagração tem presença de formas que não são tradicionais da vida consagrada, mas antes próprios da vida laical.<sup>476</sup> Ainda assim, percebe-se que as religiosas desta congregação fizeram os votos religiosos de pobreza, de castidade e de obediência, e que expressam o seu compromisso público pela opção de vida assumida na sua consagração.<sup>477</sup> Maria do Pilar Vieira distingue, na entrada sobre as congregações religiosas femininas, a vida ativa da vida contemplativa: «os da vida ativa têm uma ação apostólica externa nas obras próprias dos seus institutos, ou individualmente. Os que exercem uma ação não externa, vivendo em maior recolhimento uma vida de contemplação mais estrita, são os institutos de vida contemplativa».<sup>478</sup> Como já enunciado, Luiza Andaluz procurará sintetizar estes dois modos de vida consagrada, procurando uma comunhão entre ambas.

Compreende-se que o período entre 1915 e 1923 é uma etapa fundamental para Luiza Andaluz.<sup>479</sup> É neste período que, ainda que mantenha as tarefas que lhe eram confiadas, reflete sobre o papel que tem no mundo, o que em momento algum pode ser desligado da sua vivência eclesial. Por outras palavras, está-se diante de uma mulher que procura enquadrar-se na sociedade e na Igreja.<sup>480</sup> Este enquadramento na sociedade ganha um novo impulso no momento da tomada de hábito da sua irmã, ao decidir que a sua vida será entregue a Deus, procurando-lhe ser fiel até ao fim. Na verdade, verificou-se, no plano vocacional, que, naquele encontro do Carmelo, Deus escolheu Luiza Andaluz para uma missão e, por isso, é no sentido concreto do itinerário cristão que ganha corpo os planos de Deus para a sua vida.<sup>481</sup>

---

<sup>474</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 45.

<sup>475</sup> Costa Rodrigues, 45.

<sup>476</sup> Afirma Dom José Policarpo: «a outra coordenada da primeira ideia da Congregação seria o seu “espírito laical”», Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 13.

<sup>477</sup> Cf. Maria do Pilar Vieira, «Congregações Religiosas Femininas», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 476.

<sup>478</sup> Vieira, 476.

<sup>479</sup> Nas visitas que fazia à sua irmã, tendo este pretexto, sente-se impelida pelo entusiasmo do recolhimento, do silêncio e da oração. E, por isso, segundo Joaquim Teixeira, o Carmelo espanhol será como que uma Betânia para Luiza, onde «vai retemperar forças, buscar luz e discernimento para descobrir e se entregar à vontade de Deus», Silva Teixeira, «Luiza Andaluz e a espiritualidade de Santa Teresa de Jesus», 320. Este mesmo autor explica que, numa tentativa de relacionar Luiza Andaluz com a fundadora do Carmelo, a religiosa portuguesa entra em contacto com os escritos de Santa Teresa de Jesus, bem como conhecer esta santa a partir daquelas que vivem no Carmelo.

<sup>480</sup> É fundamental perceber que Luiza Andaluz insere-se na sociedade como crente e, claro está, como cidadã insere-se na Igreja.

<sup>481</sup> Cf. Silva Teixeira, «Luiza Andaluz e a espiritualidade de Santa Teresa de Jesus», 231.

E é neste discernimento que surge claramente o seu desejo de contemplação, de entrar no Carmelo, de modo a consagrar-se totalmente à Igreja e a Jesus que tanto amava. Segundo esta visão, percebe-se que entendeu a vida contemplativa como uma vida que se opõe à vida prática, ao trabalho.<sup>482</sup> Foi também o seu foco as necessidades e urgências dos que mais precisavam, da Igreja, da sociedade que a inquietava e a colocava em ação, procurando servir estas realidades. E, neste momento, é preciso realçar esta tensão vivida pela religiosa: entre o desejo da contemplação e a urgência do apostolado<sup>483</sup>. Compreendendo que o apoio dado pelas ordens e congregações religiosas tinha sido suspenso com a implantação da república, considerou então urgente a necessidade de cuidar das fragilidades das populações, a sua educação e as suas carências de cariz social. Procurou, mediante as possibilidades, responder as estas necessidades, concretamente na cidade de Santarém. Contudo, para o discernimento do serviço, conta com o diálogo com os Pastores da Igreja, uma vez que percebia que estes eram quem mais a conheciam e podiam apontar caminhos.

Pela consciência do seu Batismo, Luiza Andaluz toma parte da missão da Igreja.<sup>484</sup> Esta é uma realidade fundamental no discernimento de qualquer crente, uma vez que batizado, é pertença da Igreja, e não sendo isto um privilégio, é sim uma exigência de testemunho cristão.<sup>485</sup>

Maria Isabel Rodrigues, ao procurar apresentar a espiritualidade de Luiza Andaluz, foca-se nas dinâmicas que apresenta no seu discernimento vocacional. Tem em conta três passos: da ação à contemplação; da contemplação à ação; e finalmente entre o desejo da contemplação e a urgência da ação apostólica.<sup>486</sup> No primeiro passo, apresenta Luiza Andaluz com a sua irmã Eugénia à procura do seu lugar na Igreja, inseridas na atividade da escola das Capuchas. A entrada de Eugénia no Carmelo em Espanha<sup>487</sup> levou Luiza Andaluz a ponderar a vida religiosa no Carmelo, ainda que tivesse consciência da dinâmica da ação na escola das Capuchas.<sup>488</sup> Como segundo passo, destaca-se que no dia da tomada de hábito da irmã, falará

---

<sup>482</sup> Cf. Charles André Bernard, «Contemplação», 184.

<sup>483</sup> A este respeito é relevante ter em conta o comentário de Maria Fernanda Tavares: «o seu desejo de vida contemplativa é aceite, mas... é enviada para o campo do apostolado activo», Maria Fernanda Tavares, ed., *O Itinerário de Luiza Andaluz* (Servas de Nossa Senhora de Fátima, 1997), 63.

<sup>484</sup> A consciência do batismo na vida da Igreja gera fecundidade. A este respeito escreve José Miguel Pereira: «Se é verdade que para todos os fiéis são a graça e a santidade bebidas no Batismo que permanecem sempre como fonte primeira da vida e da missão, também é verdade que a modalidade específica de ser batizado, muitas vezes definida e alimentada por graças próprias e diversas [...], constitui igualmente uma importante fonte de fecundidade cristã e eclesial, apostólica e missionária», José Miguel Barata Pereira, *Ser Igreja, Ser na Igreja. Do ser comunhão ao agir vocacional* (Apelação: Paulus, 2015), 62.

<sup>485</sup> Cf. Walbert Bühlmann e Stefano Fiores, «Apostolado», 33.

<sup>486</sup> Veja-se: Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 64–74.

<sup>487</sup> Isto deve-se ao facto de não haver mosteiros carmelitas em Portugal, devido à expulsão das ordens religiosas.

<sup>488</sup> Afirma: «ajoelhei-me no supedâneo, junto ao sacrário, lavada em lágrimas, dizendo a Nosso Senhor que também muito queria ali ficar. Não sei quanto tempo assim fiquei, quando dei por mim já não vi ninguém na Igreja, luzes apagadas, grade fechada, tudo deserto. Saí dali firma na resolução de me dar a Jesus, o meu grande

com a priora da comunidade, dando a conhecer o seu desejo de entrar no Carmelo, ficou admirada com a resposta afirmativa da superiora<sup>489</sup>. Esta resposta tinha também o pedido para auxiliar Henriqueta Sequeira Lopes na direção das Escolas das Filhas de Maria<sup>490</sup>, uma vez que esta já esperava para entrar no Carmelo. Após ter assumido esta responsabilidade, viaja todos os anos para renovar o seu pedido à priora. O passo seguinte, da contemplação à ação, é percebido quando, no desejo de se tornar carmelita, toma consciência de que a Obra que dirigia, teria de ser entregue a alguém para continuar o trabalho. É nesse momento que, pela primeira vez, lhe surge a ideia de fundar uma nova congregação que respondesse a estas necessidades.

É sintetizado, este diálogo entre vida ativa e vida contemplativa, por uma tensão que diz respeito à forma como Luiza Andaluz vivia o discernimento vocacional, bem como as situações que lhe surgiam. Na verdade, é o caminho desta tensão «que se torna caminho de integração de ambas».<sup>491</sup> É no percurso de vida de Luiza Andaluz que se encontra esta tensão vivida por ela, procurando-lhe responder afirmativamente, mas também conscientemente, onde são nítidas a sua vontade de entrar no Carmelo, mas também a sua atividade intensa. Importante, pois, é compreender que a congregação fundada, articula a complementaridade dos dinamismos internos de Luiza Andaluz. A este respeito, António Matos Ferreira esclarece que «esta dicotomia pode ser também formulada em termos de uma espiritualidade centrada sobre si própria como percurso individual e outra mais voltada para o mundo; uma mais contemplativa e outra mais ativa».<sup>492</sup> Entende-se esta dicotomia com dois polos: o polo da

---

receio era que Ele não me quisesse. E as carmelitas aceitar-me-iam? Seria possível terem confiança numa vocação tão tardia, numa resolução tomada assim tão de repente? Quanto podia avaliar pelo que em mim sentia julgava-me firme, decidida, inabalável, mas continuaria eu nestas disposições?», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 58. Ao ver a irmã dar o passo de entrada no Carmelo, Luiza tem esta reação, notando um desejo de ali permanecer, não tendo perceção do tempo passar. Contudo, é claro o desejo de entrega a Jesus, contando com as dúvidas e as certezas próprias do discernimento vocacional. Este episódio dá-se no dia 15 de agosto de 1915.

<sup>489</sup> Continua a afirmar: «no estado de alma em que me encontrava tive vontade de desaparecer, ansiava por falar com a priora a sós, mas tive de atender aquela gente algum tempo, aguardar ocasião propícia, o que naquele dia era difícil. Como consegui não sei; só me recordo que sempre me concedeu audiência e eu só a ela confiei o meu segredo e de joelhos lhe pedi me aceitasse no Carmelo. Confundida e surpresa fiquei com a carinhosa resposta afirmativa que logo ali recebi; seria realmente possível ter eu por minha tão grande felicidade? Mas também me fez um pedido, queria que eu no regresso a Portugal ajudasse a Henriqueta nas escolas das Filhas de Maria de S. Luís, de cuja congregação ela era presidente, facilitando-lhe assim a entrada no Carmelo, onde há mais tempo do que eu, ela pedira admissão e vindo eu, mais tarde, quando visse podia deixá-las entregues», Andaluz, 58. Na simplicidade, falará com a responsável do Carmelo, de modo a dar-lhe a conhecer o conteúdo da sua vontade, que teria brotado da oração. Acolhe e alegra-se com a resposta afirmativa, com o acolher de mais uma missão apostólica em Portugal, dado pela responsável. Neste escrito, Luiza deixa transparecer a noção que tinha da sua vontade, mas esta não era a única realidade a ter em conta no discernimento.

<sup>490</sup> A obra iniciada por Luiza em Santarém, ficará ligada a esta associação das Filhas de Maria de São Luís Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 67.

<sup>491</sup> Costa Rodrigues, 69.

<sup>492</sup> António Matos Ferreira, «Espiritualidade. III. Época Contemporânea», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 382.

vida ativa “fuga do mundo” e o polo da “materialização máxima”, segundo a explicação do mesmo historiador.

Importa aqui ressaltar que a ação de Luiza Andaluz não se restringe a um mero ativismo ou voluntarismo, tal como explica Dom José Policarpo: «ante as envia em missão com uma nova exigência e radicalidade, mas uma ação apostólica que não degenere em ativismo».<sup>493</sup> E, na verdade, pode-se tornar nesta realidade muito da ação pastoral feita na Igreja, estando desvinculada da transmissão da fé e também da oração. Não é isto que se encontra nos seus escritos. Luiza Andaluz ensina aos crentes que a contemplação não é a única maneira perfeita de santidade, realizando assim uma fuga do mundo, mas que o mundo é um meio pelo qual o crente se pode santificar. Em Luiza Andaluz encontra-se uma mulher dedicada à Igreja e, por isso, à sociedade onde estava inserida, tendo um olhar dinâmico sobre a experiência cristã. De uma forma simples, percebe-se que Luiza Andaluz atendeu realmente à missão da Igreja, procurando entregar a sua vida em prol dos outros, percebendo a exigência da experiência da fé cristã, vivida no mistério de Deus.<sup>494</sup>

Se o apostolado não é um mero ativismo, uma quantidade de atividades ou ações, significa envio, ministério, ação, dinamismo, tendo sempre o horizonte máximo na participação do apostolado de Cristo, na salvação do mundo e dos seres humanos, mas também a realização da missão da Igreja.<sup>495</sup> Desta forma, de uma forma humilde afirma: «Não importa que nosso apostolado se desenvolva em Obras grandes, o que importa é que seja sempre feito com muito Amor».<sup>496</sup> O crente é chamado a inserir-se na dinâmica de dar continuidade à missão de Jesus, levando as realidades terrestres à sua plenitude. Na verdade, o apostolado pretender ser, não uma panóplia de expressões, atividades, mas a presença da Igreja no mundo. A contemplação é, segundo André Bernard, «toda a atividade espiritual que toma em consideração o mistério do reino de Deus presente, a fim de que a alma consiga aderir a ele mais profundamente pela fé».<sup>497</sup> A experiência de fé de Luiza Andaluz identifica-se com um itinerário de missão na Igreja e na sociedade, sendo para isso importante a explicação do acordo entre o apostolado e a contemplação. Ricardo Figueiredo sintetiza esta tensão, relacionando-a com a centralidade teológica fundamental da experiência da fé: «Sentia que a vontade de Deus era que ela entrasse na vida carmelita, mas via também que Deus não fazia o necessário para isso acontecer».<sup>498</sup>

---

<sup>493</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 14.

<sup>494</sup> Cf. Policarpo, 14.

<sup>495</sup> Cf. Walbert Bühlmann e Stefano Fiore, «Apostolado», 32.

<sup>496</sup> Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 67.

<sup>497</sup> Charles André Bernard, «Contemplação», 186.

<sup>498</sup> Figueiredo, «*Deixou o palácio para se dedicar aos pobres*» *Biografia espiritual de Luiza Andaluz*, 83.

A experiência cristã é marcada pelo conhecimento interior de Cristo.<sup>499</sup> Note-se que foi primordial na vida de Luiza Andaluz, uma apropriação da fé como uma realidade, expressa em vida concreta, num itinerário desenvolvido de uma vida cristã, nos movimentos dinâmicos da própria vida. No seu itinerário dará conta de uma vida conforme à fé professada, coligando o apostolado e a contemplação, não como realidades antagônicas, mas como realidades concordantes. Nos documentos do Concílio Vaticano II ver-se-á como estas afirmações ganham expressão, superando as dicotomias entre a contemplação e o apostolado, tendo uma forma dinâmica e mais plena da experiência cristã.<sup>500</sup> Só assim, poderá ser afirmado como Stefano de Fiore:

A atividade apostólica é um modo de realizar a união com Deus como se faz através da oração com Deus, já que se realiza justamente a vontade divina que deve ser cumprida. [...] O apostolado [...] é também meditação privilegiada de santidade enquanto promove diretamente o reino de Deus e é continuação da atividade redentora de Cristo; é comunhão com Deus<sup>501</sup>

Num breve texto, cujo título é *A Serva*,<sup>502</sup> apresentado no apêndice da sua *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, Luiza Andaluz descreve o trabalho das Servas nos centros sociais, sendo importante para o enquadramento. Tomando consciência do serviço prestado à Igreja com os centros, são referidos os apoios da congregação às populações mais necessitadas, procurando-as auxiliar a tornarem-se «membros úteis à família, à Igreja e à Pátria».<sup>503</sup> Posto isto, neste documento encontra-se uma descrição fundamental para melhor entender o acordo entre vida contemplativa e ativa:

Nestes núcleos trabalha-se orando e ora-se trabalhando. Ora-se nas longas caminhadas que é necessário percorrer para chegar às casas das famílias a quem as Servas vão levar o conforto da esmola e da Palavra de Deus. Ora-se quando, sentadas à mesa de trabalho, redigem ofícios e preenchem fichas para serem enviadas às entidades oficiais com as quais colaboram no serviço social. Ora-se ainda quando, fechadas nos gabinetes de trabalho, atendem aqueles que lhes contam os dramas da sua vida moral e material. Trabalha-se quando, de joelhos e mãos

---

<sup>499</sup> Cf. Augusto Guerra, «Experiência Cristã», 389.

<sup>500</sup> Cf. Walbert Bühlmann e Stefano Fiore, «Apostolado», 42.

<sup>501</sup> Walbert Bühlmann e Stefano Fiore, 42.

<sup>502</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 243–45. Este texto é datado a 12 de fevereiro de 1953.

<sup>503</sup> Andaluz, 243. Este pensamento é fundamental, uma vez que o foco não era apenas a inserção na Igreja, mas também na família e na pátria. Com esta ideia, fica claro que o papel da congregação não ficava limitado com o seu papel na formação dos crentes, mas entendia que cada pessoa devia ser útil para a sociedade no geral, visto que é também na sociedade que os crentes estabelecem relações.

postas, as “Servas” pedem ao Senhor dos aflitos consolação para os que sofrem, pão para os famintos e conversão de tantos que andam longe do caminho que conduz à vida eterna.<sup>504</sup>

Nesta descrição encontra-se o encontro entre orar e trabalhar no quotidiano nas Servas, no decorrer da sua missão. A missão, tal como nos é descrito neste documento, é «o serviço social que temos organizado nos nossos centros que nos permite dar, a cada caso, a solução solicitada»,<sup>505</sup> sendo claro que o foco é o serviço social,<sup>506</sup> procura-se responder a cada pedido apresentado. Se o foco é o serviço social, reconhece-se que, na verdade, o foco é a promoção do bem comum e da dignidade humana, tão frisados pela Doutrina Social da Igreja.

A perceção de que a oração é realidade distinta do trabalho e vice-versa é completamente ultrapassada com este escrito, salientando a compreensão de que cada religiosa pode rezar enquanto desempenha a sua função, mas também quando reza apresenta o que foi vivido. Claro que esta é uma das dimensões do contributo espiritual de Luiza Andaluz, mas também foca aquilo que é o essencial da vida do crente, a vida em Cristo, tendo como objetivo «cooperar com o nosso Eminentíssimo Prelado na recristianização da sua diocese».<sup>507</sup> É interessante e faz-nos lembrar a máxima de São Bento, *ora et labora*.<sup>508</sup> Num outro texto<sup>509</sup>, Luiza Andaluz escreveu que «pensámos fazer uma obra de vida mista, procurando a nossa própria santificação por meio da oração e do trabalho».<sup>510</sup> Ainda assim, Luiza Andaluz reconhece que «para fazer progressos na vida interior é preciso procurar cuidadosamente o silêncio e o recolhimento».<sup>511</sup>

Luiza Andaluz dá um contributo fundamental para unificar a tensão existente entre oração e compromisso com mundo, no paradigma português. O convite de Stefano de Fiores é fazer uma «síntese orgânica e uma unidade dialética entre as tensões espirituais da vida cristã: oração e fidelidade à terra, contemplação e compromisso político, piedade de transcendência e

---

<sup>504</sup> Andaluz, 244-45.

<sup>505</sup> Andaluz, 244.

<sup>506</sup> Há uma relação importante entre Igreja, a sua ação evangelizadora, e a ação caritativa. É perceptível que o anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo torne presente a paternidade de Deus em relação ao ser humano, sendo, por isso, que a Igreja promove a dignidade da vida humana, ao mesmo tempo, que se articula com o seu plano evangelizador Cf. Laboa, *Historia de la Iglesia. IV: Época Contemporánea*, 179. É interessante compreender que a ação social, tornou-se numa questão na Igreja, uma vez que, tanto a hierarquia como o restante povo cristão, começam a refletir uma particular sensibilidade sobre a situação da sociedade Cf. Laboa, 226.

<sup>507</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 245. Tão próprio da época, é este termo de recristianizar a sociedade portuguesa. Na verdade, o pretendido não é voltar a vivência anterior, uma vez que o tempo não volta para trás. É um foco na evangelização da sociedade que anteriormente tinha uma presença cristã considerada e que com a implantação da República, foi reduzida.

<sup>508</sup> *Ora et labora* (ora e trabalha) é a síntese da Regra de São Bento de Núrsia, redigida em 529. Com o contributo de Bento, dá-se o início da vida monástica no Ocidente.

<sup>509</sup> Este texto citado, cujo título é *Resumo Histórico*, refere-se a um texto que apresenta um breve resumo da história da congregação. Este texto não pode ser garantido que tenha sido escrito por Luiza Andaluz, segundo a nota explicativa à *História da Congregação*.

<sup>510</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 298.

<sup>511</sup> Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 23.

piedade de solidariedade».<sup>512</sup> Em certa medida, Luiza Andaluz aproxima estas duas realidades, reconhecendo que a Graça de Deus é fundamental para o itinerário da missão: «Desempenha sempre com valor a sua missão no mundo aquele a quem a Luz da Graça ilumina o caminho».<sup>513</sup>

### 3.1.3. *Uma interpretação do encontro de Jesus com Marta e Maria*

Luiza Andaluz, após a tomada de hábito da sua irmã Eugénia, rumou até ao Santuário de Lourdes. Aí relembra a passagem de Lc 10, 38-42, o encontro de Jesus com Marta e Maria narrado por São Lucas, sendo, posteriormente, importante para o seu discernimento vocacional e para a compreensão da sua missão na Igreja, tal como já foi referido.

Numa interpretação mais tradicional deste trecho do evangelho, o leitor acaba por se identificar com Maria, uma vez que permanece aos pés de Jesus, sendo que alguém só se identifica com Marta, num horizonte negativo, dado não estar junto a Jesus, mas a dedicar-se a outras realidades. Também tradicionalmente entende-se haver uma tentativa de fazer coincidir a personagem de Maria com a vida contemplativa e Marta com a vida ativa, sendo esta a interpretação que se analisará. Para este efeito, conta-se com o testemunho de Santa Teresa de Ávila, cujo contributo foi também fundamental na composição da espiritualidade de Luiza Andaluz.<sup>514</sup>

Santa Teresa é uma contemplativa que, ainda que tivesse fundado uma ordem contemplativa, instaurou também uma grande reforma na Ordem Carmelita. Segundo Teresa, «para hospedar o Senhor, Marta e Maria têm de andar sempre juntas, fazendo-lhe constantemente companhia e recebendo-o como deve ser, sem lhe faltarem com nada» (M. 7, c. 4, 12<sup>515</sup>). Na sua interpretação, o fundamental é que estas duas realidades, a realidade que torna presente Maria e a realidade que torna presente Marta, estejam juntas. Sem dúvida que Santa Teresa sai em defesa de Marta, numa tentativa de terminar com todos os dualismos existentes entre ação e contemplação, uma vez que, no seu entender, estas duas estão presentes na vida do crente.<sup>516</sup> É também importante perceber, segundo Teresa de Ávila, que «desejando a oração e praticando-a não para gozar mas para termos mais forças para servir»

---

<sup>512</sup> Stefano Fiore, «Espiritualidade Contemporânea», 355.

<sup>513</sup> Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 71.

<sup>514</sup> Para além da menção da visão de Luiza Andaluz com Santa Teresa e São João da Cruz, é permanente a presença desta santa contemplativa na sua vida. É isto reflexo nas suas orações e pensamentos, que estão sistematizados em Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*.

<sup>515</sup> Segue-se a seguinte tradução: Teresa de Ávila, *Moradas do Castelo Interior*, trad. Manuel Lucena (Lisboa: Assírio & Alvim, 1988).

<sup>516</sup> Cf. Silva Teixeira, «Luiza Andaluz e a espiritualidade de Santa Teresa de Jesus», 333.

(M. 7, c. 4, 12). Luiza Andaluz, pela sua presença no Carmelo, percebe realmente que a oração é fonte de vida, é a fonte em que perceberá a ação que lhe é confiada por Deus, a sua missão de fundar uma Congregação.<sup>517</sup>

Se por um lado, o desejo pela vida contemplativa se fez muito presente na vida de Luiza Andaluz, por outro, compreenderá que a vocação à vida religiosa ativa não é menos nobre que a vida contemplativa.<sup>518</sup> É no seio do contexto carmelita, que compreenderá que a contemplação, como lugar de encontro e intimidade primordial com Deus, é o ponto de partida para descobrir a vocação a que é chamada. A contemplação vivida por Luiza Andaluz será sempre o garante para não cair no perigo do ativismo, pois, segundo afirma Joaquim Teixeira, «só quem está enraizado e centrado em Deus pode chegar a tanto, sem cair no cansaço e exaustão do ativismo».<sup>519</sup> Sendo o ativismo um perigo, Luiza Andaluz procurou afastar-se dele, tendo como base a realização da vontade de Deus, mediada pela hierarquia da Igreja.

Joaquim Teixeira escreve: «Luiza Andaluz profundamente ativa viveu a contemplação de Maria, irmã de Marta; era uma Marta com aspirações de Maria».<sup>520</sup> Este autor define desta forma Luiza Andaluz, dado que esta religiosa procurou na sua ação ser contemplativa, sendo que no início do discernimento procurou dar entrada num mosteiro de carmelitas. Tomando parte desta espiritualidade, Luiza Andaluz procurou a institucionalização da congregação para bem servir a Igreja.

Em jeito de síntese, Ricardo Figueiredo explica que na Igreja, por vezes, se acentua muito esta dicotomia entre vida ativa e vida contemplativa e que no seu entender esta dicotomia está errada,<sup>521</sup> pois, no caso concreto, pode-se correr o risco de interpretar o discernimento de Luiza Andaluz, como uma opção pela «vida ativa em detrimento da vida contemplativa».<sup>522</sup> O tempo entre 1915 e 1923 foi fundamental para o aprofundamento desta dialética das experiências da vida religiosa, compreendendo que na experiência da fé não é necessário que se opte por uma opção, mas é possível optar-se por uma união.<sup>523</sup>

---

<sup>517</sup> Cf. Silva Teixeira, 333.

<sup>518</sup> Cf. Silva Teixeira, 334.

<sup>519</sup> Cf. Silva Teixeira, 336.

<sup>520</sup> Silva Teixeira, 326.

<sup>521</sup> Figueiredo, «Deixou o palácio para se dedicar aos pobres» *Biografia espiritual de Luiza Andaluz*, 85–87. Considerável será notar que este mesmo autor, para além de dar o exemplo de Marta e Maria, anteriormente relaciona a vida ativa e vida contemplativa, com São Francisco Xavier e Santa Teresa de Ávila, respetivamente.

<sup>522</sup> Figueiredo, 86.

<sup>523</sup> Assim Ricardo Figueiredo explica: «penso que, de forma geral para todas as formas de vida religiosa e de forma particular para o caso de Luiza Andaluz, se deve abandonar o ou... ou..., ou vida ativa ou vida contemplativa. Devemos optar pelo católico e... e...: a vida ativa alicerçada e nutrida pela vida contemplativa», Figueiredo, 86–87.

### 3.2. A institucionalização da comunidade religiosa para servir a missão da Igreja

Ainda que institucionalização da comunidade a nível canónico só tenha ocorrido em 1939, vê-se como já anteriormente a comunidade, que estava junta a Luiza Andaluz, procurava responder às inúmeras solicitações que lhe faziam, desde 1923.<sup>524</sup> Mesmo assim, Luiza Andaluz, ainda sem a comunidade primeira, olha para os desafios causados pela I República como grandes oportunidades para se aproximar dos outros e fazer o bem. É também, neste contexto, que se verifica que todas as mudanças acontecidas na sociedade, exigiam uma resposta das instituições religiosas. As respostas podiam ser variadas, mas a Igreja em Portugal na I República, viveu um processo de recomposição, onde, tendo as dificuldades à vista, se confrontou com a presença de elementos anticlericais. Primeiramente a ação iniciada por leigos, como Luiza Andaluz; em seguida a fundação de uma nova congregação são exemplos desses novos elementos. A política antirreligiosa da I República, com o intuito de modernizar pela via do racionalismo, foi instância de luta política da sociedade portuguesa, exigindo uma metamorfose do Catolicismo. A participação dos portugueses na I Guerra Mundial e depois a afirmação do Catolicismo com as Aparições de Fátima, foram ações que apaziguaram a relação entre a sociedade e a religião. O Catolicismo, dado o seu fator social, na relação com os seus crentes, nos trajetos e percursos pessoais, deram lugar a uma procura de intervenção e convergência dos cidadãos e crentes, como Luiza Andaluz, numa sociedade que cada vez mais se distanciava do universo da experiência religiosa.<sup>525</sup>

Relevante será relacionar a vida de Luiza Andaluz, nesta perspetiva de como católica ser também cidadã, que promovia o bem.<sup>526</sup> Com esta afirmação de Paulo: «e tudo faço por causa do Evangelho, para dele me tornar participante» (1Cor 9,23). Com esta possível relação percebe-se que em Paulo há um enraizamento no Evangelho, que o permite viver tudo aquilo a que é chamado, sempre por causa do Evangelho, uma vez que quer ser seu participante. Na vida de Luiza Andaluz há uma disposição interior de se colocar ao serviço, passando por todas as provações que se lhe impuseram, tanto as da I República, como as do seu discernimento, como depois na fundação da congregação, como também as dificuldades com

---

<sup>524</sup> Interessante será notar, que a congregação religiosa fundada por Luiza, terá a data de 1923 como a data da sua fundação, ou melhor, a data de início da sua missão na Igreja. Por exemplo, esta congregação celebrou em 2023 o seu centenário.

<sup>525</sup> Luiza Andaluz acolhia os desafios sempre com olhar de fé: «Quando a Luz da Fé nos ilumina, o coração aquece e caminhamos intrepidamente para Deus, vencendo todos os obstáculos. Saibamos agradecer a Deus essa Fé», Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 57.

<sup>526</sup> Num texto, cujo título é *Estudo do meu carácter*, escreve: «Sou habitualmente ponderada, afável, generosa, cheia de entusiasmo por tudo [o] que possa dar glória a Deus ou promover o bem do próximo», Andaluz, 10.

o cónego Formigão.<sup>527</sup> Sabia, portanto, que estas eram oportunidades para se fazer participante do Evangelho.

Na história da espiritualidade contemporânea, entende-se que estão presentes vários binómios a ter em conta para uma completa compreensão do contexto mais atual, a saber: «a decadência e a regeneração, o atraso e o progresso, as “trevas do obscurantismo” e a “luz da civilização”, ou ainda a desagregação e a restauração».<sup>528</sup> Estes binómios apresentados por António Matos Ferreira, possibilitam um grande conjunto de «diferentes tendências culturais com profundas implicações espirituais, [...] processo que foi acompanhado por uma crescente diversificação dos universos espirituais».<sup>529</sup> Por isso, entende-se, que a partir destes binómios, surgem várias correntes, congregações que expressam determinados aspetos da espiritualidade, que são como que formas de viver e observar a realidade.

António Matos Ferreira, numa atenção particular à expressão social do cristianismo, explica que o termo congregação diz respeito «no terreno religioso, em primeiro lugar, à dimensão comunitária da existência social do cristianismo»,<sup>530</sup> isto porque as congregações, tal como explica o historiador, «respondem à organização da vida religiosa em torno do carisma definido por um (a) fundador (a), em ordem a uma influência direta na sociedade: ensino, assistência, ação missionária».<sup>531</sup> Com esta definição percebe-se a importância de dois aspetos a salientar. Se por um lado, aponta o horizonte do fundador que aponta para um carisma definido; por outro, aponta para o aspeto a que esta congregação se dedicará na sociedade onde se insere. Nas palavras de Joaquim Teixeira entende-se que

Luiza Andaluz sentiu-se também muito válida e reclamada por Deus para edificar a sua Igreja num contexto histórico muito especial, um contexto eclesial e social que requeria todas as forças vivas da Igreja para servir e anunciar a frescura do Evangelho abafado por ideologias políticas.<sup>532</sup>

A problemática do congreganismo fez-se presente na sociedade portuguesa, também no período da I República. Foi um aspeto importante no debate político-religioso na transição

---

<sup>527</sup> Estas dificuldades com o cónego Formigão não foram oportunidades para suspender a sua bondade de coração, sendo este um traço característico da sua personalidade. Na sua história encontra-se este traço marcado por uma emotividade que expressa a sua alegria e uma intensa vivência do seu interior, em que é marcada pelos sofrimentos dos que mais sofrem, proporcionando-lhes o que era possível. Dom José Policarpo considera que esta qualidade da bondade de coração de Luiza firmou na congregação o seu pendor social. Cf. Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 18–19.

<sup>528</sup> Matos Ferreira, «Espiritualidade. III. Época Contemporânea», 382.

<sup>529</sup> Matos Ferreira, 382.

<sup>530</sup> António Matos Ferreira, «Congreganismo», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 488.

<sup>531</sup> Matos Ferreira, 488.

<sup>532</sup> Silva Teixeira, «Luiza Andaluz e a espiritualidade de Santa Teresa de Jesus», 326.

do século XIX para o XX, tendo assumido «uma dimensão ideológica que a converteu em instrumento de luta política por parte do radicalismo liberal e republicano».<sup>533</sup>

O diálogo entre a contemplação e a ação concretizada por Luiza Andaluz, leva-a a interrogar-se sobre a fundação de uma congregação em que se pudesse conciliar estas duas realidades. Dom José Policarpo fala de um conflito em Luiza Andaluz por causa destas duas realidades: «é o tal conflito entre o seu desejo de contemplação e as exigências da ação apostólica. Luiza Andaluz põe sempre as necessidades da Igreja acima da realização do seu gosto pessoal».<sup>534</sup> Nesta segunda frase citada, entende-se que o critério vocacional de Luiza Andaluz são as necessidades da Igreja, deixando de lado a realização dos seus gostos pessoais.<sup>535</sup> O mesmo prelado lança duas questões que podem ser pertinentes, ainda que reconheça a resposta aos problemas causados devido ao desaparecimento das ordens religiosas: «mas não haveria nisso uma certa contradição e um certo risco? Seria adaptado responder com uma congregação religiosa aos problemas criados com a proibição das ordens religiosas?»<sup>536</sup> Contudo, o mesmo prelado responde que «no fundo tratava-se de dar estrutura, profundidade e harmonia a todas aquelas almas generosas, já profundamente empenhadas em dar resposta a esses problemas novos. Pretendia-se uma congregação de religiosas que respondesse de uma forma possível a estes novos problemas. No entendimento de Dom José Policarpo que não fossem demasiadamente «freiras».<sup>537</sup>

### 3.2.1. *A fundadora e a nova congregação*

A tensão vivida por Luiza Andaluz, especialmente a partir de 1915 fez com que acordo entre vida ativa e vida contemplativa se tornasse possível. Percebe-se que ainda como leiga, viverá intensamente o apostolado da Igreja como uma missão na Igreja, como lugar vocacional. Se em Portugal a espiritualidade também foi marcada pela presença clerical, pelos sacrifícios e renúncias, percebe-se que, por outro lado, foram surgindo novas sensibilidades espirituais, que valorizaram a ação.<sup>538</sup> O apostolado é expressão de um entendimento entre a sociedade ser o lugar onde o cristão vive e onde deve exercer a sua condição batismal, tendo

---

<sup>533</sup> Matos Ferreira, «Congreganismo», 489.

<sup>534</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 12.

<sup>535</sup> Os gostos pessoais de Luiza Andaluz são válidos, mas no seu entendimento não podem ser o único critério para a tomada de decisão.

<sup>536</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 13.

<sup>537</sup> Policarpo, 13.

<sup>538</sup> Cf. Matos Ferreira, «Espiritualidade. III. Época Contemporânea», 383.

aqui uma presença significativa a vida consagrada e os movimentos laicais. Os crentes entendem que a própria sociedade é lugar da realização pessoal crente.<sup>539</sup>

O debate do lugar do Catolicismo tanto na Monarquia Constitucional como depois em ambiente republicano, fez com que a vida religiosa se centrasse na ação, como «expressão da sua própria utilidade e legitimidade».<sup>540</sup> Assim sendo, também as congregações religiosas se centraram na ação, procurando sempre uma recristianização e influência no ensino e no campo assistencial. Na congregação fundada por Luiza Andaluz foi fundamental compreender a necessidade de olhar a realidade que a envolve de uma forma realista, sempre pautada por uma esperança que motiva para a ação concreta. Foi esta esperança cristã que funcionou como motor para Luiza Andaluz, tanto para a fase inicial do desejo de entrar no Mosteiro, como para depois empreender um caminho até à congregação. Foi, pois, necessário que esta fosse envolvida na realidade plural da sua existência humana, mas também na pluralidade da sociedade.

A I República em Portugal, diz Maria do Pilar Vieira, «trouxe grande mudanças no apostolado da Igreja»,<sup>541</sup> devida à já referida reposição da legislação anticongreganista. Esta saída deixou grandes lacunas no plano social que, não sendo possível colmatar pela presença religiosa, foram preenchidas por leigos, seus movimentos e organizações. Luiza Andaluz fez parte deste grupo de mulheres empenhadas que, no caso concreto, fundou uma congregação, a das Servas de Nossa Senhora de Fátima, notando já uma forte dinâmica na apostolicidade da Igreja, em que «a fundação de institutos religiosos é quase sempre uma decorrência de atividades que essas mulheres já desenvolviam».<sup>542</sup> Na verdade, o trabalho no ensino iniciado por Luiza Andaluz, foi integrado e ampliado no contexto da fundação da congregação, ao qual se juntou também a sua participação em centros sociais, em serviços nas paróquias, no trabalho na União Gráfica, no serviço do Santuário de Fátima, permanecendo sempre em comunhão com a hierarquia da Igreja.

Maria Isabel Rodrigues destaca o seu protagonismo diante das situações que iam surgindo, verificando que o mesmo se traduziu na sua capacidade de liderança, espírito de iniciativa e empreendimento, bem como na sua coragem e firmeza perante as dificuldades e,

---

<sup>539</sup> O documento conciliar *Lumen Gentium*, no seu número 41, explica que «Todos os fiéis se santificarão cada dia mais nas condições, tarefas e circunstâncias da própria vida e através de todas elas, se receberem tudo com fé da mão do Pai celeste e cooperarem com a divina vontade, manifestando a todos, na própria atividade temporal, a caridade com que Deus amou o mundo». Segundo este ponto, percebesse haver uma valorização da santificação de cada dia, segundo a condição de cada, mas também nas tarefas e ações de cada um.

<sup>540</sup> Matos Ferreira, «Espiritualidade. III. Época Contemporânea», 386.

<sup>541</sup> Vieira, «Congregações Religiosas Femininas», 481.

<sup>542</sup> Vieira, 481.

finalmente, na capacidade de organização.<sup>543</sup> Esta síntese apresentada, ajuda a contextualizar os traços da personalidade da Madre Luiza Andaluz, sendo estes fundamentais na definição daquilo que entendia ser o serviço à Igreja, especialmente, na fundação de uma nova congregação religiosa.

Há também que ter em conta que a congregação criada por Luiza Andaluz estava impregnada na missão da Igreja, sendo esta uma realidade vital. Dado o seu protagonismo como líder, destaca-se um horizonte muito nítido na sociedade, mas também a atenção à comunhão eclesial. Isto significa que a missão começada por esta fundadora deu particular atenção às necessidades da Igreja, que se faziam manifestar claramente pela sua hierarquia. Se se destaca a originalidade na fundação desta congregação na sua ligação às Aparições em Fátima, também é notável a resposta positiva que deu aos vários pedidos que lhes foram feitos. Isto porque tinha a noção da «dignidade e responsabilidade batismal no seio da Igreja».<sup>544</sup> É interessante que o conceito de espiritualidade não expressa apenas a virtude interior da pessoa, sendo também lugar da expressão da responsabilidade que esta virtude interior acarreta para a responsabilidade cívica.<sup>545</sup> Isto porque é fundamental compreender a dimensão social do cristianismo, da sua pertença à sociedade, sendo, por isso, óbvio a atenção que o cristão deve por promover o bem nos lugares onde vive.

Surge outro aspeto, nos seus escritos, que é importante notar. Luiza Andaluz afirmou um certo desinteresse pelos aspetos mundanos da vida. Se por um lado, afirma que «as coisas do mundo me não interessavam, não tinha projetos nem ambições embora tivesse tido ocasiões várias de tomar qualquer caminho na vida»;<sup>546</sup> também afirma que «apreciava muito tudo que era para Deus ou fosse oração ou fosse apostolado; sentia-me feliz a cuidar dos pobres por seu amor».<sup>547</sup> Há uma clara preferência para realidades em que estivesse presente Deus e o bem dos outros, em vez de projetos que não tivessem isto mesmo, ou a exigência de um olhar vigilante sobre estas realidades, levando Dom José Policarpo a afirmar que «é profunda conhecedora do coração humano até aos mais recônditos sentimentos».<sup>548</sup>

A opção de Luiza Andaluz foi, sem dúvida, afastar-se de «gozos terrenos e preparando-me para receber graças incomparavelmente mais preciosas».<sup>549</sup> A recuperação do

---

<sup>543</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 79–86.

<sup>544</sup> Costa Rodrigues, 81.

<sup>545</sup> Cf. Matos Ferreira, «Espiritualidade. III. Época Contemporânea», 382–83.

<sup>546</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 52. É relevante que, como escreve Dom José Policarpo, «é nessas experiências de vida social que ela começa a sentir a insatisfação pelas alegrias deste mundo e o chamamento a experiências de outra ordem», Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 9.

<sup>547</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 53.

<sup>548</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 9.

<sup>549</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 53.

valor cristão da criação, bem como do amor ao próximo<sup>550</sup> são fundamentais para este desenvolvimento do apostolado dos crentes. Isto porque a compreensão do valor das realidades terrestres não se opõe ao valor de Deus na vida dos crentes, mas, pelo contrário, pode ser um meio de união com Deus.<sup>551</sup> Stefano de Fiores sintetiza desta forma o valor da ação no mundo: «toda a espiritualidade que aceite a mensagem de Jesus sobre o reino de Deus e o amor ao próximo tem de ser uma espiritualidade orientada para o mundo».<sup>552</sup>

O contributo espiritual de Luiza Andaluz é colocado em relevo, compreendendo que «essa união de vontades, interpretada como verdadeira oração, é fruto amadurecido num percurso longo e difícil».<sup>553</sup> Assim sendo, Luiza Andaluz escreve ainda quando era mais jovem:

não sabia definir porquê mas é facto que eu voltava sempre das festas e sobretudo dos bailes com um certo peso de tristeza de que desconhecia o fundamento e que era alheio à minha vontade e bem contrário ao meu génio habitualmente alegre. Ainda ignorava qual o caminho por onde Nosso Senhor queria eu seguisse, mas o apostolado nas Capuchas já dava ocupação à minha vida e enchia-me o coração, estava tranquila.<sup>554</sup>

É considerável compreender que Luiza Andaluz não deixou de viver em sociedade e muito menos de continuar a estar enquadrada no contexto onde havia sido formada, compreendendo, como refere Dom José Policarpo, que aquilo que pretendia era «uma exigência contemplativa, que não arranque as pessoas ao seu contacto apostólico com o mundo».<sup>555</sup>

Na vida de Luiza Andaluz esteve presente um desejo de se inserir na Igreja, primeiramente, fazendo-o de uma maneira tradicional, ou seja, ingressando num mosteiro, para se tornar uma «mulher cristã perfeita». Para isto precisava de se afastar do mundo, tendo a clausura um lugar especial para as mulheres.<sup>556</sup> Contudo, a sua vida apostólica e religiosa, não só na sua fase adulta, foi tão preenchida que fez com que se desse uma mudança de paradigma, não escolhendo o mosteiro, mas permanecendo na sociedade, participando na sua evangelização. Assim, no caso de Luiza Andaluz, o contexto onde cresceu foi fundamental para a sua descoberta vocacional, dado que o lugar que, pensando numa vocação religiosa,

---

<sup>550</sup> Cf. Jo 13,34; 1Jo 3,11.

<sup>551</sup> Cf. Walbert Bühlmann e Stefano Fiores, «Apostolado», 40.

<sup>552</sup> Walbert Bühlmann e Stefano Fiores, 41.

<sup>553</sup> Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 69.

<sup>554</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 46. Este parágrafo surge no período que antecede a I República, onde se salienta a participação de Luiza em festas promovidas pela alta aristocracia, de modo a promover uma boa imagem da monarquia.

<sup>555</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 14.

<sup>556</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 81.

seria um mosteiro, mas tendo já experimentado a vida apostólica na sociedade, percebe que a sua utilidade e o seu lugar vocacional seriam no lugar onde seria mais necessária.

Tendo presente as palavras de Tiago Neto: «o mundo atual, com as suas crises e mutações, não é menos digno da Boa-Nova que as épocas precedentes e que Deus continua a trabalhar a história e a agir no mundo»,<sup>557</sup> percebe-se que o contexto da I República teve de ser lugar de evangelização. A madre Andaluz foi alguém que teve em conta este pensamento e realizou-o no dinamismo próprio da I República. As dificuldades já apresentadas não foram limites ao seu apostolado, mas sim a motivação para tornar presente a missão da Igreja.

### 3.2.2. *As Servas de Nossa Senhora de Fátima*

As dificuldades já mencionadas pela Igreja no período da I República não foram vistas como oportunidades de rebaixamento da Igreja como realidade institucional. Na verdade, permitiu uma renovação da vida religiosa. A Igreja foi uma instituição que respondeu, neste caso concreto de Luiza Andaluz, com a fundação de uma congregação e, mesmo antes desta fundação, com a participação de um grupo de mulheres na vida da Igreja, e esta na relação com o Estado. Este modo de presença possível de Luiza Andaluz participa da renovação do Catolicismo português. A este respeito, escreve Joaquim Teixeira:

Luiza Andaluz tinha diante de si uma Igreja empobrecida depois da expulsão das ordens religiosas e dos anticlericalismos republicanos; e vai descobrir como o Senhor a chama a fundar um Congregação que responde às necessidades muito concretas deste momento histórico, uma congregação de consagradas sem hábito que se dedicassem às obras mais necessárias como a educação, a caridade, o apoio à pastoral paroquial das comunidades cristãs, num espírito sacerdotal, como uma nota dominante deste novo carisma.<sup>558</sup>

A escolha do nome para a congregação procurou traduzir o seu carisma, o seu campo de ação, a realidade a que pretendeu dedicar-se e também o modo de entendimento da participação na Igreja. Em linhas gerais, o nome da congregação define e afirma a sua identidade específica.<sup>559</sup> Maria do Pilar Vieira explica também que o nome dado a uma congregação tem em vista refletir o «clima religioso da época da fundação»,<sup>560</sup> isto para perceber que a compreensão da fundação de uma congregação está relacionada com o contexto histórico em que surgem. Assim sendo, e atendendo à «humildade, serviço e

---

<sup>557</sup> Tiago Neto, *Hora de mudança na transmissão da fé: A urgência da pastoral de gestação* (Lisboa: Paulinas, 2016), 141.

<sup>558</sup> Silva Teixeira, «Luiza Andaluz e a espiritualidade de Santa Teresa de Jesus», 332.

<sup>559</sup> Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 100.

<sup>560</sup> Vieira, «Congregações Religiosas Femininas», 482.

oferecimento»<sup>561</sup> os institutos criados, em Portugal, tinham, por exemplo, o nome de «“servas” ou “ao serviço” (oito), “criadas” (um), oblatas (um)».<sup>562</sup> Esta mesma autora, explica que o nome de “reparação” e o nome de Nossa Senhora também estavam representadas nos nomes das novas congregações. No caso das Servas, percebe-se, segundo Luiza Andaluz, que «é sublime a missão da Serva de Nossa Senhora de Fátima, continuadora do trabalho das Santas Mulheres do Evangelho ajudando e servindo Jesus nos seus Sacerdotes».<sup>563</sup> Procura relacionar a missão das religiosas com as mulheres que serviam Jesus, sendo os sacerdotes um rosto concreto e atual do mesmo Jesus. Assim as servas serviam os sacerdotes e as suas missões.<sup>564</sup>

Na senda da contenda com o cónego Formigão, percebe-se que este clérigo pretendia uma vida mais focada na contemplação, não sendo isto o que Luiza Andaluz pretendia para a congregação. Percebe que no mesmo noviciado não se podia dar a mesma formação para duas maneiras diferentes de conceber a vida religiosa. A saída do grupo de religiosas que pretendiam uma consagração diferente, permitiu uma aproximação à definição da identidade da congregação nascente. Isto refletiu-se que, deste confronto e desta crise, se aproximasse a uma definição desta congregação, que tem Luiza Andaluz como sua fundadora carismática.<sup>565</sup> Percebe-se, segundo Maria Isabel Rodrigues, que «em termos pessoais, Luiza Andaluz superou a tensão contemplação/ação através de um processo de integração da oração e do serviço chegando a encontrar a síntese da comunhão com Deus na vida do dia a dia, que veio dar consistência à sua vocação religiosa».<sup>566</sup> A crise foi a oportunidade para compreender que na ação se pode ser contemplativo e que na contemplação se pode ser ativo, sendo esta a sua perspetiva sobre a vocação à vida religiosa. Na tomada de consciência das dificuldades no noviciado, Luiza Andaluz escreveu: «a nossa barquinha quer continuar a sua viagem, mas embaça-lhe a marcha a confusão de duas correntes».<sup>567</sup> Nesta afirmação verifica-se que a religiosa pretendeu conduzir a congregação, ainda com dificuldades apontadas, a bom termo, sendo para isso necessário enfrentar o conflito e procurar ativamente soluções.

O cónego Formigão pretendia uma vida de piedade mais intensa, enquanto Luiza Andaluz tinha em vista dar às noviças elementos que as auxiliassem no apostolado ao serviço

---

<sup>561</sup> Vieira, 482.

<sup>562</sup> Vieira, 482.

<sup>563</sup> Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 58.

<sup>564</sup> A este respeito, conclui Dário Pedroso: «Esta dimensão sacerdotal vai dar a Luiza e às suas continuadoras, um amor ainda maior à Igreja, ao Papa, ao Bispo da Diocese onde vivem. Serão, cada vez mais, mulheres de Igreja, com alma e corações eclesiais», Dário Pedroso, *Audácia e Serviço. Vida de Luiza Andaluz* (Braga: Apostolado da Imprensa, 1989), 75.

<sup>565</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 100.

<sup>566</sup> Costa Rodrigues, 100–101.

<sup>567</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 239. Este documento citado é uma carta enviada por Luiza Andaluz ao Cardeal Cerejeira.

da Igreja ou do clero. Isto, sempre, porque intuía que a vocação a que era chamada era para este fim. Interessante será verificar que, na possibilidade de uma vida mais contemplativa conduzida pelo cónego Formigão, Luiza Andaluz não a implementa por entender que esta vocação não seria a mais necessária à Igreja do seu tempo, nem correspondia à vontade da autoridade episcopal que a acompanhava. As companheiras que seguiram o entusiasmo pela contemplação e reparação tomaram esta decisão, afastando-se de Luiza Andaluz, considerando esta última que as necessidades da Igreja e a decisão da hierarquia eram fundamentais para o processo vocacional. Preferia a comunhão com a Igreja, sendo o rosto mais visível o dos prelados com quem tratou esta temática. Dom José Policarpo, conclui, a este propósito: «é sintomático que esta tensão entre vida contemplativa e exigências da acção apostólica virá a estar na origem do primeiro momento de crise na congregação nascente».<sup>568</sup>

Na tomada de consciência da vida religiosa desta comunidade, já foi mencionada a sua não utilização de hábito religioso tradicional. Tal decisão acarreta o pensamento expresso num dos documentos anexos à *História da Congregação*, num recorte de um jornal norte-americano, trazido por uma das religiosas, D. Ermelinda Sobral, que tinha ido estudar as obras sociais naquele país.<sup>569</sup> A partir dele percebe-se que as religiosas não utilizam hábito, mas, que ainda assim, são chamadas a vestirem-se «segundo as normas da modéstia cristã, de modo que se confundam facilmente com as pessoas da mesma condição social e de bons sentimentos cristãos que vivem no mundo».<sup>570</sup> Sendo, por isso, importante compreender a relação desta congregação com a sociedade que, embora tenha tido a sua origem nas Aparições em Fátima, responderá às necessidades sociais atuais da sociedade, tornando-se, segundo o texto do jornal, uma «nova e moderníssima Congregação».<sup>571</sup> Explica também Maria Isabel Rodrigues, que a «inovação é uma consequência da tomada de consciência da mudança dos tempos e formas de vida, e das carências de evangelização às quais urge responder».<sup>572</sup>

Em certa medida, a congregação que teria o nome de Servas de Nossa Senhora de Fátima, tinha em vista ter como missão apostólica a atenção sobre os novos tempos. Se estes são um desafio à evangelização, percebe-se que se devem encontrar modos e meios para melhor servir a Igreja. Os novos tempos que aqui se abordam, rompem com os tempos antigos, tendo aqui como princípio o processo de modernização levado a cabo pela sociedade.

---

<sup>568</sup> Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 12.

<sup>569</sup> Cf. Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 257–58. É interessante salientar que esta notícia do jornal, menciona a ascendência americana de Luiza Andaluz. A mãe de Luiza, Ana Joaquina Langstroth Figueira, nasceu em 1852 em Filadélfia.

<sup>570</sup> Andaluz, 257.

<sup>571</sup> Andaluz, 257.

<sup>572</sup> Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 124.

E, na verdade, o próprio nome da congregação será um reflexo deste modo de pensar, considerando que as Aparições foram uma marca no período da I República, sendo um aspeto que proporcionou uma mudança de paradigma do Estado em relação com a Igreja. Para além de Fátima, o nome de servas, remete também para o modo como querem estar na Igreja.

Um aspeto a ter em conta em Luiza Andaluz foi o sentido que tinha sobre a Providência Divina. Luiza Andaluz era uma mulher que confiava a sua vida inteira a Deus, sendo esta uma virtude que manifesta uma fé convicta e profunda.<sup>573</sup> Só assim, foi possível a Luiza Andaluz identificar a obra que tivera iniciado como uma realização da vontade de Deus.<sup>574</sup> A clara prova da confiança em Deus foi esta obra que iniciou em Santarém, respondendo às necessidades locais, aquando da salvaguarda da escola que se mantinha no Convento das Capuchas. Ou mais tarde quando recuperou o edifício das Capuchas, Luiza Andaluz afirma: «tudo isto se conta depressa, mas por quantos trabalhos passei, nesta ocasião, estaríamos a meados do ano de 1923, já tínhamos uns dois anos de luta, em que obstáculos removidos logo eram substituídos por outros, mas nunca diminuiu a minha confiança».<sup>575</sup> O tema da confiança foi um tema por ela refletido.<sup>576</sup> No final do Retiro para os votos, exclama:

Findou o nosso retiro, chegámos enfim ao feliz dia da nossa doação a Deus, doação pela qual há mais de 20 anos eu ardentemente suspirava. Estavam vencidas as últimas dificuldades – e elas foram tantas, tantas, nestes anos seguidos, em que dia a dia procurei sempre vencê-las com nunca desmentida confiança, Naquele que tudo pode...!<sup>577</sup>

Estas não foram as únicas vezes que invocou a confiança. Percebe-se ter uma compreensão da sua história, mas também da congregação como lugares de concretização da fidelidade de Deus.<sup>578</sup> Foram várias as vezes que passou para os seus escritos o sentido vivido da Providência.<sup>579</sup>

---

<sup>573</sup> Cf. Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 15.

<sup>574</sup> Ligando as contrariedades da vida com a vontade de Deus, escreve Luiza: «Se formos fiéis em procurar conhecer a Vontade Divina o Senhor nos ajudará a vencer os obstáculos do caminho», Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 47.

<sup>575</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 90.

<sup>576</sup> Luiza escreve: «a minha reflexão tinha sido acertada, Deus tem muito para nos dar e a nossa confiança agrada-Lhe. Eu recebi a notícia com um misto de alegria e sobressalto, sobressalto que a minha confiança na Providência Divina logo dominou. Onde ia eu arranjar agora rapidamente o dinheiro preciso para aquela compra? E conseguiria eu comprar o Convento?», Andaluz, 105. Também afirma que «A confiança é que nos conduz ao Amor», Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 24.

<sup>577</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 171.

<sup>578</sup> Cf. Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 17.

<sup>579</sup> Por exemplo: «nunca me canso de escrever a tintas de oiro a palavra confiança: o Senhor acode sempre a quem n'Ele confia», Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 112. Nos momentos de maior dificuldade, olha-os com confiança: «os caminhos da Providência são insondáveis..... Deus vela por nós em todas as circunstâncias e detalhes da nossa vida, Ele nunca falta a quem n'Ele confia, atende-nos sempre na hora própria, que importa aguardar sem desânimos», Andaluz, 107.

A experiência cristã de Luiza Andaluz fê-la observar o mundo que a rodeava. E a sociedade da I República, especialmente as lacunas que deixava, fê-la procurar a relação entre a Igreja e o Estado, como explica Maria Isabel Rodrigues: «portanto, a nota distintiva destas religiosas é o facto de elas se situarem na charneira entre a Igreja e a sociedade, constituindo, entre ambas, uma ponte de ligação».<sup>580</sup> Luiza Andaluz, assim, não pretendia algo que fosse desvinculado da sociedade, mas serve a Igreja, servindo na sociedade, porque reconhecia em cada um a sua dignidade, mesmo aqueles que não eram crentes. Mesmo estes, uma vez que procurava que todos fossem evangelizados, marcando com o cunho da fé as instituições por onde passava, como escrevia Luiza Andaluz: «nas visitas às casas as pequenas iam fazendo o possível apostolado, tomando notas por onde nos regulávamos para que se lhe levasse todo o amparo religioso possível».<sup>581</sup> Esta sensibilidade apostólica está presente em Luiza Andaluz desde a sua pequena idade, quando o cardeal Neto lhe confiou a sua primeira missão.

A sua sensibilidade apostólica está presente, desde logo, numa das primeiras possibilidades do nome para a Congregação que fundava.<sup>582</sup> O nome era Obra Apostólica e Reparadora de Nossa Senhora de Fátima. Ainda que não tivesse sido este o nome escolhido pela Sé Apostólica, entende-se que o nome de “servas”, dado a sua entrega a todos, podia também descrever a situação referida, na sua sensibilidade apostólica.

A sensibilidade apostólica de Luiza Andaluz condu-la a um desejo de comunhão com a Igreja, destacando uma colaboração direta com a Hierarquia da Igreja.<sup>583</sup> Esta comunhão com a Igreja vê-se claramente na postura de aceitação dos serviços pedidos pelos prelados.<sup>584</sup> No dia dos primeiros votos de Luiza Andaluz, em 1939, transcreve as palavras do Cardeal Cerejeira, em que se percebe o plano desta congregação e a sua participação na vida da Igreja:

Este Instituto de Nossa Senhora de Fátima, à semelhança da Santíssima Virgem, propõe-se ser de servas obedientes, prontas e generosas.....

Este Instituto serve o Corpo Místico de Jesus - a Igreja apostólica e militante. Entrega-se à Hierarquia para cooperar com ela em tudo.....

---

<sup>580</sup> Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 105.

<sup>581</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 70. A este respeito, escreve Maria Isabel Rodrigues: «o contacto com as pessoas, através das instituições de solidariedade ou de educação, é visto como lugar de “apostolado religioso” e de “serviço social”, isto é, de evangelização, através da preparação para os sacramentos, e do serviço aos mais pobres», Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 106.

<sup>582</sup> Cf. Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 107.

<sup>583</sup> No entender de Dom José Policarpo, «a comunhão com a Hierarquia é, para ela, uma manifestação de Fé e um critério de verdade. Sempre assim foi como atitude pessoal, será uma das linhas mestras da Congregação que fundou», Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 17.

<sup>584</sup> Cf. Costa Rodrigues, 112–14.

O Instituto das Servas de Nossa Senhora de Fátima tem um ideal: sentir com a Igreja, pensar, trabalhar, sofrer com ela.<sup>585</sup>

Uma marca que permanece na missão apostólica da congregação, como já mencionado, é a colaboração com a Hierarquia da Igreja. Logo após a fundação da congregação,<sup>586</sup> esta aceita a missão do trabalho na União Gráfica a pedido dos prelados, promovendo o apostolado da *Boa Imprensa*, sob orientação do Monsenhor Cónego Fernando Paes de Figueiredo. Este pedido tinha sido feito pelo Arcebispo de Évora, editando o *Novidades*, jornal católico que se considerava ser tão necessário na altura, levando Luiza Andaluz a concluir:

Surge a iniciativa de se lançar um jornal exclusivamente católico, fora de todas as ligações políticas e sob a obediência dos Prelados e diante destas almas rasga-se uma clareira, abre-se um horizonte luminoso: o jornal católico era a obra máxima do momento, era o esforço ingente da Igreja para fazer luz nas consciências e reivindicar as liberdades a que ela tem direito: é para ali que elas irão trabalhar, será esse o seu primeiro apostolado.<sup>587</sup>

A União Gráfica começou a funcionar em junho e preparou tudo quanto possível para até ao final do ano lançar o periódico.<sup>588</sup> A primeira edição foi lançada a 15 de dezembro de 1923. É também de salientar que a participação de Luiza Andaluz e as suas companheiras neste serviço «permitiria estabelecer um núcleo, em Lisboa, de um outro grupo de irmãs»,<sup>589</sup> percebendo que este serviço justificaria a presença de uma comunidade neste lugar, tal como acontecera no colégio.

No Patriarcado de Lisboa destaca-se o papel que tiveram na direção da casa de Proteção à Rapariga, na Costa do Castelo, em 1930, mas também o serviço social e paroquial na Benedita a partir de 1946. No trabalho educativo, pode-se destacar a comunidade da Ericeira a partir de 1947. O serviço à diocese de Leiria-Fátima começa com a colaboração em 1933 no Santuário de Fátima, ficando também ao serviço a partir 1951 do seminário menor de Leiria. Em 1953 aceita que quatro irmãs prestem serviços no seminário diocesano de Lamego. A religiosa, como superiora, assistiu a estas missões iniciadas,<sup>590</sup> mas também a missão de as manter, tendo em vista sempre a construção do Reino de Deus.

---

<sup>585</sup> Costa Rodrigues, 172.

<sup>586</sup> Segue-se: Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 112–115.

<sup>587</sup> Andaluz, *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, 99.

<sup>588</sup> Andaluz, 103.

<sup>589</sup> Sampaio, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 530.

<sup>590</sup> No âmbito social e educativo, pode-se referir ainda a sua presença em Évora (1927-1939?), Portalegre (1927-1936), Coimbra (1929-1936), Caldas da Rainha (1930-1935), Almeirim (1933-1939?), Viana do Alentejo (1933-1941), Muge (1939-1943), Golegã (1941-1949), Entroncamento (desde 1947) e São João das Lampas (1950-2005), veja-se Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 131–47.

A madre Luiza Andaluz, desde a fundação, permanece superiora geral da congregação até janeiro de 1953, demonstrando sempre uma notória capacidade de liderança. Após aquela data deslocava-se bastantes vezes ao Santuário de Fátima onde colabora nos serviços de informações, dado o seu conhecimento de várias línguas.<sup>591</sup> O trabalho no Santuário de Fátima tinha sido iniciado, pela congregação em 1931, assumindo «todo o trabalho de apoio ao culto».<sup>592</sup> Sublinha Maria do Pilar Vieira:

a partir dos anos 60 e 70 a colaboração pastoral incrementa-se através de um leque de serviços que possibilitam uma maior inserção nos ambientes mais diversificados. Surgem assim pequenas comunidades em zonas e paróquias com ou sem pároco residente, integrando irmãs que exercem as suas profissões.<sup>593</sup>

Os anos anteriores à sua morte passa-os em Lisboa na Casa de São Mamede. Aquando da morte de Luiza Andaluz, em 1973, havia trinta comunidades entre Portugal e África.<sup>594</sup>

A comunhão com a hierarquia da Igreja conduziu Luiza Andaluz para obediência com a mesma. E esta obediência fê-la aceitar diversas missões como as mencionadas acima. Isto significa, segundo Maria Isabel Rodrigues, que seja «uma obediência cega, mas uma obediência escolhida e assumida como expressão de entrega total a Cristo, presente na sua Igreja e representado na pessoa dos seus pastores».<sup>595</sup> Ficará claro que, para continuar a servir a missão da Igreja atenta às necessidades do seu tempo, esta terá que continuar a dar expressão à fidelidade para com a hierarquia da Igreja.<sup>596</sup> Luiza Andaluz, acerca da obediência, escreve: «A obediência é a virtude mais necessária para conduzir uma religiosa à perfeição».<sup>597</sup> É na dupla confiança em Deus e confiança na Hierarquia da Igreja que Luiza Andaluz procurará levar a bom termo o seu projeto da nova congregação religiosa. O nome das Servas de Nossa Senhora de Fátima é expressão nítida da identidade cristã daquelas religiosas, tendo como sua fundadora Luiza Andaluz.

No contexto secular vivido por Luiza Andaluz, percebe-se o seu envolvimento na Igreja. Este envolvimento sempre levado a cabo pela sua completa experiência de fé, a síntese que procurou integrar na sua vida entre a *fides quae* e *fides qua*. Os primeiros anos de vida,

---

<sup>591</sup> Vieira, «Servas de Nossa Senhora de Fátima», 226.

<sup>592</sup> Vieira, 227.

<sup>593</sup> Vieira, 227.

<sup>594</sup> Cf. Carrasqueiro de Sousa, «Fátima e o catolicismo português», 83. Em 1981 a congregação passa a congregação de direito pontifício. Após se entregar o processo de canonização em Roma no dia 30 de abril de 2000, o Papa Francisco aprovou em 2017 as virtudes heroicas de Luiza Andaluz, tornando-se Serva de Deus.

<sup>595</sup> Costa Rodrigues, *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*, 116.

<sup>596</sup> Cf. Policarpo, *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*, 18.

<sup>597</sup> Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 23.

até 1923, marcados pela sua vocação de leiga, fez com que se empenhasse na apostolicidade da Igreja, naquelas realidades que lhe foram permitidas, sempre numa busca constante da comunhão com a hierarquia; o seu sentido apurado pela abertura à providência divina; e, finalmente, a devoção mariana como forma de expressão da piedade e de aproximação a Jesus. O diálogo entre vida ativa e vida contemplativa tornou-se numa forma de ação espiritual concreta nas dificuldades do contexto da Igreja, mas também na história pessoal e comunitária da vida da Madre Luiza Andaluz.

O percurso de fé de Luiza Andaluz não foi isolado da sociedade e da Igreja. Pelo contrário, o percurso de fé exigiu sempre um percurso autêntico de missão.

## CONCLUSÃO

Se hodiernamente se encontram dificuldades com a História, percebe-se, ao terminar este trabalho, a sua importância. A reflexão histórica é fundamental, no seio da nossa sociedade, para se compreender e viver o tempo presente, procurando definir as raízes das sociedades, salientando as ações que conduziram até se chegar aos dias de hoje. No caso de Luiza Andaluz percebe-se, por um lado, que é fruto do seu tempo, mas, por outro, reconhece-se que a sua ação também moldou o seu tempo.

A história é, pois, essencial para explicitar o modo como os crentes exprimem as suas práticas e crenças no tempo. É também essencial colocar em relevo o modo como estas práticas e crenças dos crentes se relacionavam com o exercício da sua cidadania, ou seja, como é que se relacionam o Catolicismo e secularização. António Matos Ferreira explica:

Os crentes são parte da sociedade e esta não pode ser compreendida sem a sua existência. Não existe, por um lado, a dinâmica da sociedade e, por outro, a religião. A religião e todas as vivências religiosas constituem parte incontornável para a percepção da complexidade da sociedade, enquanto interação da multiplicidade dos seus intervenientes.<sup>598</sup>

O desenvolvimento deste trabalho pretendeu apresentar num primeiro momento o contexto da I República, sendo importante referir os seus antecedentes e a forma como o Catolicismo se fez presente. É curioso salientar já os condicionalismos impostos no final da Monarquia Constitucional. Em seguida, apresentar a compreensão da vida de Luiza Andaluz sempre contextualizada no período da I República e também a sua compreensão sobre este mesmo período. Finalmente, o seu contributo para a espiritualidade foi apresentado como uma forma de ação e, por isso, presença ativa na Igreja do seu tempo. Não uma espiritualidade que nada diz ao ser humano, mas uma espiritualidade que conduz à vida e a uma vida que dá fruto.

Se esta dissertação não pretendia fazer uma biografia exaustiva de Luiza Andaluz, percebe-se que não poderia explorar a sua presença na Igreja da I República sem apresentar alguns dados biográficos. Esta apresentação sumária pretendeu salientar também quais foram as articulações da sociedade que conduziram à sua missão na Igreja, dado que qualquer crente não pode ser analisado sem o seu contexto. Luiza Andaluz interagiu com este contexto e os seus intervenientes, colocando em diálogo a cidadania e a eclesialidade, sendo o Catolicismo marca identitária da sociedade do seu tempo. Esta marca comprova-se quer no processo de

---

<sup>598</sup> Matos Ferreira, *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, 441.

implementação do regime republicano, quer no contexto da I Guerra Mundial, quer ainda na dinâmica das Aparições de Fátima.

Nesta dissertação, que visa apresentar a ação de Luiza Andaluz no Catolicismo da I República, segundo a *História da Congregação*, podem-se destacar três aspetos que realçam o seu papel. Em primeiro lugar, o contexto sociopolítico e eclesial da I República, juntamente com a presença da família na sua vida. Em seguida, o seu percurso específico. Este percurso que se destaca, dado que se trata de uma mulher católica, sendo verdadeiramente, não só um percurso de vida, mas um aprofundado itinerário de vida de fé e vida de missão. Finalmente, não seria possível não falar do seu contributo para a espiritualidade cristã, como uma forma de ação na sociedade do seu tempo. Foi esta a forma que conduziu esta dissertação, procurando o conhecimento sobre a presença de Luiza Andaluz na Igreja da I República. Neste ponto, e num sentido mais abrangente, salienta-se a afirmação do laicado, como uma forma necessária para a realização ativa da Igreja, ainda que depois tenha enquadrado pela vida eclesial e religiosa.

A república, primeiramente, levou a cabo políticas de controlo sobre a Igreja. Em reação, a Igreja tornou-se presente, mediante as suas possibilidades. Na verdade, é interessante salientar que o seu compromisso com a fé, exigiu dela um compromisso igualmente sério com a sociedade que fez parte. A Igreja não teve uma postura passiva, mas ativa, iniciando assim um processo de recomposição. Estas dificuldades foram, para a Igreja, oportunidades de fortalecimento. E, desta forma, Luiza Andaluz, como crente, tomou lugar na Igreja e, por sua vez, neste processo de recomposição. Paulo Fontes e Dom Manuel Clemente, procurando definir o termo de recomposição, afirmam que «correspondeu a uma profunda recomposição do Catolicismo português, na passagem de um projecto de restauração católica a um outro marcado pelas questões da pluralidade e da laicidade».<sup>599</sup> A laicidade e a pluralidade são questões que estiveram presentes na Igreja do tempo de Luiza Andaluz, sendo, por isso, chamada a envolver-se e a procurar responder, tomando uma postura sobre as políticas assumidas. A sua postura resume-se a ser fiel aos pedidos da hierarquia da Igreja, mas também colmatando as fragilidades no ensino, devido ao desaparecimento das ordens. A ação promovida por Luiza Andaluz revela alguém que, em todos os momentos, confia na providência divina, nunca deixando que as tribulações tenham um impacto de abandonar a obra iniciada. Foi o caso das dificuldades na relação com o Cónego Formigão.

A experiência cristã exige um tempo e um espaço para o seu acontecimento. É o caso de Luiza Andaluz, que procurou viver, desde muito nova, a fé em Deus que a levou a ações

---

<sup>599</sup> Clemente e Fontes, «Vitalidade do Catolicismo nos séculos XIX e XX: Introdução», 63.

concretas, o bem do próximo, tal como a própria a sintetiza: «A Fé em Deus, que me orientou desde os primeiros anos, levou-me a procurar o bem do próximo, sobretudo dos pobres, dando-lhes, na medida do possível, educação, amparo moral e material, habilitações para poderem enfrentar a vida».<sup>600</sup> Torna-se essencial compreender as dinâmicas pastorais como uma valorização da presença institucional da Igreja e as respetivas ações organizadas pelos católicos, numa busca incessante de estratégias que valorizem a sua presença no mundo. Mas salienta-se claramente que a fé foi o princípio de toda a ação, sendo esta realidade fundamental para a compreensão da sua conceção de fé, não apenas como uma realidade teórica, mas também uma realidade que se concretiza no viver humano. A família de Luiza Andaluz e a educação que dela recebia contribuíram primordialmente para o seu entendimento sobre a realidade. Esta citação de Luiza Andaluz, se por um lado, fundamenta aquilo que foi afirmado durante o trabalho na síntese entre a *fides qua* e *fides quae*, por outro também fundamenta o acordo entre a vida ativa e vida contemplativa.

A partir de 1915, o caminho vivido por Luiza Andaluz foi vivido à espera da entrada no mosteiro, para se poder dedicar à vida contemplativa. Vivia o seu caminho normalmente. Importante foi perceber também o contrário. Ainda que tenha sempre presente o desejo de vida contemplativa, percebe que o caminho realizado para esta entrada, fez com que as necessidades próprias da Igreja resultassem num caminho cada vez mais virado para a vida ativa. Neste sentido, compreende-se que o caminho percorrido também a formou. Por outras palavras, o caminho que percorria à espera para entrar no mosteiro, tendo também presente o que a hierarquia da Igreja lhe pedia, fez com que considerasse a vida ativa no seu discernimento. Foi a vida ativa, como tradicionalmente se afirma, que prevaleceu. Assim, Luiza Andaluz fez o seu caminho, mas o próprio caminho que ia fazendo também a fez.

Torna-se, porém, fundamental salientar que a vida ativa que prevaleceu, ganhou sempre corpo no contexto da vida contemplativa de Luiza Andaluz, na sua experiência de fé, na sua oração. Assiste-se a uma procura de unificação destas duas realidades, em que a vida ativa não anula a vida contemplativa, mas integra-a como realidade vivida. No seu agir eclesial notam-se estas duas realidades, fundamentais para toda a espiritualidade cristã. As Servas de Nossa Senhora de Fátima são um ponto de chegada do seu discernimento vocacional, mas foram também o lugar que acolheu generosamente o contributo desta religiosa, procurando ser-lhe fiel. O nome desta congregação foi também aquele que melhor descreveu a presença destas crentes na Igreja, mas também na sociedade, uma vez que se preocuparam em serem socialmente úteis.

---

<sup>600</sup> Luiza Andaluz, *Comunicações e discursos* (Cascais: Lucerna, 2023), 100.

Ao terminar esta dissertação dá-se conta da vivência de uma crente no paradigma de uma sociedade em mudança. Luiza Andaluz é uma mulher entre outras e é uma crente entre outras, nesta sociedade em mudança. Contudo, a vida que levou não a permite ficar esquecida. Na Igreja é essencial destacar-se estes crentes que não se resignaram aos seus contextos, à vida que tantos levavam, mas procuraram marcar pela diferença. Percebeu o limite da frase de Jesus: «Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes» (Mt 25, 40). A sua vida foi pautada por reconhecer em cada um daqueles com quem vivia, a presença de Jesus. A consagração de Luiza Andaluz foi vivida desta forma. E esta foi a maior fecundidade da sua vida, uma vez que olhava para cada um e proporcionava-lhe o melhor, percebendo que «entre o passado que se afasta e o futuro que nos aguarda, está o presente onde temos deveres a cumprir».<sup>601</sup> Estes deveres, como afirmava, são para ela responsabilidade e forma concreta de viver o convite de Jesus: «Recebestes de graça, dai de graça» (Mt 10, 8).

Considera-se importante, para dar continuidade ao trabalho aqui iniciado, o desenvolvimento do seu conhecimento face à I República por parte de Luiza Andaluz nos outros seus escritos, especialmente aqueles que dizem respeito à correspondência que trocava. Se por um lado, aqui se apresentou a compreensão da I República, pode ser interessante, por outro lado, também aprofundar a sua presença durante o Estado Novo, traçando, de forma particular, as relações com o cardeal Cerejeira. Finalmente seria relevante analisar o desenvolvimento teológico-espiritual, posterior, da compreensão, por parte da congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, dos conceitos de hierarquia da Igreja e sacerdócio, tão importantes na experiência de fé de Luiza Andaluz.

Para dar continuidade a este trabalho, é fundamental ter acesso aos escritos de Luiza Andaluz. Assim sendo, louva-se a iniciativa da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima em convidar o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica para realizar um estudo histórico sobre o seu percurso e identidade, bem como a parceria já realizada no trabalho no arquivo histórico desta congregação.<sup>602</sup> Isto permitiu que se trouxesse a público os seus escritos para muitos terem acesso. É também pertinente salientar o Centro de Conhecimento que esta congregação está a desenvolver, promovendo um motor de conhecimento, em três casas diferentes, sobre Luiza Andaluz, em que os três pilares de ação são: a espiritualidade, a educação e a cultura.<sup>603</sup>

---

<sup>601</sup> Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 67.

<sup>602</sup> A este respeito, veja-se: «CEHR - Servas Nossa Senhora de Fátima», acedido 17 de outubro de 2024, <https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/ServasNossaSenhora/>.

<sup>603</sup> Pode ser consultado em <https://lacc.pt/>.

Em suma, o sínodo vivido pela Igreja – Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão – ainda que esteja a refletir sobre a sinodalidade, temática tão atual e presente na Igreja, revela três aspetos que a Igreja deve continuar a aprofundar para caminhar em direção à sinodalidade. Ainda que não se procure desenvolver a identidade sinodal de Luiza Andaluz, pode-se relacionar o seu itinerário cristão com estas três realidades. Neste seu itinerário, toda a sua fé assenta com uma comunhão profunda com Deus e com os outros, levando-a à participação ativa na vida da Igreja. O modo como participa não é como que uma espectadora, mas como membro ativa na missão da Igreja. A missão da Igreja é vista por ela, como realização da vontade de Deus, que se manifesta na vontade à hierarquia da Igreja, tal como a própria explica: «Trabalhem unidas em grande caridade fraterna, ajudemo-nos umas às outras a servir o Senhor na sua Messe».<sup>604</sup> Tendo presente o sínodo atual e analisando o seu itinerário sob este prisma, é interessante que, com cerca de cem anos de distância, Luiza Andaluz tenha vivido estes três aspetos de uma forma tão profunda, deixando uma marca na Igreja e sociedade do seu tempo.

A Igreja e a sociedade da I República foram alvos da atenção de Luiza Andaluz. Se por um lado, este período foi significativo para reconhecer os desafios que daí nasceram como oportunidades de missão e de oração, por outro, foi marcante para a descoberta vocacional. Unida à Páscoa de Jesus, que se entregou por todos, Luiza Andaluz pautou a sua vida entregando-se aos outros, fazendo a vontade do Pai.

---

<sup>604</sup> Andaluz, *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*, 40.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes e documentos

AHCSNSF / Fundo Geral da Congregação / Governo da Congregação / SC/B - Governo Geral / Cx. 18, Mç. 123A.

Andaluz, Luiza Andaluz. *Comunicações e discursos*. Cascais: Lucerna, 2023.

———. *Documentos Autobiográficos, Pensamentos e Consagrações*. Cascais: Lucerna, 2021.

———. *História da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*. Cascais: Lucerna, 2020.

Cardeal Manuel Cerejeira. «Decreto da Ereção Canónica da Congregação Diocesana das Servas de Nossa Senhora de Fátima», 1939.

*Catecismo da Igreja Católica*. 2.<sup>a</sup>. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2000.

Concílio Vaticano II. *Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações e mensagens conciliares*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2013.

Santo Agostinho. *De Trinitate*. Editado por Arnaldo do Espírito Santo. Prior Velho: Paulinas, 2007.

Tavares, Maria Fernanda, ed. *O Itinerário de Luiza Andaluz*. Servas de Nossa Senhora de Fátima, 1997.

Teresa de Ávila. *Moradas do Castelo Interior*. Traduzido por Manuel Lucena. Lisboa: Assírio & Alvim, 1988.

Vasconcelos, SNSF, Inês. *Luiza Andaluz: Uma vida*. Roma: Lithoteam, 2010.

### Estudos e ensaios

«1910\_10\_dg4\_decreto\_8\_10.pdf». Acedido 2 de outubro de 2023. [http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/s20/1901\\_1910/1910/1910\\_10\\_dg4\\_decreto\\_8\\_10.pdf](http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/s20/1901_1910/1910/1910_10_dg4_decreto_8_10.pdf).

A Voz de Trás-os-Montes. «Carta Pastoral Colectiva e Protesto colectivo dos bispos», 24 de fevereiro de 2011. <https://www.avozdetrasosmontes.pt/carta-pastoral-colectiva-e-protesto-colectivo-dos-bispos/>.

Abreu, Adélio Fernando. «A Igreja Católica e a Primeira República», *Humanística e Teologia*, 2010, 157–86.

- Abreu, Adélio Fernando, e Luís Carlos Amaral. *Entre a Monarquia e a República. Os tempos de D. António Barroso no centenário da sua morte (1918-2018)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2020.
- André, Ana Catarina, e Sara Capelo. *Padre Cruz - o santo do povo*. 1.ª edição. Alfragide: Oficina do Livro, 2023.
- Antonio Barruffo. «Discernimento». Em *Dicionário de Espiritualidade*, 284–91. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- Augusto Guerra. «Experiência Cristã». Em *Dicionário de Espiritualidade*, 388–94. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- Azevedo, Carlos A. Moreira. *Fátima: das visões dos pastorinhos à visão cristã*. 1ª edição. Lisboa, Portugal: A Esfera dos Livros, 2017.
- Barata Pereira, José Miguel. *Ser Igreja, Ser na Igreja. Do ser comunhão ao agir vocacional*. Apelação: Paulus, 2015.
- Batalha Henriques, Dina. «Luiza Andaluz (1877-1973): uma educadora que merece ser revisitada». Agência ECCLESIA, 11 de abril de 2018. <https://agencia.ecclesia.pt/portal/luiza-andaluz-1877-1973-uma-educadora-que-merece-ser-revisitada/>.
- . «Ser educado, ser educador: a dimensão filosófica, ética e pedagógica da obra de Luiza Andaluz». Tese de Doutoramento em Ciências da Educação na especialidade de Filosofia e Teoria da Educação, Universidade de Coimbra, 2016.
- Bickers, Bernard W., e J. Derek Holmes. *História da Igreja Católica*. Amoreiras: EDIÇÕES 70, 2021.
- Braga da Cruz, Manuel. «A Igreja e Estado: III. Época Contemporânea». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Volume 3:401–11. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.
- Brito Moura, Maria Lúcia de. *A «Guerra Religiosa» na I República*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2010.
- Cardoso, Arnaldo, e Ferreira Gertrudes. *O Padre Formigão e a Mensagem de Fátima*. Fátima: Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, 2018.
- Cardoso Reis, Bruno. «O Catolicismo e o Estado na História religiosa Contemporânea», *Lusitania Sacra*, 2009, 263–82.

- Carrasqueiro de Sousa, Joaquim. «Fátima e o catolicismo português». Universidade Católica Portuguesa, 2015.
- Carvalho da Silva, Amaro. «Os trabalhos de Sísifo para a organização de um partido católico em Portugal: do Ultimato à República (1890-1913)». Dissertação de Doutoramento em História e Cultura das Religiões, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2022.
- «CEHR - Servas Nossa Senhora de Fátima». Acedido 17 de outubro de 2024. <https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/ServasNossaSenhora/>.
- César das Neves, João. «CEM ANOS DE SERENA REPÚBLICA», 9 de junho de 2008. <https://www.dn.pt/arquivo/2008/cem-anos-de-serena-republica-993023.html>.
- Charles André Bernard. «Contemplação». Em *Dicionário de Espiritualidade*, 184–93. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- Clemente, Manuel. «A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República». Em *História Religiosa de Portugal*, Volume 3:65–127. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.
- . «Igreja e Sociedade Portuguesa do Liberalismo à República». *DIDASKALIA*, n.º XXIV (1994): 119–29.
- . «Laicização da sociedade e afirmação do laicado em Portugal (1820-1840)». *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 1991, 111–54.
- . «República: Afonso Costa despertou católicos». *Agência ECCLESIA* (blog), 22 de janeiro de 2010. <https://agencia.ecclesia.pt/portal/republica-afonso-costa-despertou-catolicos/>.
- Clemente, Manuel, e Paulo Fontes. «Vitalidade do Catolicismo nos séculos XIX e XX: Introdução». Em *História Religiosa de Portugal*, Volume 3:62–63. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.
- Conferência Episcopal Portuguesa. «Nota Pastoral sobre os quatro séculos de evangelização e três de presença em Portugal da Congregação da Missão». Conferência Episcopal Portuguesa, 10 de novembro de 2016. <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/nota-pastoral-da-cep-sobre-os-quatro-seculos-de-evangelizacao-e-tres-de-presenca-em-portugal-da-congregacao-da-missao/>.
- Costa Rodrigues, Maria Isabel. *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*. Lisboa: Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, 2008.

- Daniel Duarte, Marco. «Fátima, santuário global». Em *História Global de Portugal*, 573–78. Lisboa: Temas e Debates, 2020.
- Dores, Hugo. «Situação Religiosa no início do século XX: do caso Calmon à Lei da Separação (1901-1911)». *Agência Ecclesia: edição especial - centenário da república*, 5 de outubro de 2010.
- Duque, João. «A historicidade do caminhar na fé». Em *A fé da Igreja*, 251–84. Lisboa: Paulus, 2014.
- Eduardo Franco, José. «Ensino- IV. Época Contemporânea (de 1910 até à actualidade)». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. 2:127–29. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- Fernandes, Paulo Jorge. «Impacte internacional do regicídio de D. Carlos». Em *História Global de Portugal*, 1.ª edição. Lisboa: Temas e Debates, 2020.
- Ferreira, António Matos, e João Miguel Almeida, eds. *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*. 10. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2011.
- Figueiredo, Ricardo. «Deixou o palácio para se dedicar aos pobres» *Biografia espiritual de Luiza Andaluz*. Apelação: Paulus, 2023.
- Fontes, Paulo. «Igreja Católica, sociedade e Estado em Portugal no século XX». Em *Igrejas e Ditaduras no Mundo Lusófono*, 159–202. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2019.
- . «Imprensa Católica». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 2:423–29. Círculo de Leitores, 2000.
- . «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia». Em *História Religiosa de Portugal*, Volume 3:129–351. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.
- G. Dumeige. «História da Espiritualidade». Em *Dicionário de Espiritualidade*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- Gamarra, Saturnino. *Teologia Espiritual*. Madrid: BAC, 1994.
- Jesus Dias, Maria Teresa. *Uma mulher feliz*. Lisboa: Rei dos Livros, 1992.
- Jorge, Ana Maria. «Os Participantes do I Congresso Católico Português (1871-1872)», *Lusitania Sacra*, 2000, 377–411.
- Laboa, Juan María. *Historia de la Iglesia. IV: Época Contemporánea*. Madrid: BAC, 2002.

- Leite, Rita Mendonça. «Luiza Andaluz: uma voz feminina na história da Igreja em Portugal». *Sete Margens*, 26 de outubro de 2021. <https://setemargens.com/luiza-andaluz-uma-voz-feminina-na-historia-da-igreja-em-portugal/>.
- Matos Ferreira, António. «Anticlericalismo». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. 1:79–82. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- . «Congreganismo». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. 1:488–90. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- . «Espiritualidade. III. Época Contemporânea». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. 4:382–88. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- . «Laicidade». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. 3:58–65. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- . «Secularização». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. 4:195–202. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- . «Secularização». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. 4:195–202. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- . *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2007.
- Mendonça Leite, Rita. «“A Obra” em busca da sua identidade: a chegada à designação “Servas de Nossa Senhora de Fátima”». Em *Servas de Nossa Senhora de Fátima. Uma congregação feminina contemporânea*. Lisboa: UCP Editora, [no prelo].
- . *Representações do Protestantismo na Sociedade portuguesa Contemporânea: da exclusão à liberdade de culto: 1852-1911*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2009.
- Miranda, Jorge. *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao Texto Actual da Constituição*. 3.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Petrony, 1992.
- Neto, Tiago. *Hora de mudança na transmissão da fé: A urgência da pastoral de gestação*. Lisboa: Paulinas, 2016.
- Parreira Neto, Vítor. «Ensino- III. Época Contemporânea (até 1910)». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

- Pedro Manique, António. «Luiza Andaluz. Pedagoga e benemerência nos contornos de uma vida». Apresentado na XVIII Aniversário do Instituto Politécnico de Santarém, Santarém, 1998.
- Pedroso, Dário. *Audácia e Serviço. Vida de Luiza Andaluz*. Braga: Apostolado da Imprensa, 1989.
- Policarpo, José. *Luiza Andaluz. Perfil de uma Personalidade*. Santarém: Servas de Nossa Senhora de Fátima, 1977.
- Ramos, Rui. «A história de Fátima revisitada (1917-1924)». *Humanística e Teologia*, n.º 38:2 (2017): 137–61.
- . «Fátima: 100 anos de uma história mal contada». *Observador*. Acedido 23 de outubro de 2023. <https://observador.pt/especiais/fatima-100-anos-de-uma-historia-mal-contada/>.
- . «III Parte - Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI)». Em *História de Portugal*, 437–777. Lisboa: Esfera dos Livros, 2015.
- Ratzinger, Joseph. *Introdução ao Cristianismo - Prelecções sobre o «Símbolo Apostólico»*. 2.<sup>a</sup> edição. Cascais: Lucerna, 2017.
- Ribeiro Pinto, Sérgio. *Separação Religiosa como Modernidade*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2011.
- Roberto, Zavalloni. «Psicologia (e espiritualidade)». Em *Dicionário de Espiritualidade*, 987–98. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- Roque de Almeida, A. *Para ler a História da Igreja em Portugal*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1996.
- Sampaio, David. «Servas de Nossa Senhora de Fátima». Em *Enciclopédia de Fátima*, 528–32. Lisboa: Principia, 2007.
- Sardica, José Miguel. *Portugal Contemporâneo: Estudos de História*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013.
- . «Revolução republicana». Em *História Global de Portugal*, 545–51. Lisboa: Temas e Debates, 2020.
- Seabra, João. *O Estado e a Igreja em Portugal no início do Século XX - A Lei da Separação de 1911*. Cascais: Principia, 2009.

- Silva Teixeira, Joaquim. «Luiza Andaluz e a espiritualidade de Santa Teresa de Jesus». *Revista de Espiritualidade*, n.º 31 (2023): 317–39.
- Stefano Fiore. «Espiritualidade Contemporânea». Em *Dicionário de Espiritualidade*, 340–58. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- Terra, Domingos. «A fé como dom e resposta da liberdade», 129–80. Lisboa: Paulus, 2014.
- . *A Gramática da Fé Cristã*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.
- Vieira, Maria do Pilar. «Congregações Religiosas Femininas». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. 1:476–82. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- . «Servas de Nossa Senhora de Fátima». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 4.º Vol. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- Walbert Bühlmann e Stefano Fiore. «Apostolado». Em *Dicionário de Espiritualidade*, 32–44. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.